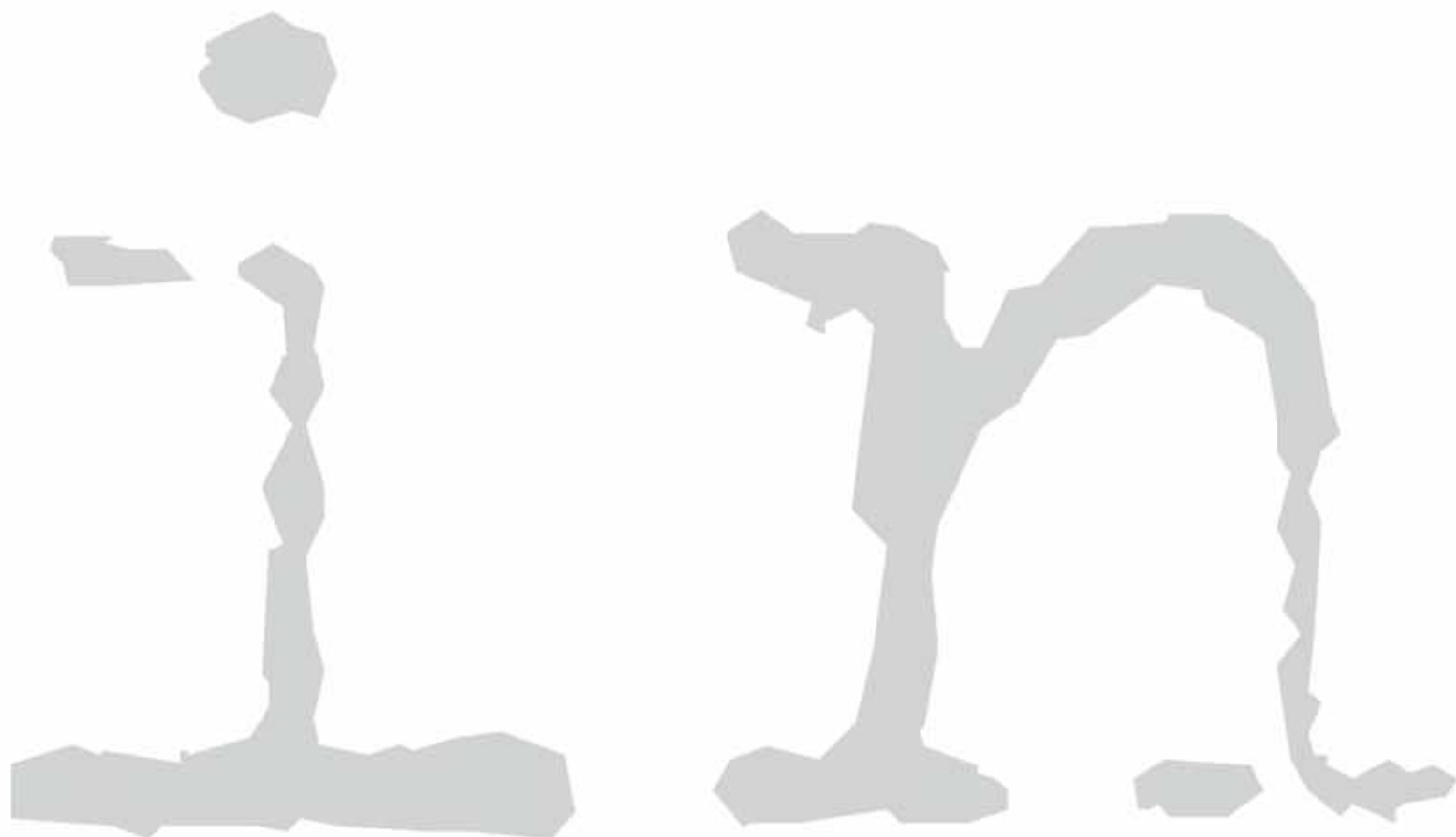


A integração
produtiva regional
e os governos
locais do MERCOSUL

Estudo Situacional



- **Ruben Geneyro:** Advogado e Especialista em Integração Latino-Americana. Coordenador do Programa para o Desenvolvimento Regional e Setorial do Banco da Nação Argentina. Trabalhou em diversos cargos sobre integração regional e desenvolvimento local, em organismos públicos nacionais, provinciais e municipais. Participou de numerosas atividades acadêmicas sobre MERCOSUL. Membro Fundador de INCIDIR.

- **Mariela Bembi:** Bacharel em Economia e Sociologia. Atualmente desenvolve sua dissertação no Mestrado em Relações e Negociações Internacionais de FLACSO. Foi responsável no Ministério de Economia e Produção da Nação da área de fortalecimento de blocos produtivos regionais. Coordenou no Ministério de Desenvolvimento Social a elaboração de estudos regionais.

- **Renata Boulos:** Bacharel em Relações Internacionais. Mestrado em Relações Internacionais - University of Essex. É sócia-diretora de INCIDE. Foi assessora de relações internacionais no Governo Municipal de São Paulo e Diretora de relações internacionais no Governo Municipal de Santo André.

- **Ana Sierra:** Licenciada em Ciência Política, com orientação em Relações Internacionais. Responsável da Área Micro-empresendimentos do PRODER / Banco da Nação Argentina. Trabalhou em Proargentina / SEPYME. Trabalhou na Direção de Relações Internacionais do Governo da Cidade de Buenos Aires. Bolsista do Programa de Relações Internacionais da UCCI.

Agradecemos as contribuições dadas pelo Comitê Consultivo, composto por Luis Paulo Bresciani (Br.), Álvaro Padrón (Urug.), Ricardo Rozemberg (Arg.) e Hugo Varsky (Arg.); assim como também a todos os funcionários locais e representantes da sociedade civil que participaram com suas opiniões no presente estudo.



Inovação e Coesão Social:
capacitação metodológica
e visibilidade de boas práticas

Prefeitura Municipal de Montevideu

Ricardo Ehrlich, Prefeito de Montevideu

Alejandro Zavala, Secretário Geral

Luis Polakof, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Econômico e Integração Regional

Ruben García, Diretor da Divisão Relações Internacionais e Cooperação.

RACINE

Claude Bapst, Diretor de Racine

Fernanda Mora, Coordenadora de Programas

Clarisse Krasa, Encarregada de Projetos

IHEAL-LOCAL

Bernard Pouyet, Presidente de Local-Iheal

Jean Francois Claverie, Diretor da Cooperação Local-Iheal

Fundação TIAU

Clara Braun, Presidente

Hugo Chamorro, Integrante das Equipes de Trabalho

Colaboradores

Conselho Geral dos Altos Pirineus, França

Mairie de Poitiers, França

Coordenação Geral

Secretaria Técnica Permanente de Mercocidades

Equipe do Projeto

Daiana Ferraro

Diretora

Jorge Rodríguez

Gerente

Mayki Gorosito

Assessora Técnica

Sabrina Crovetto

Responsável de Comunicação

Claudia Martínez

Assistente de Comunicação

Mariela Couto

Secretária

Tania Fernández

Secretária

Gissela Acosta

Finanças

Escritório Sede

Secretaria Técnica Permanente de Mercocidades

Divisão de Relações Internacionais e Cooperação

Prefeitura Municipal de Montevideu

Tel./fax: +5982-4106657

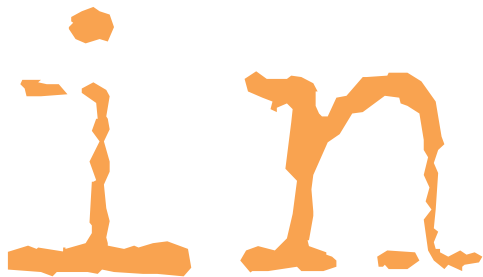
E-mail: proyecto@inmercociudades.org

Endereço: Luis Piera 1994, Escritório de Mercocidades

Edifício Mercosul, CP 11200 Montevideu, Uruguai

Web: www.mercociudades.org

Inovação e coesão social é financiada em um 90% pelo programa “Autoridades Não Estatais e Atores Locais para o Desenvolvimento - Ações Multipaís” da União Europeia. As opiniões expressadas nesta publicação não necessariamente refletem aquelas da União Europeia.



Inovação e Coesão Social: capacitação metodológica e visibilidade de boas práticas, e um espaço de aprendizagem entre governos locais e organizações da sociedade civil para o desenvolvimento de iniciativas de caráter regional, que através de uma metodologia inovadora desenvolve propostas orientadas por diagnósticos nas seguintes temáticas:

- Integração produtiva regional
- Cidadania regional
- Inclusão social
- Participação e equidade de gênero
- Cooperação público/privada
- Objetivos de desenvolvimento do milênio

Inovação e Coesão Social convida a participar a todas as cidades integrantes desta Rede, que soma a 213 governos locais do MERCOSUL e inclui a localidades de países associados ao bloco. A iniciativa forma a autoridades locais e membros de organizações da sociedade civil para a elaboração de projetos regionais, oferecendo todas as ferramentas para desenhar, implementar e avaliar propostas de alta qualidade e impacto na região. Ao mesmo tempo dá o conhecimento para o acesso a ferramentas de financiamento e cooperação locais, nacionais, regionais e internacionais.

Este empreendimento formará a um total 108 participantes em diversas cidades da Rede. Anualmente oferecem duas capacitações, e quem se candidata deve apresentar sua experiência e idoneidade na temática que trabalhará.

Da totalidade dos projetos formulados 9 serão beneficiados de um acompanhamento especial para conseguir seu financiamento, e três serão total ou parcialmente financiados por este empreendimento.

É uma proposta de Mercocidades, Fundação Tiau, Iheal-local e Racine, co-financiada pela Comissão Europeia no âmbito do programa Autoridades Não Estatais e Atores Locais para o Desenvolvimento - Ações Multipaís.

Primeiro Estudo

Este estudo situacional é o primeiro de uma série de três que realizará Inovação e Coesão Social, com o objetivo de alimentar o âmbito de referência temático das capacitações para a formulação de projetos regionais, e promover o debate, a reflexão e sua difusão entre os atores locais e regionais.

De acordo às temáticas priorizadas pelos governantes locais que participam de Mercocidades, esta primeira publicação se dedicou à “Integração produtiva regional e os governos locais do MERCOSUL”. Esta pesquisa busca contribuir na articulação destes governos e da sociedade civil, através de um enfoque amplo, diverso e participativo; pondo em evidência as práticas e os modelos desenvolvidos. Ao mesmo tempo em que contribui na conceitualização da integração produtiva regional com a participação dos atores locais.

A integração produtiva geradora de emprego e maior valor agregado é uma das estratégias mais consistentes para a inclusão de nossos cidadãos, e potencializa as oportunidades de gerar maiores espaços de confiança entre os diferentes atores de nossos setores produtivos. Por isso, conhecer essa realidade, analisá-la e promovê-la contribui a um maior desenvolvimento local.

Este estudo é particularmente estratégico para Mercocidades já que as relações entre os governos locais e a sociedade civil é um tema prioritário que se quer abordar progressivamente com o fim de constituir um eixo central nos planos de trabalho da Rede.

Esperamos que seja de utilidade para os governos locais da região, interessados em promover uma integração regional que ofereça oportunidades legítimas a seus cidadãos, e que os benefícios de pertencer ao MERCOSUL sejam cada vez mais palpáveis para os homens e mulheres que habitam este território com aspiração integradora.

Finalmente, desejamos agradecer a todos que com seu esforço e dedicação fizeram possível este estudo.

Índice

Apresentação	9
1. Introdução	11
1.1. Objetivos	11
1.2. Metodologia	12
2. Marco teórico para a integração produtiva no MERCOSUL	15
2.1. Integração produtiva no MERCOSUL	15
2.2. Repercussões da integração produtiva no desenvolvimento local	21
2.3. As relações internacionais das cidades	23
2.4. As cidades e a integração produtiva	27
3. Articulação entre as políticas públicas de desenvolvimento local e as estratégias de vinculação produtiva no MERCOSUL	31
3.1. Os sites oficiais dos governos locais na Internet	31
3.2. As políticas produtivas das cidades	36
3.3. Participação dos atores locais	46
3.4. Obstáculos ao processo de integração e expectativas dos atores participantes	53

4. Recomendações	55
4.1. Recomendações desde a perspectiva do MERCOSUL	55
4.2. Recomendações desde a perspectiva de Mercocidades	58
4.3. Recomendações desde a perspectiva local	62
5. Conclusões	63
6. Referências bibliográficas	65
Anexo I (Fichas das cidades)	67
Anexo II (Principais Normas do MERCOSUL sobre Integração Produtiva)	89
Anexo III (Tratamento das assimetrias no MERCOSUL: o FOCEM)	105
Anexo IV (Pesquisa de avaliação da participação na Rede de Mercocidades)	111

Apresentação

O estudo tem como objetivo responder à convocatória proposta pelo Projeto “Inovação e Coesão Social: capacitação metodológica e visibilidade de boas práticas”, de analisar o comportamento dos governos locais e das organizações da sociedade civil no cenário da integração produtiva em andamento no MERCOSUL.

Para isso, foi realizada uma pesquisa sobre aqueles eixos considerados centrais para alcançar esta vinculação, como as políticas produtivas dentro das estratégias do desenvolvimento local de um grupo de cidades selecionadas, as opiniões dos funcionários, o grau de participação dos diversos atores sociais, as possibilidades de Mercocidades se transformar numa ponte para a integração das cidades ao bloco e a permeabilidade do MERCOSUL para as realidades locais.

Esta análise demonstrou que nos encontramos ante uma temática nova. Pelo desenvolvimento incipiente da integração produtiva no bloco regional e atento a que as cidades ainda não consolidaram um núcleo de políticas produtivas, no âmbito internacional, na busca de oportunidades para seu desenvolvimento local.

A maior aposta, pensando na integração produtiva como um passo para outro modelo de MERCOSUL, é a concretização de verdadeiros projetos regionais através dos quais possam se envolver as regiões e setores produtivos que ainda não obtiveram os maiores benefícios do projeto regional.

1. Introdução

O Projeto “Inovação e Coesão Social: capacitação metodológica e visibilidade de boas práticas” é uma iniciativa que tem por objeto capacitar a autoridades locais e atores de organizações da sociedade civil na elaboração de projetos de caráter regional sobre diferentes temáticas, entre elas a integração produtiva.

Neste contexto, e sobre esta matéria em particular foi realizado **o presente estudo, que tem por objetivo analisar o comportamento dos governos e dos atores locais das cidades com respeito ao aproveitamento das potencialidades da integração produtiva no MERCOSUL**; constituída em um dos eixos centrais para o aprofundamento do bloco nos próximos anos, atento às consequências que acarretaria nas estratégias de desenvolvimento e na distribuição dos benefícios a distintos atores e regiões.

Para abordar a análise, se parte da premissa de que as possibilidades que oferece a integração produtiva como referência de um processo de vinculação profunda devem constituir um canal de participação permanente em e para o desenvolvimento local.

É por isso que o estudo está baseado principalmente nas experiências de trabalho dos governos locais, junto com as organizações da sociedade civil, e sobre aqueles aspectos considerados chave para alcançar esta vinculação, tais como: as políticas produtivas dentro das estratégias do desenvolvimento local das cidades selecionadas; as opiniões dos funcionários (tanto desenhistas como executores das mesmas); o grau de participação dos diversos atores sociais (no esquema local e no cenário regional); as possibilidades de Mercocidades se transformar numa ponte para a integração das cidades ao bloco e a permeabilidade do MERCOSUL para as realidades locais.

Este conjunto de informações nos permite conhecer o contexto no qual começou a se desenvolver a integração produtiva (como temática nova na agenda regional), o nível de envolvimento dos governos locais (junto a seus atores) e o papel de Mercocidades neste cenário. Desta forma se contará com elementos para desenhar uma série de recomendações (em três níveis: MERCOSUL / Mercocidades / governos locais) para otimizar a participação das cidades na dinâmica da complementação produtiva no MERCOSUL.

1.1. Objetivos

O presente estudo propõe abarcar uma série de aspectos chave para abordar as temáticas propostas. São eles:

- **Principais eixos para o desenvolvimento local durante os anos 2007-2009.**

Conhecer o nível de concordância entre as propostas de desenvolvimento local das diferentes cidades e analisar os potenciais pontos de vinculação entre as mesmas, em função de ações de complementação produtiva no MERCOSUL.

- **Resultados alcançados pela participação em Mercocidades para as políticas produtivas.**

Estabelecer o estado de avanço da Rede na concretização de resultados para as políticas locais e o grau de conexão gerado entre os membros para concretizar projetos produtivos comuns.

- **Articulação entre as políticas públicas de desenvolvimento local e as estratégias de vinculação produtiva no MERCOSUL.**

Determinar o nível de permeabilidade da estratégia de integração produtiva, de nível regional, nas políticas implementadas pelos governos locais para o desenvolvimento produtivo das cidades.

- **Grau de participação dos diversos atores sociais locais.**

Conhecer o âmbito de participação dos atores da sociedade civil das cidades, tanto na definição das políticas produtivas, como na etapa de implementação das mesmas (e em particular naquelas políticas com efeitos na vinculação externa).

- **Obstáculos (locais e externos) ao processo de integração.**

Analisar as principais dificuldades encontradas para a implementação de políticas produtivas das cidades no âmbito regional.

- **Principais resultados e expectativas.**

Avaliar as principais conquistas alcançadas pelas políticas produtivas locais (em particular na escala regional) e as propostas a serem desenvolvidas para potencializar os benefícios da integração produtiva.

1.2 Metodologia

A fim de alcançar os objetivos propostos, utilizou-se como ferramenta de coleta de dados a realização de entrevistas e pesquisas a atores locais chave das cidades selecionadas: funcionários locais das áreas de desenvolvimento econômico e de relações internacionais, e representantes da sociedade civil vinculados às temáticas produtivas locais (empresários, organizações sociais, universidades, ONG, etc.).

Foram examinados documentos elaborados pelos governos municipais referidos aos projetos de desenvolvimento produtivo realizados pelas cidades (que descrevem o tipo de projeto, seus objetivos, a quem estão dirigidos e que atores da sociedade civil participam dos mesmos); assim como também aqueles que fixam o posicionamento de Mercocidades na matéria.

Assim mesmo, foram analisados os sites oficiais na Internet dos governos locais selecionados, já que se transformaram em ferramentas fundamentais para informar sobre suas políticas públicas, atividades e serviços. A análise dos portais se baseou nos seguintes eixos: o espaço oferecido às relações internacionais (ferramenta chave para a relação com outras cidades), a Mercocidades (como Rede e ponte para o MERCOSUL), a área de produção em geral (e em particular o comércio

exterior como instrumento de vinculação externa), e os principais destinatários da informação que se fornece através dos mesmos.

Definiu-se -para seu estudo- uma mostra de cidades pertencentes à Rede de Mercocidades que cumpriram com uma série de critérios:

- Cidades membros de Mercocidades que sejam ativas na Rede, em particular que participem ou tenham participado na Unidade Temática de Desenvolvimento Econômico Local ou nos âmbitos de condução política;
- Cidades com diferentes tamanhos de população, desenvolvimento econômico, situação geográfica e recursos destinados aos projetos produtivos; e algum caso de cidade de fronteira que esteja realizando ações de integração regional.

A intenção desta seleção foi contar com um universo representativo, atento às diversas condições geográficas, produtivas e econômicas do grupo de cidades, assim como também com distintos níveis de participação em Mercocidades.

A partir destes critérios, e de um intercâmbio com “Inovação e Coesão Social: capacitação metodológica e visibilidade de boas práticas” acerca da factibilidade de incluí-las no estudo foram selecionadas as seguintes cidades:

- Por Argentina:** Bahía Blanca, Morón, Paso de los Libres, Tandil, Rafaela e Rosário.
- Por Brasil:** Belo Horizonte, Campinas, Fortaleza, Porto Alegre, São Carlos e Vitória.
- Por Paraguai:** Assunção.
- Por Uruguai:** Canelones, Montevideu e Paysandú.

Quadro 1. Características das cidades

Cidade	País	População	Superfície	Ano Ingresso a Rede
Bahía Blanca	Argentina	292.636 hab.	2.300 km²	1998
Morón	Argentina	322.477 hab.	55.6 km²	2002
Paso de los Libres	Argentina	53.000 hab.	4.700 km²	2008
Rafaela	Argentina	100.500 hab.	156 km²	2000
Rosário	Argentina	909.755 hab.	178.7 km²	1995

Continua

Cidade	País	População	Superfície	Ano Ingresso a Rede
Tandil	Argentina	108.300 hab.	4.936 km ²	2004
Belo Horizonte	Brasil	2.434.642 hab.	331.23 km ²	1996
Campinas	Brasil	1.080.000 hab.	887 km ²	2001
Fortaleza	Brasil	2.505.552 hab.	313.8 km ²	1996
Porto Alegre	Brasil	1.440.939 hab.	496.8 km ²	1995
São Carlos	Brasil	218.702 hab.	1.141 km ²	2002
Vitória	Brasil	1.344.839 hab.	525.54 km ²	1995
Assunção	Paraguai	520.000 hab.	117 km ²	1995
Canelones	Uruguai	485.240 hab.	4.536 km ²	2005
Montevideu	Uruguai	1.344.839 hab.	525.54 km ²	1995
Paysandú	Uruguai	113.244 hab.	13.922 km ²	2000

Fonte: Elaboração própria, baseada na informação disponível nos sites oficiais dos municípios e no Portal de Mercocidades.

No Anexo I estão às fichas com a informação ampliada daquelas cidades que responderam as entrevistas, já que sobre as mesmas foi realizado o presente relatório.

Quanto ao grau de resposta obtido, deve se destacar que foi muito variado, já que existiram casos com uma grande disposição para participar das entrevistas e pesquisas e outros em que foi impossível obtê-las; neste aspecto não existiu uma vinculação direta entre “maior participação em órgãos de condução ou longa experiência em Mercocidades e maior nível de compromisso com as respostas”.

Considera-se importante realizar uma apreciação inicial e adicional. *A participação em Mercocidades, assim como também a ponderação sobre as possíveis oportunidades que pode oferecer o MERCOSUL às cidades, não se consolidou como uma política permanente das cidades; senão que, basicamente, se dispôs como políticas de uma administração (e em*

muitos casos de seus prefeitos) que não puderam ser transmitidas aos sucessivos governos (mesmo quando eram do mesmo setor político) e que –portanto– também não conseguiram canalizar um profundo compromisso dos atores sociais das mesmas.

Por conseguinte, *isto também dificulta contar com respostas estruturais para o presente estudo*; as mesmas em geral foram fixadas pela conjuntura ou pela visão dos atuais funcionários (que nem sempre contavam com os antecedentes da atuação das administrações anteriores) e atores sociais. Por isso, complementou-se a informação com certos antecedentes próprios de Mercocidades, por seu acionar como rede.

Considerando o dito anteriormente, cabe mencionar que se obteve a participação ativa (através de seus funcionários) de 11 das cidades selecionadas e de 8 atores sociais destas; mesmo assim se decidiu trabalhar com a documentação pública de 15 das cidades selecionadas originalmente.

2. Marco teórico para a integração produtiva no MERCOSUL

Abordar a temática da integração produtiva no MERCOSUL e sua vinculação com os governos locais implica trabalhar sobre diferentes enfoques, a fim de contemplar os possíveis pontos de contato (tanto teóricos como nas ações desenvolvidas) e seu potencial a futuro; *já que se trata de uma matéria recente, tanto na agenda do bloco regional como na análise acadêmica.*

Por isso, esta análise será efetuada a partir de quatro eixos: o desenvolvimento da temática da complementação produtiva no processo de integração / as repercussões nas estratégias de desenvolvimento local / as políticas de vinculação internacional das cidades / as potenciais políticas de complementação produtiva entre cidades da região.

Dentro desse esquema, o marco teórico nos oferecerá ferramentas e parâmetros para a análise e avaliação das ações concretas que serão realizadas desde as políticas públicas locais na atualidade.

2.1. Integração produtiva no MERCOSUL

O MERCOSUL transitou diversas etapas em seus primeiros 18 anos de existência, com picos de alto reconhecimento (particularmente pelo incremento dos intercâmbios comerciais, mas também desde o político) e de fortes questionamentos (vinculados às desvalorizações, conflitos comerciais, falta de tratamento das assimetrias); mas nos últimos anos e ainda no âmbito de um cenário regional e global complexo, surgiu **a temática da integração produtiva (IP) como um eixo relevante da agenda (discursiva) do bloco, e no âmbito de outro debate profundo como o das assimetrias.**

Este último foi outro tema relegado no MERCOSUL, como o mantém a própria Secretaria do MERCOSUL (2005: 3): “o tratamento das assimetrias não teve um papel preponderante nas negociações desta nova onda de integração latino-americana, de finais dos anos 80 e princípios dos 90, que se chamou regionalismo aberto, com o principal argumento de que o grande benefício do mercado ampliado era muito maior para os países pequenos que para os países grandes (...) a mudança na importância que se designa às assimetrias nos processos de integração coincide com a mudança que se aprecia na Rodada de Doha (...). **Esta nova linha de pensamento e ação, denominada “Integração para o Desenvolvimento”, prevê uma política de desenvolvimento mais ativa, nos processos de integração, no sentido de que o que permitirá finalmente o desenvolvimento de países e regiões menos desenvolvidos e, portanto a convergência estrutural, é o aumento da competitividade de suas economias”.**

Segundo López e Laplane (2004), a complementação produtiva tem por objetivos gerar maior valor agregado nas distintas fases do processo de produção de bens e serviços e melhorar a competitividade das empresas que participam neste processo mediante o aumento da eficiência coletiva das respectivas cadeias de valor. Segundo a teoria, a constituição de um mercado ampliado entre os países associados permite o aproveitamento das economias de escala geradas, assim como também a especialização dos países segundo suas vantagens relativas complementares e a nova designação dos recursos internos para as atividades mais eficientes, diversificando sua produção para segmentos novos e inovadores. Assim mesmo, a diversificação produtiva para segmentos de maior valor agregado e uma melhor inserção nas cadeias internacionais de valor terão um efeito positivo nas taxas de crescimento dos países participantes, fazendo convergir suas economias e reduzindo as assimetrias estruturais existentes.

“A integração produtiva a nível regional está baseada na possibilidade de estabelecer e consolidar mecanismos estáveis de cooperação interempresarial e na constituição de vínculos permanentes de intercâmbio e abastecimento, de redes de empresas, de cadeias de clientes e fornecedores, de clusters horizontais, de consórcios de exportação ou de intercâmbio tecnológico e de alianças estratégicas de diversa índole”. (Porta, 2007: 17)

Assim mesmo, a integração regional (a partir do projeto da União Alfandegária) deveria se converter na estratégia de inserção no sistema econômico internacional para os países, já que lhes outorga um maior poder de negociação no âmbito global e lhes permite inserir como bloco dentro das cadeias globais de valor.

Apesar de que em seus inícios a integração comercial do MERCOSUL, através da eliminação das tarifas, foi relativamente rápida e exitosa, o processo começou a demorar na hora de avançar em uma agenda de integração profunda (eliminação de barreiras alfandegárias, tratamento de assimetrias, integração produtiva, etc.). (Rozemberg, Bozzalla e Espora, 2006)

Estas dificuldades foram baseadas em diferentes circunstâncias e fundamentalmente em que **o processo não ofereceu todas as certezas que requer um projeto de maior complementação**. Entre as mesmas podem se mencionar

as assimetrias estruturais e artificiais (a partir de políticas unilaterais) que foram mantidas e geradas entre os países; as limitações para a livre circulação de mercadorias, as múltiplas exceções à tarifa externa comum (AEC) e a falta de coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais (salvo para o setor automobilístico). (Porta, 2008). **Por isso esta situação não propiciou decisões empresariais “massivas” para a complementação produtiva.**

A integração regional pressupõe a modificação das estruturas produtivas dos países implicados no processo, como consequência da mudança nos preços relativos derivada da nova situação alfandegária. Em ausência de distorções é esperável que se produzam novas designações dos recursos, com a conseguinte expansão e contração de setores de acordo às vantagens comparativas dos distintos países (CEP, 2003). Este novo acomodamento setorial gera a nova localização de algumas atividades produtivas entre os países. **A distribuição geográfica dos lucros de bem-estar dependerá das tendências de especialização produtiva induzidas pelas novas condições de concorrência geradas em cada membro.**

Em ausência de políticas de coordenação microeconômicas, as vantagens do processo de integração podem não ser distribuídas equitativamente entre os países da região. Assim, é esperável que em momentos de crise a temática referida à promoção de cadeias produtivas regionais adquira maior relevância como um mecanismo para moderar os conflitos distributivos ao interior do bloco. Neste sentido, **a sustentabilidade do esquema de integração e sua coesão política e social demandam que os potenciais problemas distributivos sejam considerados e resolvidos.**

A União Industrial Argentina (UIA, 2007: 1) expressa a posição desde a qual interpreta à IP: “o conceito de ‘integração produtiva’ –prévia precisão de seus objetivos e alcances– poderia ser um instrumento eficaz para ajudar a resolver alguns temas inconclusos no processo de constituição do MERCOSUL, porque poderiam ser alcançadas algumas convergências nas políticas comerciais dos Estados Parte (...) se bem que em última instância que se concretize a integração é uma decisão do ‘mercado’ –que é a que toma o empresário que decide se associar, ou investir em uma parte do processo ou compartilhar um terceiro mercado– a mesma depende do contexto das políticas comerciais locais e regionais e dos mecanismos de promoção governamental nacional, provincial e municipal”.

A geração de incentivos interempresariais ou a formação de alianças estratégicas requerem que os agentes econômicos presentes nos diversos países se coordenem ou sejam coordenados para maximizar as possibilidades de especialização e complementação derivadas do esquema de integração. **Existem três mecanismos de coordenação para gerar os incentivos requeridos: o mercado, as empresas transnacionais e a instrumentação de um mecanismo público de coordenação.**

O **mercado** constitui um mecanismo privado descentralizado que devido a sua horizontalidade está disponível para todos os agentes econômicos, mas que na presença de informação imperfeita e altos custos de transação apresenta falhas de coordenação, gerando incentivos negativos à cooperação entre participantes independentes, tendendo a excluir àqueles que possuem menor capacidade financeira. Uma **empresa transnacional** constitui um mecanismo de coordenação hierár-

quico e internalizado, que em presença de um espaço de livre comércio regional pode decidir especializar a produção de suas filiais e complementar sua oferta em termos intrafirma (isto implica mudanças no padrão de produção e comércio dos países sede). Entretanto, os incentivos que guiam as decisões da empresa não necessariamente se correspondem com a equação de benefícios sociais do processo de integração esperada pelos países. **Neste cenário de subutilização das oportunidades potenciais do processo de complementação produtiva na escala regional, torna-se necessária a instrumentação de um mecanismo público de coordenação mediante o estabelecimento de políticas produtivas coordenadas ou comuns capazes de criar um contexto favorável e eficaz para a cooperação.** (Porta, 2007 e 2008)

A temática “integração produtiva” começa a estar presente na agenda (discursiva) prioritária do MERCOSUL desde 2006, podem se assinalar distintos momentos e decisões¹ (refletidas através da aplicação de instrumentos) com os quais se avançou até a atualidade. Entre eles:

- Cúpula de Córdoba (julho de 2006, com o reconhecimento no Comunicado Conjunto dos Estados Parte e a instrução presidencial para criar um “Plano de Desenvolvimento e Integração Produtiva Regional”)
- Discussão sobre as “Pautas para a integração produtiva” (apresentada por Brasil no Subgrupo de Trabalho [SGT], 7 de novembro de 2006)
- Fundo PME (criado a partir da Dec. 22/07, Assunção, junho de 2007)
- Ações da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL (CRPM) (a partir do Seminário “Integração Produtiva no MERCOSUL”, julho de 2007)
- Grupo Ad Hoc de Integração Produtiva (Montevideu, dezembro de 2007, Dec. 52/07)
- Programa de Integração Produtiva (Tucumán, julho de 2008, Dec. 12/08)
- Fundo MERCOSUL de Garantias (Salvador, dezembro de 2008, criado por Dec. 41/08, aprovação do Estatuto por Dec. 42/08).

O Programa de Integração Produtiva (PIP), aprovado em julho de 2008, estabeleceu uma série de ações para cumprir com o objetivo de “contribuir para fortalecer a complementaridade produtiva de empresas do MERCOSUL, e especialmente a integração nas cadeias produtivas PMES e das empresas dos países de menor tamanho econômico relativo, a fim de aprofundar o processo de integração do bloco...”.

.....

1 Considerou-se oportuno contribuir com o presente estudo àquelas de maior relevância para o desenvolvimento da temática, através do Anexo II.

O Programa de Integração Produtiva fixa linhas de ação a nível horizontal e setorial.

Entre as horizontais se propõem: a) cooperação entre os organismos/entidades nacionais, articulando os instrumentos vinculados ao desenvolvimento de empresas, em particular as micro e PMES para apoiar o processo de integração produtiva, b) complementação de instrumentos e entidades nacionais vinculadas com a pesquisa e desenvolvimento e a transferência de tecnologia, c) programa regional de capacitação de recursos humanos em IP, d) articulação com outras instâncias do MERCOSUL, e) observatório regional permanente sobre IP no MERCOSUL, f) medidas de facilitação do comércio, g) financiamento e cooperação (FOCEM, Fundo PME, etc.).

Entre as ações a nível setorial, propicia-se o trabalho em: I) Foros de Competitividade das cadeias produtivas do MERCOSUL, II) Iniciativas setoriais de IP.

O Programa também fixa uma metodologia para sua implementação baseada em quatro aspectos:

- Representantes governamentais que serão pontos focais para cada iniciativa.
- Representantes dos setores produtivos correspondentes que integrarão as iniciativas pertinentes.
- Um Estado Parte ficará responsável pela coordenação técnica de cada iniciativa.
- Todas as iniciativas buscarão a participação de todos os Estados Parte, e especialmente os de menor tamanho relativo.

Se o objetivo geral é analisado com a justificação do Programa (“... isto implica na modificação dos padrões produtivos através da nova designação dos recursos produtivos, modificando o padrão de intercâmbio comercial, considerando uma perspectiva regional”), nos encontramos frente a uma **proposta demasiado ambiciosa contemplando a situação geral do MERCOSUL e a operatividade possível –na atual dinâmica– destes instrumentos.**

Assim o argumenta Porta (2008: 56-57): “em teoria, os benefícios esperados do processo de integração regional implicam a geração e diversificação de um novo perfil de exportações e de exportadores, com vantagens potenciais em termos de desenvolvimento tecnológico, qualificação de recursos e elevação dos ingressos reais. **Até agora, entretanto, a maior parte do comércio intra-regional tem se explicado pela existência de vantagens comparativas complementares, regimes especiais temporários (e de pouca densidade de encadeamentos) ou estratégias específicas em alguns setores com predomínio das empresas transnacionais. Os processos teoricamente mais “virtuosos” tem se concentrado em poucos atores e o comércio intra-industrial resulta, especialmente, um comércio intrafirma. Nas condições em que foi concebido, e regulado, o espaço regional foi relativo e vantajosamente aproveitado pela rede de filiais de empresas transnacionais, que no ponto de partida, estavam em melhor posição para organizar suas estruturas corporativas de acordo com a situação do livre comércio regional. Na medida em que as PMES tiveram acesso apenas**

marginalmente às vantagens da especialização regional, os benefícios potenciais da complementação intra-industrial foram distribuídos de modo desigual, melhor dizendo em termos regressivos”.

A esta situação deve se somar que foram modificadas substancialmente as condições de relacionamento ao interior do MERCOSUL, processo que derivou numa crescente bilateralização das relações entre os membros do bloco. Assim expressam distintas análises.

Bouzas e Kosacoff (2009: 3) expõem a marcada tendência para a bilateralização nos vínculos regionais: “se bem que hoje o debate sobre o ‘futuro do MERCOSUL’ mostra evidentes sinais de fadiga e perdeu relevância na agenda pública argentina, a reflexão sobre o conteúdo e as perspectivas da relação econômica com Brasil passaram a ocupar um lugar central”.

Mas os autores também ressaltam que não há um consenso sobre a forma que deve manter esse relacionamento, e assinalam que “apesar da existência de uma retórica estendida que apela à construção de uma sociedade estratégica, as relações econômicas bilaterais foram administradas em resposta a demandas de curto prazo e, do lado argentino, estiveram dominadas por uma agenda defensiva. *Ainda se encontra pendente o desenvolvimento de uma visão que articule interesses ofensivos e de complementação e, ainda mais, sua materialização numa orientação sustentável de política*”.

Desde a perspectiva do Brasil, Motta Veiga (2009: 4-5) coincide com a forte inclinação bilateral: “na década corrente, os governos dos dois países, pouco interessados em investir no aprofundamento da agenda econômica do projeto de integração, atribuem um significado essencialmente político ao MERCOSUL, e passam a tratar a agenda econômica bilateral através de mecanismos diversos...”. Mas também adverte, que “no período recente se registra, por primeira vez em vinte anos, uma divisão nítida entre atores relevantes, no que se refere a posturas frente à Argentina. Do lado do governo e de atores não estatais sensíveis à importância da dimensão política da relação, a postura defendida é a paciência estratégica, aliada a alguma dose de unilateralismo benévolo. Do lado do setor empresarial, críticas e demandas por autonomia nas relações e compromissos bilaterais...”²

Isto também surgiu em Uruguai e Paraguai, tanto no âmbito do bloco regional -pela necessidade de aprofundar o tratamento das assimetrias e dos obstáculos ao comércio regional- assim como por questões bilaterais com os países de maior tamanho relativo (Paraguai e Brasil em temáticas energéticas, e o distanciamento gerado entre Argentina e Uruguai a partir do conflito pela instalação de Botnia).

Estas opiniões marcam um nível de complexidade crescente para estabelecer novas dinâmicas a nível regional (desde as decisões políticas necessárias até os instrumentos a desenhar), o qual tem uma incidência direta na agenda da IP.

.....

2 Tradução dos autores.

As limitações que contêm as atuais iniciativas (declarativas) estão relacionadas com a falta de acompanhamento de um debate profundo e uma definição política sobre o modelo de integração produtiva que o MERCOSUL propiciaria e, portanto não foram abordadas as dificuldades que no processo de integração foram “geradas” no atual contexto.

Por tudo isso, **a temática se encontra numa etapa inicial** que deve se consolidar adequadamente para oferecer resultados concretos, a partir de uma visão estratégica regional (de médio e longo prazo) consensuada, o que implica maiores desafios e participação para todos os atores (entre eles as cidades).

2.2. Repercussões da IP no desenvolvimento local

Neste contexto, deve se analisar a função que assumiram as cidades para assimilar tanto as oportunidades como os desafios que um projeto de integração produtiva implica, na região em seu próprio desenvolvimento local. (Geneyro, 2007b)

Partindo das principais teorias sobre o desenvolvimento local na América Latina, não existe uma vinculação direta entre este e os processos de integração regional como o MERCOSUL, pelo qual é importante analisar desde que perspectiva foram elaboradas as estratégias de desenvolvimento local na região.

Neste aspecto podemos partir das condições em que se encontram as cidades para definir seu perfil de desenvolvimento.

Desde o ILPES (2007: 103) se reconhece a “enorme brecha prevaiente entre o mundo da teoria do desenvolvimento econômico local e a prática concreta, institucional, política e financeira, das ações conduzidas pelos Estados da América Latina e do Caribe no campo das preocupações geradas pelas disparidades econômicas territoriais. (...) *O binômio descentralização/federalismo se impôs como realidade maior*, diluindo em uns casos, misturando em outros, ou substituindo na maior parte deles, o abrigo conceitual oferecido pela teoria do desenvolvimento econômico local”.

Por isso, apesar de reconhecer a importância que tem o protagonismo local na busca de desenvolvimento, alenta a conveniência de avançar para uma política de desenvolvimento territorial, que propõe “coordenar e harmonizar desde o nacional a política pública regionalizada, trabalhar mancomunadamente entre a Nação, a Região e o local, e gerar acordos acerca do necessário e indispensável protagonismo dos territórios na busca de alternativas para o desenvolvimento”.

Os diferentes enfoques nos permitem encontrar uma série de condições necessárias para avançar em ações que derivem em políticas de desenvolvimento produtivo, que nos objetivos do presente estudo consideramos oportuno ressaltar.

Arroyo (2003) argumenta que para pensar no desenvolvimento local (neste caso da Argentina) têm que considerar os recursos que um território tem, que a ideia é alcançar o crescimento econômico com impacto social e que, para isso, deve se considerar a atividade econômica que motorizará o crescimento do lugar e melhorará as condições de vida.

Para isso propõe analisar diversos elementos que fazem ao desenvolvimento local, como o perfil do território, o tipo de município (particularmente por tamanho), os circuitos econômicos (formal, informal, de subsistência), o modelo de gestão, e tomá-los como processo.

Posada (2003) argumenta que o desenvolvimento local produtivo é um processo de crescimento e mudança estrutural da economia de uma cidade, distrito ou região, no qual podem se identificar, ao menos, três dimensões: uma econômica (caracterizada por um sistema de produção que permite aos empresários locais empregar os fatores produtivos, gerar economias de escala e melhorar a competitividade); outra sociocultural (cujo sistema de relações econômicas e sociais, as instituições locais e os valores servem de base ao processo de desenvolvimento); outra político-administrativa (na que as iniciativas locais criam um contexto local favorável à produção e impulsionam o desenvolvimento sustentável).

Dentro dos diversos aspectos que podem se assinalar para trabalhar no desenvolvimento local/territorial, é importante ressaltar alguns frente à dinâmica do MERCOSUL, já que deverão se trasladar como insumo adicional para as políticas públicas e à dinâmica local.

O ILPES (2007) destaca a indispensável presença de **uma articulação política e institucional entre o local e o nacional no processo de desenvolvimento**. Isto sem dúvida **deve se ampliar na escala do processo de integração regional** se efetivamente quer se aprofundar e abordar duas temáticas chave como a integração produtiva e as assimetrias.

Assim, ressalta, “o protagonismo e a autonomia local são ingredientes indispensáveis, mas não suficientes: as ações de política nacional em financiamento das inversões, a regulamentação da associação público-privada para elas, e as redes produtivas são, não somente parâmetros básicos, senão também o contexto em meio do qual se pode gerar, ou também impedir, um meio propício para a distribuição territorial mais equitativa das oportunidades de desenvolvimento econômico”. (ILPES, 2007: 107)

O outro aspecto que se considera oportuno destacar é a **importância do entrelaçado institucional local e seu impacto nas dinâmicas de desenvolvimento**.

Petrantonio (2007) analisou o entrelaçado institucional em duas cidades (que atualmente participam de Mercocidades) e como este tem impactado no desenvolvimento competitivo de suas atividades econômicas.

Conclui que no território em que o entrelaçado institucional se encontra mais consolidado e existe uma visão comum do desenvolvimento econômico local, os atores percebem o conceito de território e o relacionam com a identidade local. Desta forma, o que fizeram foi pegar uma atividade mobilizadora (como o Turismo) com efeito multidimensional e a partir da mesma gerir um novo modelo de desenvolvimento.

Em contraposição, a outra experiência mostrou a presença da agroindústria como manifestação de um setor concentrado e ligado ao complexo agroexportador não articulado com o desenvolvimento local. Nesse contexto, no entrelaçado

institucional prevalece um comportamento individual, no qual as ações coletivas só se relacionam com os interesses que representam e não com uma visão global do território.

Nesta necessidade de **conjugação da articulação, tanto das políticas de diferentes níveis como do entrelaçado institucional local**, pode-se mencionar um trabalho do Escritório de Planejamento e Orçamento (OPP 2009) do Uruguai, que propõe o debate para a planificação do desenvolvimento do país para médio e longo prazo (com um horizonte no ano 2030).

A OPP (2009: 91) analisa as diversas variáveis que podem influir nos possíveis cenários produtivos (nos quais inclui a integração regional e as economias vizinhas) e expõe a necessidade de gerar um nexo e espaço de intercâmbio entre a estratégia nacional de desenvolvimento e as estratégias departamentais e locais, com o objetivo de estabelecer consensos e coordenar os múltiplos esforços. Destacando que “são os atores do território (governo e sociedade) que realmente outorgam à agenda regional a qualidade de âmbito válido e reconhecido para a articulação dos desafios dos territórios envolvidos com os objetivos de desenvolvimento nacional”.

Para este processo se começou por discutir a nível central (Gabinete Produtivo), para depois continuar com a participação territorial, a fim de provar e validar a modalidade de gerar agendas estratégicas de desenvolvimento territorial como instrumento de planificação nas distintas escalas territoriais, começando por certas experiências piloto, com um enfoque econômico-produtivo.

Desde a perspectiva do presente trabalho, expõe-se à importância de introduzir a variável dos processos de integração regional (MERCOSUL) neste esquema, a fim de dar novas oportunidades (e não só desafios ou benefícios isolados), para potencializar o desenvolvimento nas diversas realidades locais que tem a região e desta forma também trabalhar sobre as assimetrias que costumam ser um ponto crítico na realidade do bloco.

2.3. As relações internacionais das cidades

Numerosas cidades vêm realizando um importante trabalho de vinculação internacional, para o qual desenvolveram diversos instrumentos, como as irmanações, os acordos de colaboração, a participação em programas de cooperação, a participação em redes de cidades, entre outros.

As dificuldades do Estado Nacional para enfrentar as mudanças constantes do cenário internacional, e os distintos territórios e culturas presentes dentro do espaço nacional, deixaram aberto um novo tipo de gestão local e global. A Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (UN Habitat II) em Istambul, 1996, admitiu que os governos locais têm uma função crucial na solução de muitos desafios de inclusão social e participação (UN Habitat, 2002:04).

Tal como destaca Jakobsen (2009: 25), “a inserção internacional das cidades latino-americanas a partir dos anos 1990 guarda fortes aspectos solidários e cooperativos e foi impulsionada por vários fatores (...) para estimular aos governos locais a desenvolver ou ampliar as relações internacionais municipais como forma de encontrar recursos e soluções técnicas para enfrentar a crise de transição do modelo de desenvolvimento e as consequências negativas da globalização”.

Este acionar internacional tem levado a propor a existência da paradiplomacia como “a participação de outros atores estatais, por fora do Estado Nacional, na ação internacional”, ainda quando são tratados -neste âmbito- como organizações não governamentais. Jakobsen (2009: 24) expõe: “Na recente revisão das regras e procedimentos da ONU tinha uma proposta para que os governos municipais e estaduais, em vez de ONG (o que, definitivamente, não são), passassem a ser considerados entidades governamentais. Mas não foi aprovada devido à oposição de vários Estados-membros da organização, em particular da China e dos Estados Unidos”.

Mas também deve se destacar que ainda estas relações internacionais são realizadas por um número reduzido de governos locais, em especial na América Latina, já que devem contar com capacidade e recursos para enfrentar estes desafios, assim como também com visão política sobre as oportunidades que isto gera para as cidades.

Os distintos mecanismos de vinculação internacional dos governos locais devem se diferenciar para poder entender seus objetivos e potenciais resultados. Assim, temos decidido classificá-los, segundo sua especificidade, em: I. Acionar externo; II. Política de relações internacionais e III. Participação nos processos de integração regional.

Por “**acionar externo**” podemos entender todas as atividades internacionais que as diversas áreas do governo realizam para levar adiante suas políticas públicas (desde turismo, cultura, comércio exterior, financiamento, etc.). Estas atividades podem ou não estar coordenadas, e buscam resultados objetivos para a gestão da área. Seu desenvolvimento pode ser realizado com outras cidades, com organismos públicos ou privados, agências de cooperação, etc.

Uma “**política de relações internacionais**” compreende a vinculação política global do governo de uma cidade, na qual são definidas as prioridades para a gestão (particularmente com outras cidades), seus interlocutores externos (por temática, região ou ideologia), assim como também a participação em foros de cidades (redes que especialmente pretendem consolidar um novo posicionamento das cidades na tomada de decisões em escala regional ou global). Esta política implica uma concepção do governo local (que pode incluir atividades do acionar externo) para desenvolver uma estratégia de relações internacionais da cidade.

A “**participação nos processos de integração regional**” implica um nível muito mais específico, já que se pretende ingressar na dinâmica do mesmo (tanto na tomada de decisões como na busca de oportunidades) e posicionar a voz do local. Isto conduz a uma boa percepção sobre as implicâncias que têm para as cidades estarem compreendidas no âmbito de um projeto regional como o MERCOSUL.

Este ponto podemos exemplificá-lo com a participação em Mercocidades, segundo os objetivos que a Rede persegue desde sua formação.

Mercocidades e o Processo de Integração Regional

Fundada em 1995 por iniciativa dos alcaides, intendentes e prefeitos das maiores cidades da região, Mercocidades constitui a principal rede de municípios do MERCOSUL e um referente destacado no processo de integração, cujo objetivo principal consiste em gerar espaços de participação para as cidades na estrutura institucional do MERCOSUL, assim como desenvolver o intercâmbio e a cooperação horizontal entre as municipalidades da região.

Mercocidades se caracteriza por ser uma construção política iniciada e desenvolvida pelas cidades, com clara vocação integradora e espírito regional, segundo a qual os governos locais devem aparecer necessariamente desempenhando um papel estratégico na articulação entre o processo de integração e o conjunto da sociedade. Ao longo dos anos, a experiência de Mercocidades tem possibilitado a criação de laços estreitos entre seus integrantes, a troca de experiências, o melhoramento da comunicação e a realização de atividades conjuntas em diversos âmbitos, como a promoção do turismo, o intercâmbio cultural e a implementação de programas de cooperação internacional, desenvolvimento social, juventude e gênero, entre outros.

Desde sua criação, a Rede tem ampliado e incorporado novos membros. Atualmente, conta com 213 cidades associadas de Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Chile, Bolívia e Peru, onde habitam mais de 80 milhões de pessoas.

• Estrutura:

A estrutura de Mercocidades está organizada por meio de uma Assembléia Geral de Sócios, órgão máximo de deliberação e direção da Rede, formado pelos Chefes de Governo das cidades associadas; uma Secretaria Executiva, responsável pela difusão e organização da Rede, cujo mandato dura um ano; uma Comissão Diretiva (formada pela cidade que exerce a Secretaria Executiva, a que exerceu na gestão anterior e a que exercerá a gestão posterior); um Conselho formado por duas cidades e dois suplentes de cada país membro pleno do MERCOSUL e uma cidade e um suplente de cada país associado; uma Secretaria Permanente, localizada na sede do MERCOSUL, em Montevideu, Uruguai, responsável pela coordenação e assessoramento técnico e administrativo da Rede.

Os mencionados são os organismos responsáveis da coordenação e organização da Rede, por enquanto que o trabalho mais técnico transcorre através de suas 14 Unidades Temáticas (UT), cujo objetivo é a construção de programas conjuntos assim como a troca de experiências entre as cidades a nível governamental, com uma forte aspiração à inclusão de atores da sociedade civil. A condução de cada UT é exercida por uma cidade “coordenadora” que é a responsável pela formulação de um plano de trabalho orientado à geração de políticas públicas comuns.

• Mercocidades e o MERCOSUL

Desde seu nascimento, Mercocidades expressou um fervente compromisso público com o processo de integração regional, mantendo sua confiança e apostando por um MERCOSUL mais profundo e inclusivo. Segundo a visão da Rede, a integração é um projeto político que vai mais além do meramente comercial, que transcende as fronteiras nacionais e fixa suas raízes na sociedade, na diversidade cultural e na pluralidade de atores que convivem no mesmo espaço regional.

Desde esta lógica, e em sua vontade por conseguir um espaço de participação onde as cidades possam expressar suas demandas e inquietações, e desta maneira incidir no processo de integração regional, Mercocidades propiciou e impulsionou iniciativas tendentes a lograr seu reconhecimento na estrutura institucional do MERCOSUL, procurando a co-decisão nas áreas de sua competência.

Tanto é assim que por iniciativa das autoridades da Rede, criou-se no ano 2000 a **Reunião Especializada de Municípios e Intendências do MERCOSUL (REMI)**, conseguindo uma primeira resposta a esta demanda.

Contudo, apesar de que a criação deste espaço representou um passo importante, o tipo de organismo designado para canalizar sua participação, assim como as competências que lhe foram outorgadas, resultaram escassos e limitados, o que terminou sendo insuficiente para canalizar a participação dos governos locais. Nesse contexto, começou a se debater tanto nas reuniões da REMI como em Mercocidades, a necessidade de buscar canais que permitissem conseguir um novo espaço institucional que representasse de forma mais adequada às expectativas políticas e as potencialidades que os governos locais poderiam desenvolver dentro do seio do MERCOSUL.

Dessa maneira, a fins de 2004 foi criado o **Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL (FCCR)**, composto por dois comitês: um de Municípios e outro de Estados Federados, Províncias e Departamentos.

O Foro representa o espaço institucional no âmbito do MERCOSUL através do qual os governos locais e provinciais podem sugerir o tratamento das temáticas que lhes competem dentro do bloco. A criação do mesmo tinha sido uma permanente reivindicação desde mesmo o nascimento de Mercocidades, como âmbito para institucionalizar a participação das cidades ao maior nível no processo de integração.

Depois de sua criação, e tendo atravessado um árduo processo de negociações e diversas gestões ao interior e entre os países membros, o **FCCR** foi instalado na quinta-feira 18 de janeiro de 2007, no âmbito da XXXII Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL no Rio de Janeiro, assumindo transitoriamente a Rede de Mercocidades a coordenação do Comitê de Municípios, função que continua desempenhando.

Sem dúvida, estes mecanismos de vinculação externa podem ser trabalhados simultaneamente numa cidade;³ existem numerosos exemplos na região, mas é importante diferenciá-los já que **implicarão compromissos de participação distintos para as cidades, assim como também a busca de resultados de diversa profundidade.**

Isto pode se exemplificar através de diferentes atuações ou objetivos: realizar uma troca de experiências (pode se concretizar a partir de um acordo de colaboração, com a participação numa rede ou num projeto de cooperação), receber informação de oportunidades (em cooperação, de financiamento, de negócios), participar de foros de decisão (em escala regional ou internacional) ou participar de um projeto de integração produtiva.

Sobre este último caso nos concentraremos. Se o entendemos como um projeto no âmbito de um processo de integração regional (como o MERCOSUL), que implicará o conhecimento de suas oportunidades e regras, que requererá da vinculação com outras cidades ou atores externos; que deverá contar com a presença de atores sociais da/as cidades; que formará em conjunto um projeto regional de vinculação produtiva, etc.; **demandará um grau de participação, compromisso e formação muito mais amplo por parte da cidade (governo e atores da sociedade civil)** que as outras atuações assinaladas. Sem dúvida este caminho seria mais simples de percorrer se é realizado a partir de uma rede de cidades (como Mercocidades) e/ou se é promovido desde o próprio bloco (e em função de uma articulação de políticas entre os distintos níveis de governo).

Contudo, deve se considerar que desde o MERCOSUL não se propiciou a participação dos diversos atores sociais, e que seguem existindo dificuldades estruturais que devem ser enfrentadas. Por isso, deverão se dedicar maiores recursos se as cidades pretendem concretizar projetos de complementação produtiva e desta forma seguir somando sua contribuição ao projeto regional.

2.4. As cidades e a integração produtiva

Deve se considerar que a participação das cidades no MERCOSUL se centralizou, particularmente, no reclamo de Mercocidades para alcançar esse espaço, mas que a própria Rede encontrou limitações nas duas instâncias institucionais que se concretizaram, a REMI e o FCCR; e que, por outro lado, as agendas temáticas das duas instâncias foram restringidas pela própria dinâmica institucional que impõe o bloco.

Isto poderia ter sido suprido parcialmente (como canal de acesso e participação na temática produtiva) se desde os atores da sociedade civil se tivesse alcançado um grau de incidência maior na estrutura institucional do MERCOSUL.

.....

³ Juntos em uma rede, os governos locais tentam estruturar a pressão internacional apoiando os direitos das cidades, consolidam seu espaço como protagonistas globais, trocam informação e experiência e promovem suas práticas globalmente. Na medida em que eles destroem com o modelo formal de ajuda estatal, passam a integrar uma área de reconhecimento de interesses particulares em distintos grupos regionais e de identificação de cidades e regiões como protagonistas ativos na construção do espaço internacional, aceitando a lógica da rede em vez da lógica piramidal, como um instrumento de representação alternativo (Castells 1996: 322).

Aguerre e Arboleya (2009) argumentam que desde a perspectiva da sociedade civil os diferentes componentes de participação no atual formato institucional do MERCOSUL distam de ser aceitáveis, com o agravante de que muitos deles são institucionalmente frágeis e susceptíveis de serem eliminados se muda a visão e o sentido da integração por parte dos governos de turno.

Neste trabalho definimos a **integração produtiva desde o local** como *aqueles processos de vinculação externa das cidades, no âmbito da integração regional e com contribuição ativa dos governos locais, tendentes a posicionar a cidade e seus atores no estabelecimento e consolidação de mecanismos de cooperação interempresarial e a constituição de vínculos permanentes de intercâmbio e abastecimento, de redes de empresas e de alianças estratégicas de diversa índole.*

Desde Mercocidades, a aposta à integração produtiva –como ferramenta para o aprofundamento do MERCOSUL e canal para somar uma agenda positiva– tem estado presente. Mas deve se reconhecer que é um caminho pouco explorado pela Rede e pelas próprias cidades, e que requererá de uma dinâmica de trabalho especial para alcançar resultados.

Mercocidades e a integração produtiva

Um traço distintivo de Mercocidades tem sido seu permanente apoio para trabalhar por um MERCOSUL profundo, que não só contemplasse as relações comerciais senão também as esferas produtivas, meio ambientais, educativas, sociais, culturais, entre outras.

Assim o demonstram as diversas declarações e propostas desde os âmbitos de condução política da Rede, sobre a integração produtiva; muito antes de sua consolidação na agenda do bloco (assinada em 2006). Assim surge em diversos planos da Rede, sendo após trasladado à agenda do FCCR.

Podem se citar algumas destas menções (ressaltamos certos aspectos que se consideraram relevantes para o presente estudo), como:

a) O Plano de Gestão da Secretaria Executiva 2002/03:

“Eixo 2: Complementação produtiva

A complementação produtiva abarca as áreas de bens e serviços.

O turismo é uma das áreas que oferece maior potencial de complementação entre as Mercocidades. A definição de um corredor turístico que compreenda às mesmas nos diferentes países se apresenta como uma ação prioritária.

Para esse objetivo em primeiro lugar se *necessita elaborar um projeto de factibilidade econômico-social que determine os diferentes circuitos turísticos sub-regionais e seu nível de demanda, assim como suas diversas possibilidades para o investimento e a criação de fontes de trabalho*”.

b) XX Conselho, Montevideu: Plano da SE 2003/04

“Eixo 1. Inclusão Social e integração produtiva

A promoção da inclusão social vem sendo o objetivo central dos governos locais da região ante o feroz processo de exclusão e desintegração social que as políticas neoliberais provocaram em nossas cidades.

Alcançar a inclusão social através da aplicação de um conjunto de políticas integrais que promovam um modelo de desenvolvimento baseado na produção requer a intervenção ativa dos diversos atores sociais e econômicos que atuam na cidade. É por isto, que na IX Cúpula resolvemos promover a abertura dos trabalhos da rede aos atores das comunidades locais (trabalhadores, empresários, organizações da sociedade civil, academia, etc.).”

“Esta experiência deve ser assumida também a nível regional, promovendo a partir de nossa rede uma aliança estratégica na região com o Foro Consultivo Econômico Social, a Reunião Especializada de Cooperativas, a Secretaria do MERCOSUL, **que dê nascimento ao MERCOSUL PRODUTIVO, modelo de integração que devemos impulsionar desde as cidades**”.

c) XXXIII Conselho, Canelones (2008):

Proposta para a elaboração de uma Recomendação do FCCR ao GMC sobre o FOCEM

“Neste sentido reclamou ao MERCOSUL trabalhar numa agenda que atenda as assimetrias, o desenvolvimento e a complementação produtiva, a educação e a formação dos cidadãos, a integração fronteiriça e o cuidado do meio ambiente, entre outros”.

“Inclusão mediante o emprego e o produtivo.

Um dos objetivos atuais dos governos locais (municipais e regionais) é a inclusão social de sua população mediante a geração de emprego. Esta política, em alguns casos com o apoio dos ministérios envolvidos, não tem a perspectiva da distribuição regional do emprego, nem uma política de promoção regional que aposte a incluir os empreendimentos locais às correntes comerciais da região nem a seus requisitos. *Deveria se incluir aos governos locais na temática da complementação produtiva e trabalhar no sentido de gerar nexos entre as empresas, entre os sindicatos e com os diferentes organismos do Estado para melhorar os intercâmbios com base na cooperação e não na competição. Promover a elaboração de políticas adequadas às diferentes realidades produtivas que estão apresentando as regiões e os países, considerando preferências para aquelas formas de produção que geram mais emprego e melhor distribuição, favorecendo assim seu desenvolvimento*”.

Também pode se observar que desde o FCCR existiram posições e atividades tendentes a alcançar um maior grau de participação dos governos subnacionais na integração produtiva.

Entre elas podem se destacar as surgidas em distintas reuniões:

- (junho de 2008) O apoio a iniciativas de intercâmbio produtivo de governos subnacionais do MERCOSUL, com o objetivo de apoiar a integração produtiva de governadores e prefeitos no segundo semestre de 2008 e discutir as iniciativas nacionais e regionais de apoio à integração de cadeias produtivas.
- (dezembro de 2008) Relatório sobre a Rodada de integração produtiva do Frente Norte do MERCOSUL, Manaus / Rodada de integração produtiva do Eixo Sul, Foz do Iguaçu.
- (23 de junho de 2009) Convida-se aos integrantes do FCCR a participarem do Encontro de Comércio Exterior. Os setores atendidos serão: alimentos e bebidas / metal-mecânica / têxtil-confecção / casa e construção. Informa-se sobre diversos convênios tendentes a uma maior integração produtiva, os que incluem à Província de Santa Fé (Argentina), ao Estado do Paraná, (Brasil), ao Departamento de Itapúa (Paraguai), à Província de Tucumán (Argentina) e à Província de Misiones.

Uma recente pesquisa realizada por uma ONG da Argentina (INCIDIR, 2009) a cidades de Mercocidades, que foi respondida por mais de 40 representantes de governos locais, mostrou como resultado que entre as principais expectativas de participação na Rede está a “integração produtiva” (46%), e entre os aspectos que, segundo as cidades, devem ser aprofundados para alcançar maiores êxitos estão: o envio de informação sobre as possibilidades que o MERCOSUL oferece às cidades (42%) e a promoção das vinculações com os setores produtivos da região (42%).

Tudo isto demonstra o interesse formal que despertou a temática IP nos governos locais, particularmente através de Mercocidades e do FCCR, mas devemos ressaltar que sendo uma temática nova, **converteu-se basicamente em uma aspiração futura, já que ainda não se puderam dar passos relevantes para encaminhar projetos concretos. Aqui se centraliza um claro desafio.**

Pelo exposto até o momento, podemos começar a avaliar a vinculação entre as temáticas assinaladas ao início do presente capítulo:

- Na atualidade o objetivo da **integração produtiva no MERCOSUL contém um alto conteúdo discursivo e importantes limitações desde a realidade produtiva regional; em seus principais instrumentos a participação dos governos locais não foi considerada**, por isto limita o contexto favorável que os governos locais devem encontrar para definir seu próprio acionar.
- **As diversas teorias sobre desenvolvimento local / territorial (que surgem no âmbito de uma muito heterogênea composição de realidades locais) não têm ao processo de integração regional como um eixo central em seu horizonte, o**

qual demonstra que a dinâmica institucional e produtiva do MERCOSUL não foi permeável (em termos globais e estratégicos) à vista dos territórios e governos locais.

- As experiências que levaram adiante os governos locais da região (num número relativamente pequeno) no âmbito das vinculações internacionais mantêm basicamente suas características tradicionais, quer dizer, **priorizou-se a troca de experiências como principal resultado.**

- O acionar de **Mercocidades tendeu a modificar este parâmetro**, tentando aproximar a voz das cidades ao processo de integração regional, mas este esforço é mantido (enquanto a recursos humanos e financeiros) pelos próprios membros, **sem contar com um apoio explícito do MERCOSUL.** Isto limita as possibilidades de alcançar resultados, no âmbito produtivo, para as próprias cidades (governos e atores da sociedade civil).

Pelo exposto, a possibilidade de avançar em resultados concretos, no âmbito da integração produtiva e dos governos locais do MERCOSUL, transforma-se num novo desafio para Mercocidades e para suas cidades membros. As potenciais conquistas a alcançar se transformariam em uma grande colaboração para o processo regional, ao demonstrar que desde os governos locais comprometidos com a integração, com uma mirada ampla para seu desenvolvimento local e com uma dinâmica nova (pela presença dos atores locais e em particular o entrelaçado PME) podem se gerar projetos precisos de complementação produtiva entre cidades da região.

3. Articulação entre as políticas públicas de desenvolvimento local e as estratégias de vinculação produtiva no MERCOSUL

A partir do marco precedente (e com a premissa de encontrar-nos frente a uma temática pouco desenvolvida no MERCOSUL), analisou-se o comportamento dos governos locais para aproveitar as potencialidades produtivas das cidades a nível regional.

Para isso foram estudadas diferentes políticas públicas, projetos e ferramentas que foram desenvolvidas no grupo de cidades selecionadas, a participação dos atores da sociedade civil nas mesmas, o impacto sobre as estratégias de desenvolvimento local e a função de Mercocidades na estratégia de vinculação produtiva entre as cidades.

A continuação são expostas as principais conclusões obtidas através da análise de tais ferramentas.

3.1. Os sites oficiais dos governos locais na Internet

Para os governos (neste caso, locais) os sites oficiais na Internet se transformaram em uma ferramenta importante de difusão de suas políticas públicas, atividades, serviços e promoção (como o turismo). A isto deve se somar que desde

Mercocidades se considera a seu Portal como “mecanismo privilegiado para a comunicação entre as cidades da região” (STPM 2009, 59), e que as próprias cidades da Rede reconhecem sua utilização (75% delas, segundo a Pesquisa de INCIDIR).

Por isso foi realizada uma análise dos próprios sites oficiais na Internet das cidades selecionadas, com o objetivo de conhecer o espaço que é oferecido às seguintes temáticas: relações internacionais (em geral e a cooperação internacional), Mercocidades, produção (em geral, atividades destacadas e comércio exterior) e principais destinatários.

As temáticas selecionadas respondem às que consideramos centrais para a formação de um posicionamento das cidades para a integração produtiva, partindo desde o trabalho básico em áreas de cooperação e relações internacionais como em suas políticas produtivas; até o desenvolvimento de estratégias específicas nas temáticas.

Para avaliar o espaço outorgado foram definidas escalas. No caso do espaço oferecido (alto / médio / baixo / inexistente); para definir a visibilidade (página de início / segundo plano / de difícil localização / inexistente); sobre destinatários da web (cidadãos locais / visitantes externos); idiomas (oficial / MERCOSUL / MERCOSUL mais outro). Os principais resultados a destacar são:

a) Temática “relações internacionais”

Da análise realizada às páginas web das cidades selecionadas para o estudo, em relação à **importância outorgada à temática das Relações Internacionais (RRII)**, surge que **a maior parte delas (67%) destina pouco espaço**, sendo este refletido principalmente através de “notícias” acerca da participação dos chefes de governo em atividades de articulação e intercâmbio com outras cidades (algumas das quais, por outro lado, aparecem desatualizadas). Num termo intermediário podemos encontrar algumas cidades que outorgam a temática um espaço alto, destacando-se somente em 2 delas a existência de um portal exclusivo para a área (**Rosário e Tandil**), enquanto que outras o fazem com um link direto desde a página de início. Na mesma proporção detectamos que outras tantas não destinam nenhum espaço ou só o fazem através da menção da área e os dados de contato de seus responsáveis. Por último, apenas uma porcentagem menor das cidades analisadas destina um espaço médio às RRII, apresentando informação geral sobre o tema e alguns projetos nos quais a cidade está envolvida.

Quanto à **visibilidade** outorgada aos temas de RRII nas mesmas páginas, e complementando o anterior, pode se observar que **na grande maioria das webs analisadas, estes temas são difíceis de encontrar**, quer dizer, tem que “navegar” bastante até identificar alguma referência à área (em geral isto coincide com aquelas páginas que só publicam notícias sobre sua atividade internacional). Por outro lado, só algumas cidades outorgam uma alta visibilidade, localizando algum banner ou título principal na página de início da web, enquanto que uma porcentagem média de cidades os localiza num segundo plano, ou seja, que a área de Relações Internacionais (no caso de que tivesse um espaço destinado à mesma) ou as notícias referidas a eventos relacionados não são identificáveis a simples vista senão que se deve realizar uma busca mais minuciosa dentro do organograma de governo.

Indagando acerca de quais são os temas que os municípios decidem mostrar através de suas webs, surge que pouco mais da metade das cidades analisadas apresentam informação em maior ou menor medida sobre programas ou oferta de **Cooperação Internacional** (tanto vertical, como horizontal ou descentralizada). Neste sentido, por exemplo, a cidade de **Belo Horizonte** realiza uma descrição sobre a missão da Secretaria de Relações Internacionais e sobre seus eixos de trabalho, com informação sobre os projetos internacionais em que a cidade está envolvida.

No portal de **Rosário**, por seu lado, são apresentados os objetivos da área e uma lista das fontes de cooperação, tanto a nível bilateral como multilateral, com as quais o município tem trabalhado ou está trabalhando projetos desde o ano 1992. Assim mesmo são enumeradas as áreas de trabalho de governo envolvidas segundo cada fonte de cooperação.

Em alguns outros casos, como **Campinas**, só se observa a oferta de bolsas disponível através da cooperação. Na web de Campinas tem uma breve descrição dos objetivos da Secretaria de Cooperação Internacional, seu organograma, legislação, notícias e três links, sendo um deles da Rede de Mercocidades. A página de **Tandil** tem um setor de Cooperação Internacional onde são expostos os eixos de CI Descentralizada, destacando os acordos de Irmanação e de Colaboração Comercial que têm o município. Mesmo assim contribui com uma lista de todas as bolsas e cursos oferecidos por organismos estrangeiros para a realização de pós-graduações.

Em menor medida, algumas cidades apresentam escassa informação sobre atividades de cooperação internacional. Em geral as mesmas estão relacionadas com viagens do chefe de governo ou referências a programas de cidades irmãs onde são realizadas trocas de experiências e informação sobre cultura e costumes das cidades envolvidas.

Os 50% restante das cidades analisadas não oferecem informação sobre cooperação internacional em suas páginas web.

Em relação à **Participação das cidades em Redes**, só algumas apresentam um alto nível de informação em suas páginas, como são os casos de **Rosário**, **Tandil** e **Belo Horizonte**. Além de sua participação em Mercocidades, mencionam a função de cada Município em Organizações tais como: Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE), Foro de Autoridades Locais (FAL), Cidades Unidas contra a Pobreza; Programa URB-AL; Centro Ibero-Americano de Desenvolvimento Estratégico Urbano (CIDEU); Foro Consultivo de Municípios, Estados Federais, Províncias e Departamentos do MERCOSUL (FCCR), entre outras.

Algumas outras cidades exibem um nível médio de informação sobre sua participação em redes. Na web de **Campinas**, por exemplo, é feita alguma menção sobre CGLU e a Rede Mercocidades, ao igual que na de **Morón**.

Numa proporção um pouco maior, tem cidades que mostram um baixo nível de informação sobre sua participação em redes. No caso de **Vitória**, por exemplo, não existe um espaço reservado para a temática internacional, mas ao indagar nos setores de cada secretaria de governo, pudemos encontrar informação acerca da participação de cada área em eventos

da Rede de Mercocidades. Nos casos de **Montevidéu** e **Paso de los Libres**, só pode ser observada esta participação através de alguma notícia publicada sobre algum evento em particular.

As páginas de algumas cidades como **Rafaela**, **Porto Alegre** e **São Carlos**, não apresentam informação sobre participação em redes, nem sequer sobre Mercocidades, em alguns casos, o que não significa que não participem nas mesmas.

Através destes dados podemos observar que **as relações internacionais não estão suficientemente informadas a partir de seus sites oficiais na Internet, mesmo que todas estas cidades realizam atividades (em diverso grau). Isto marca uma limitação para o conhecimento para o interior dos próprios governos e, particularmente, para o resto dos atores locais.**

b) Mercocidades

Em relação especificamente a abordagem que sobre a **Rede de Mercocidades** é realizada nas páginas web, pode-se dizer que um terço delas destina uma grande quantidade de espaço, explicando em que consiste a Rede, quais são seus objetivos e atividades, etc. Coincidentemente, aquelas que destinam muito espaço também apresentam esta informação de maneira muito visível, encontrando-se em alguns casos na página de início de suas webs, mediante a forma de banner ou um link direto à página da rede na sub-web da área de relações internacionais. Estes são os casos de **Morón**, **Rosário** e **Campinas**. Neste último, além de um link conectando a página oficial de Mercocidades, a web apresenta uma descrição completa da Rede, incluindo a lista das Unidades Temáticas. Nos casos de Morón e Rosário, que foram e são (respectivamente) Secretaria Executiva da Rede, a informação disponível é abundante e de grande visibilidade.

Uma porcentagem similar de cidades destina escasso ou médio espaço em suas páginas a Mercocidades, sendo este principalmente vinculado a notícias sobre eventos da Rede, e cuja visibilidade aparece através do link da área de RRII, quando esta existe.

c) Produção

Analisando o espaço destinado à temática de **Produção** nas páginas web dos municípios, encontramos-nos com que a maior parte destes **dedica uma alta quantidade de espaço (74%)**, dos quais a metade apresenta a informação na página de início. Em alguns casos, as cidades mostram este tema dentro da área de desenvolvimento produtivo, enquanto que em outros casos na página web estão os dados de contato destas áreas, mas as atividades relacionadas com a temática aparecem como notícias dentro de outros links.

O resto das cidades dedica um espaço intermediário e baixo à temática de desenvolvimento produtivo, enquanto que apenas algumas não dedicam nenhum um setor, apesar de poderem apresentar informação turística, que não está vinculada explicitamente ao desenvolvimento produtivo em sua página web.

Dentro da temática de desenvolvimento produtivo, as atividades mais difundidas nos sites são as relacionadas com a promoção da produção local, o turismo, o comércio exterior, os polos tecnológicos e parques industriais, assim como possibilidades de financiamento para o setor.

Claramente **as políticas produtivas são um dos eixos centrais nas estratégias de desenvolvimento local, por isso sua importância cresce entre as políticas públicas que os governos informam e promovem**. Mas, ao analisar desde uma das ações que ajudariam a aproximar aos caminhos da integração produtiva (como é o comércio exterior) observamos resultados similares aos pontos a) e b); pelo que poderia se entender que conceitualmente tende a compreender ao comércio exterior como partes das relações internacionais da cidade.

Quanto à temática do Comércio Exterior, a maioria das cidades não apresenta em suas páginas web informação alguma a respeito. Entretanto, têm outras que sim, e o fazem de forma exaustiva, proporcionando, por exemplo, informação sobre ferramentas para exportar, promoção do comércio exterior, missões comerciais, feiras, etc. O caso mais representativo disso é **Rafaela**, onde na web pode ser observado um catálogo sobre a oferta exportável da cidade.

d) Destinatários e idiomas

Quase a totalidade das cidades destina suas páginas web, além dos cidadãos locais, a visitantes de outras cidades, o que pode ser constatado –especialmente– através da observação de uma ampla quantidade de informação sobre promoção turística.

Assim mesmo, **80% das páginas analisadas apresentam a informação só no idioma oficial de seu país**. Entre as páginas que oferecem versões em outros idiomas, tanto do MERCOSUL como de outras regiões, só algumas apresentam a informação de turismo num idioma que não é unicamente o oficial.

No caso de **Rosário**, por exemplo, só o portal de RRII oferece a possibilidade de ler a informação em outros idiomas além do espanhol, que são: inglês, francês, italiano e português.

Isto implica uma limitação para a promoção da cidade dirigida a gerar interesse, por exemplo, a escala empresarial.

e) Espaço para atores locais

Em 33% das páginas existe um espaço alto destinado aos atores locais da sociedade civil, 20% um espaço médio, 27% um espaço baixo e 20% não destina nenhum espaço a estes.

Em geral **o espaço destinado a atores locais da sociedade civil** está orientado principalmente a organizações sociais e a participação comunitária, onde se trata de fortalecer os laços com a sociedade civil e as instituições locais; programas de responsabilidade social empresarial, para que as empresas assumam compromissos com respeito ao desenvolvimento da sociedade; promoção de empreendimentos promovidos por organizações de vizinhos, entre outros.

Da análise destas páginas surge que apenas 2 cidades não dedicam nenhum espaço a atores locais, ao menos não de maneira explícita.

Aqui começa a ser refletido o grau de participação diversa que os atores locais têm dentro das políticas públicas municipais; nas quais em muitas ocasiões só são vistos como “destinatários” das mesmas e não parte delas (em suas definições e execução).

Como pode ser observado nesta primeira análise –tomando aos sites oficiais na Internet como um primeiro espaço de difusão das políticas públicas, claramente democrático e como abertura para agentes externos–, **existem importantes disparidades nos enfoques** que as cidades realizam sobre duas das temáticas centrais para aproximarmos à possibilidade de trabalhar a integração produtiva: o desenvolvimento produtivo e as relações internacionais.

Claramente a **temática produtiva tem um maior nível de desenvolvimento que a referida às relações internacionais**. Em parte porque a temática produtiva é mais sensível à realidade local (e em especial quando está vinculada ao fomento de empreendimentos, de investimentos ou ao emprego), enquanto que *os temas internacionais não sempre podem ser vinculados a resultados tangíveis para a sociedade e costumam gerar questionamentos se isto não é incorporado e compreendido pelo resto dos atores locais*.

Neste ponto, é oportuno marcar um artigo publicado no site de Paysandú, no qual o prefeito Julio Pintos reflete após relatar os êxitos obtidos com a cooperação internacional: “Seguirão esses críticos de então dizendo às pessoas que é uma virtude de um prefeito atuar fechado e de costas ao que o mundo oferece? Cada vez mais, os programas dos governos departamentais devem incluir um capítulo internacional. O que não o entende assim, ou pretende ser um mero administrador ou não tem idéia do mundo no qual vivemos”.

3.2 As políticas produtivas das cidades

A partir das entrevistas aos funcionários municipais e a avaliação da documentação relacionada às **políticas produtivas levadas adiante pelos governos locais**, podemos observar que as mesmas têm como objetivo central favorecer o desenvolvimento local das cidades, e que majoritariamente essas políticas produtivas estão assentadas em três eixos principais:

1) desenvolvimento produtivo do município: fomento à criação de parques industriais para a radicação de novas empresas, isenções fiscais, atração de investimentos, geração de complexos ou polos industriais específicos, incubadoras de empresas, promoção para PMES com políticas de crédito para seu desenvolvimento, financiamento, desenvolvimento do turismo, capacitação e criação de emprego qualificado;

2) políticas de melhoria da competitividade das empresas: criação de marcas cidade, certificação de qualidade, apoio à inovação e ao financiamento;

3) internacionalização: participação em feiras, missões, rodadas de negócios, promoção do associativismo através da criação de consórcios ou grupos de exportação, diversificação de mercados de exportação, programas de apoio à primeira exportação.

Os três eixos de políticas produtivas mencionados estão atravessados por linhas que podem servir de base para políticas de integração produtiva (melhoria da competitividade, internacionalização e dentro do desenvolvimento produtivo atração de investimentos e turismo). Entretanto nenhuma cidade fez menção a políticas de integração na hora de falar de seus eixos de desenvolvimento produtivo.

Quadro 2. Principais eixos de políticas produtivas desenvolvidas pelos governos locais

Melhoria da competitividade
Atração de investimentos externos
Desenvolvimento produtivo local
Geração de emprego qualificado
Inserção internacional
Geração de redes institucionais de atores públicos e privados
Desenvolvimento turístico da cidade
Inovação tecnológica
Financiamento
Incubadoras de empresas
Promoção ao desenvolvimento de PMES
Criação de parques industriais e polos tecnológicos

Fonte: Elaboração própria baseada nas entrevistas a funcionários locais.

Neste sentido, vemos que a concepção das cidades de suas políticas produtivas está baseada claramente em ferramentas locais, e existe uma baixa projeção em sua vinculação com outras cidades, mesmo com aquelas do âmbito regional mais próximo.

Assim mesmo, estas políticas geralmente são de corte horizontal, quer dizer não estão dirigidas a nenhum setor específico. Só em uns poucos casos os funcionários mencionaram políticas dirigidas a determinados setores considerados como estratégicos para o desenvolvimento produtivo local (ver Quadro 3).

Quadro 3. Setores destinatários das políticas produtivas locais

Setor agropecuário
Cadeia metalmecânica
Turismo
Cadeia agro-alimentar
Indústria de software e serviços informáticos

Fonte: Elaboração própria baseada nas entrevistas a funcionários locais.

Quanto às **políticas orientadas para o exterior** (que têm uma ponderação de menor relevância relativa dentro do núcleo das políticas produtivas analisadas), **se enquadram dentro de um esquema de “acionar externo” do governo local**, mais que em uma “política de relações internacionais” ou “participação em projetos de integração regional”.

Temos classificado a este acionar externo como a realização de atividades internacionais através de diversas áreas do governo (neste caso de desenvolvimento produtivo ou relações internacionais) para levar adiante “suas” políticas públicas, mas que podem ou não estar coordenadas a uma estratégia global da cidade e que centralmente estão baseadas no intercâmbio de experiências ou na busca de resultados “tradicionais” pontuais.

Ressaltamos o termo “tradicional” já que estas *ações podem ser desenvolvidas perfeitamente sem o âmbito de um projeto de integração*, e na prática as cidades as levam adiante tanto com cidades que são parte do MERCOSUL, como com cidades de outras regiões. Um exemplo disso é a participação em missões comerciais, feiras ou rodadas de negócios, que foram mencionadas em diversos casos, com a proposta de melhorar os vínculos internacionais das empresas do município. Entretanto, os destinos não sempre são fixados pelas próprias cidades (porque na maioria das vezes se somam a ações de organismos provinciais ou nacionais), e está claro que é um acionar que é realizado dentro e fora do MERCOSUL, sob o conceito (nacional) de diversificar os destinos das exportações.

Neste sentido, o MERCOSUL apresenta uma série de vantagens para que as PMES possam iniciar uma saída exportadora, entre as quais podem ser mencionadas: os baixos custos de transporte, derivados da menor distância dos mercados de destino dos produtos; o idioma em comum, que facilita a comunicação na hora de realizar negócios, e a cultura em comum.

Assim mesmo, o comércio intrazona (as exportações dos países do bloco para seus sócios comerciais) cresceu um 186% entre 2003 e 2008, dado significativo na hora de analisar a importância do mercado ampliado como destino das vendas das empresas da região.

Quadro 4. Exportações intrazona dos países do MERCOSUL. Anos 2003 e 2008. Em milhões de dólares.

	2003	2008
Argentina	5.645	16.107
Brasil	1.115	4.132
Paraguai	668	1.392
Uruguai	519	1.094
TOTAL	7.946	22.724

Fonte: Elaboração própria baseada em dados de INDEC, SECEX e COMTRADE.

A maioria das cidades afirmou que algumas das políticas produtivas que geraram contatos externos (comércio exterior, vinculações internacionais, atração de investimentos, entre outras) envolveram a participação ativa de outras cidades, quer dizer, as outras cidades não foram só meras receptoras ou destinatárias passivas destas políticas. Em particular, as *políticas que segundo as cidades envolveram a participação ativa de outras cidades são as relacionadas ao comércio exterior e estão relacionadas com a participação em feiras internacionais e missões comerciais; também foi mencionada a troca de experiências, a promoção do turismo e em menor medida a busca de investimentos.*

Em geral as cidades envolvidas são do mesmo país, do MERCOSUL ou da América Latina. São mencionadas as relações com cidades europeias (em particular da Itália) que estão relacionadas com a obtenção de fundos de cooperação para o apoio de políticas de desenvolvimento local. **Em nenhum caso foi mencionada especificamente a relação com outras cidades para o desenvolvimento de políticas tendentes à integração produtiva.**

Para analisar os **resultados das políticas produtivas (orientadas às vinculações internacionais)** foram **consultados os funcionários** das cidades que tinham cumprido seus objetivos.

A maioria dos funcionários afirmou que as políticas implementadas tinham cumprido os objetivos previstos. Em particular, os resultados mais destacados foram as atividades relacionadas com o comércio exterior, onde se obteve uma alta participação de empresas e a abertura de novos mercados de exportação.

Em alguns casos a avaliação foi positiva, mas se ressaltou também que estas políticas estavam em uma etapa inicial que não permitia realizar uma avaliação profunda de seus resultados.

Naqueles casos onde a avaliação foi negativa, a explicação dos funcionários foi que as mesmas “não tiveram a continuidade suficiente como para serem avaliadas nos distintos níveis”.

Em outro caso a avaliação foi mista: algumas políticas implementadas foram exitosas e outras não, aquelas que “não cumpriram todos seus objetivos foram reformuladas para voltarem a ser implementadas e cumprirem com todos os objetivos propostos”.

Desde a percepção dos atores da sociedade civil, a maioria considerou que as políticas implementadas pelos governos locais cumpriram com suas expectativas.

Entre outros conceitos, destacaram que:

“em matéria de comércio exterior se obteve um posicionamento e um reconhecimento internacional que permitiram às empresas locais acederem a mercados internacionais com uma marca registrada de sua cidade de origem (no setor tecnológico)”;

“durante a implementação das políticas foram considerados os aspectos mais práticos necessários para serem levados adiante”;

“sempre tem diálogo e compromisso das duas partes”.

Nos casos em que os atores expressaram uma avaliação negativa das políticas produtivas, esta foi relacionada com a existência da idiosincrasia da comunidade empresarial local; a falta de implementação de algumas políticas; que num princípio eram positivas, porém tinham muitas expectativas de obter mais e melhores resultados; ou que existiam poucas ferramentas para avaliar a gestão do governo local.

Cabe destacar, novamente, **que algumas das políticas ponderadas (especialmente as ações de comércio exterior) poderiam ser constituídas na base para um projeto de integração produtiva, mas ainda não tinham sido en-**

tendidas como tais pelos governos locais; e, portanto eram perdidos de vista os resultados benéficos que poderia ter para a cidade o desenvolvimento das mesmas, como ferramentas para a integração e para passar a outro nível na estratégia de relações internacionais das cidades.

Portanto, podemos observar que a integração regional (e em especial as possibilidades de integração produtiva) não se encontra dentro dos eixos centrais das políticas que sustentam os projetos de desenvolvimento local (no período analisado) deste grupo de cidades.

Isto pode estar fundamentado em que o MERCOSUL –como projeto comum– teve altos e baixos nas apreciações gerais; que desde a condução do bloco não foi definida uma política de informação de oportunidades nem de atração de atores; que os resultados econômicos da integração não foram distribuídos equitativamente e que ainda a lógica de vinculação internacional (baseada no trabalho articulado com outras cidades e atores) segue sendo uma estratégia secundária ou longe para as cidades.

Neste sentido, a percepção dos governos locais acerca das vantagens do processo de integração no âmbito do MERCOSUL passa por melhoras em seu comércio exterior (que a sua vez redundam em melhorias de competitividade), turismo, vantagens obtidas no âmbito do intercâmbio de experiências e em algum caso se propõe como vantagem a possibilidade de atração de investimentos. Uns **poucos casos mencionam a possibilidade da complementação produtiva, porém como uma vantagem a ser desenvolvida e não como um fato concreto.**

As poucas cidades que mencionaram desvantagens derivadas do processo de integração ressaltam o fato da falta de políticas específicas que impulsionem o processo de integração regional e diminuam as assimetrias do bloco.

Com a finalidade de contribuir com outros elementos sobre o desempenho das estratégias de vinculação produtiva internacional, introduzimos uma variante adicional, que é a **percepção do grau de impacto que teve (segundo as entrevistas) Mercocidades**, no âmbito das políticas produtivas dos municípios e na vinculação com cidades da região.

Em primeiro lugar, surgem graus de participação diversos em Mercocidades. Na maioria das cidades entrevistadas se manifestou ter participado ou participar em instâncias políticas da Rede, como a Secretaria Executiva, o Conselho ou a Comissão Diretiva.

Com respeito às **unidades temáticas, (UT) quase a totalidade das cidades participa em uma ou mais.** Assim mesmo, algumas cidades expressaram que têm uma participação mais ativa nas UT ocupando cargos de coordenação ou subcoordenação, enquanto que outras manifestaram que sua participação consiste em formar parte de atividades realizadas pelas mesmas.

Só 5 das 11 cidades participam, atualmente, de forma ativa na Unidade temática de Desenvolvimento Econômico Local (UTDEL); as que manifestam uma participação mais plena são as que colaboram em instâncias de coordenação.

As que manifestam uma participação fraca formaram parte de atividades organizadas pela mesma (rodadas de negócios, troca de experiências).

Unidade Temática de Desenvolvimento Econômico Local (UTDEL)

A temática do desenvolvimento econômico local foi abordada permanentemente através das distintas consignas e lemas que inspiraram as diferentes Cúpulas da Rede de Mercocidades ao longo dos últimos anos. Exemplo disso foram: o lema da IX Cúpula de Montevideu em 2003: *“Cidades pela inclusão social e a integração regional. Instrumentos para a criação de trabalho e emprego”*; o da XI Cúpula de Santo André em 2005, definido como *“As cidades como protagonistas do desenvolvimento local”*; o da XII Cúpula de 2006 em Morón, *“Cidades com inclusão social e protagonismo. Crescer com identidade, distribuir com equidade”*, e o da XIII Cúpula na cidade de Canelones, em julho de 2008, *“Construindo identidade regional. Por uma integração social, cultural, produtiva e sustentável”*.

Assim mesmo, diversos encontros e seminários organizados no âmbito da Rede pretenderam instalar a convicção e a relevância do Desenvolvimento Econômico Local como eixo primordial das cidades para sua inserção competitiva no cenário global, abordando temas como *“Os municípios e o desenvolvimento econômico no novo lançamento do MERCOSUL. Gestão local participativa e complementaridade produtiva”* ou *“As Cidades e a Integração Econômica no MERCOSUL”*, assim como *“Políticas para um Desenvolvimento Local Sustentável”*, só por citar alguns.

Neste contexto e em sintonia com as inquietações e motivações expressas pela Rede, é que se insere o trabalho da **Unidade Temática de Desenvolvimento Econômico Local (UTDEL)** de Mercocidades. Criada em 1997, a UTDEL vem trabalhando na identificação de problemáticas comuns e necessidades operativas que atravessam os governos locais desde a perspectiva do desenvolvimento econômico em suas cidades.

Em linhas gerais, ao longo dos anos, a UTDEL centralizou sua atenção na troca de experiências e boas práticas de gestão das cidades membros, incorporando a seu calendário de atividades aquelas que em cada município apareceram como exitosas e suscetíveis de serem copiadas pelas demais.

Os eixos prioritários para a elaboração dos planos de trabalho das distintas coordenações foram recorrentemente às ações tendentes ao enriquecimento das gestões locais, tais como: capacitação, assistência técnica, promoção comercial e integração regional, assim como aqueles aspectos vinculados ao fortalecimento institucional da própria Unidade Temática, no âmbito dos lineamentos de trabalho propostos por Mercocidades.

Neste sentido, e tomando como exemplo as propostas de trabalho apresentadas pelas coordenações das cidades de Rosário e Morón durante o período compreendido entre os anos 2006 e 2009, pode se apreciar que as mesmas incluíram, entre outros, os seguintes objetivos: **Contribuir para a ampliação e o fortalecimento da UTDEL** (gerando incentivos à participação, assim como espaços para a discussão e difusão das atividades, realizando publicações e um Observatório da Rede, promovendo a articulação com outras unidades temáticas que abordam a problemática do desenvolvimento local, etc.); **Promover a realização de negócios entre empresas das cidades**

Continua

da Rede (através, por exemplo, da elaboração de um Banco de Dados sobre eventos de negócios e Diretório de Empresas; realizando rodadas de negócios, missões comerciais inversas e feiras nas cidades membros); **Fortalecer o espaço da economia social e solidária como campo específico da política pública de natureza socio-produtiva** (através do levantamento e intercâmbio de projetos que as cidades executam, desenvolvendo seminários e oficinas, etc.); **Impulsionar a cooperação empresarial em matéria de complementação produtiva** (através da realização de um estudo sobre as cadeias produtivas das diferentes regiões de cada uma das cidades membros da rede, contemplando as decisões tomadas no âmbito dos Foros de Competitividade Industrial do MERCOSUL, fazendo as universidades participarem, etc.); **Promover a cooperação horizontal a partir da troca de experiências exitosas**; **Integrar a perspectiva científico-acadêmica dentro das atividades realizadas pela UT** (com capacitações e seminários); **Sistematizar a troca de experiências de boas práticas de gestão do desenvolvimento econômico local**; **Promover o fortalecimento das agências de desenvolvimento**; **Identificar fontes de cooperação internacional para o desenvolvimento produtivo**; **Realizar um seguimento das instâncias do MERCOSUL relacionadas com a temática** (FOCEM, Foros de Competitividade); entre outros.

Fazendo uma revisão através das atas das reuniões periódicas que a UTDEL realiza, **pode se observar que na prática aquelas atividades que terminaram sendo feitas foram e são fundamentalmente as vinculadas à troca de experiências exitosas entre as cidades, à promoção de negócios entre empresas, e aquelas destinadas à capacitação e enriquecimento técnico, tanto de funcionários como de atores da sociedade civil.**

Prova disso foram as atividades desenvolvidas durante os últimos anos, tais como:

- As feiras e Seminários sobre Economia Social e Solidária, organizados em várias oportunidades em diferentes cidades da Rede
- Feiras da Cooperação (em suas distintas edições)
- Rodadas e Encontros de Negócios (por exemplo, no âmbito das Cúpulas de Morón 2006 e Rosário 2009, respectivamente)
- Participação através de um stand de Mercocidades na Feira Multisetorial EPSAM 2009, em General San Martín
- Publicação da Revista periódica Diálogo Econômico Local
- Realização de uma reunião conjunta entre a UTDEL e a Unidade Temática de Planejamento Estratégico da Rede, com o objetivo de conhecer e trocar experiências que relacionem a gestão do Desenvolvimento Econômico Local no âmbito dos Planos Estratégicos impulsionados pelos governos locais
- Realização de Cursos e Programas de Capacitação (como o V Seminário Internacional da Rede de Desenvolvimento Econômico, Territorial e Emprego para América Latina e Caribe, realizado na cidade de Rafaela em maio de 2009)

Por outro lado, foi implementado o Banco de Boas Práticas de Gestão da Unidade Temática de Desenvolvimento Econômico Local, o qual representa uma base de dados que recolhe e difunde experiências inovadoras de gestão e prestação de serviços realizados pelos governos locais e/ou pelas agências de desenvolvimento econômi-

Continua

co que formam parte da Rede de Mercocidades. Seu propósito é difundir programas e projetos de gestão municipal, servindo de exemplo para outras administrações locais, utilizando a Internet para divulgar e publicitar estas experiências. O mesmo está disponível no portal da Rede: **www.mercociudades.org**

Assim mesmo, é preciso destacar que uma das atividades realizadas no âmbito da UTDEL que teve maior convocatória e repercussão foi o 2º Encontro Latino-Americano de Institutos e Agências de Desenvolvimento Econômico Local, junto com a Feira da Cooperação e o 3º Encontro Regional de Economia Solidária, desenvolvido em outubro de 2008 na cidade de Morón. Este evento contou com a participação de funcionários e chefes operativos de Agências DEL de mais de 70 cidades dos cinco países do MERCOSUL.

Por último, cabe ressaltar que existem outras idéias e projetos que estão sendo discutidos no interior da UTDEL, que não foram materializados ainda ou que estão em sua fase de definição, como por exemplo, a Construção de um Perfil socioeconômico e cultural das cidades; a criação de um Diretório Industrial e de Serviços da UTDEL, que contenha a oferta exportável das cidades com o objeto de se converter num insumo para o intercâmbio comercial; a Participação em Missões comerciais de comitivas formadas por empresas das cidades membros.

Em termos gerais, pode se dizer que ***existem certas dificuldades na hora de plasmar e concretizar muitos dos projetos que são propostos*** em ocasião das reuniões, e as mesmas estão relacionadas, entre outros fatores, com a falta de vontade e decisão política para a designação de recursos econômicos e humanos; a falta de compromisso mantido pelos funcionários, o que impossibilita gerar projetos a longo prazo; as discontinuidades no envolvimento das idéias por parte dos atores e/ou funcionários que terminam por diluir as boas intenções, ficando relegadas frente às urgências imediatas e cotidianas de suas realidades locais; a discontinuidade nas gestões de governos a nível local.

A UTDEL é atualmente coordenada pela cidade de Morón, Argentina, sendo Campinas, Brasil, a subcoordenadora. A unidade temática possui duas comissões: a de Economia Solidária e a de Fomento de Negócios. Entretanto, em base ao balanço das atuações realizadas durante os últimos anos, na última reunião da UTDEL –realizada em agosto de 2009 no âmbito da Cúpula de Rosário–, se resolveu dissolver o trabalho em tais comissões que se vinha realizando desde 2006 para que o mesmo fosse absorvido pelo trabalho permanente da coordenação e subcoordenação da Unidade Temática.

A metade das cidades entrevistadas afirmou que as políticas produtivas que geraram contatos externos para as cidades **não contaram com a participação de Mercocidades**.

Aquelas que afirmaram que **Mercocidades facilitou** de alguma maneira suas políticas produtivas que geraram vínculos externos **caracterizaram o acionar da Rede como facilitadora de contatos** em atividades que organizou (como encontros regionais de agências e institutos de desenvolvimento econômico local e feiras de cooperação).

Em 8 casos, das 11 cidades entrevistadas, afirmou-se não ter colaborado com outras cidades na elaboração ou implementação de políticas produtivas que geraram contatos externos.

Dos resultados mencionados foram feitas algumas considerações.

- Existe uma concepção nos governos locais que considera a outras cidades como interlocutoras válidas para trocar experiências e aprender de casos exitosos, mas não são consideradas na hora de organizar atividades ou gerar políticas que impliquem melhorar sua inserção produtiva internacional.
- Em muitas cidades, incluso aquelas que têm uma participação ativa nas instâncias técnicas e políticas de Mercocidades, não consideraram à Rede como um ator relevante na hora de propor políticas orientadas a seu relacionamento produtivo externo.

Isto não significa que não tenham experiência no trabalho em Rede e sobre temas produtivos, senão que não conseguiram se constituir num eixo central das políticas de desenvolvimento das cidades.

A maioria das cidades participa em outras redes (em geral na escala de sua região), que são relacionadas com a vinculação comercial externa da cidade (corredor bioceânico, competitividade territorial), em promoção de exportações, em uma associação de municípios de fronteira, entre outras.

- Em geral as *atividades* organizadas pela UTDEL (mais além das declarações ou dos planos de trabalho) trasladam uma visão sobre como as relações internacionais podem “ajudar” ao desenvolvimento local, e a mesma passa por atividades tradicionais de acionar externo.
- Estas atividades apontam a troca de experiências. Neste sentido pareceria existir uma concepção da Rede como facilitadora deste tipo de vinculação, **desperdiçando uma vez mais a possibilidade de utilizar a Mercocidades como articuladora de políticas de integração produtiva entre as cidades.**

Isto permite distribuir responsabilidades entre as cidades, cujas políticas produtivas têm uma baixa consideração do impacto das vinculações externas para a cidade (ou a “delegam” em outros níveis governamentais) e em geral as estratégias de relações internacionais só contemplam o nível do “acionar externo”. **Por outro lado, Mercocidades**, não soube se posicionar como impulsora, facilitadora e/ou articuladora de políticas de vinculação produtiva regional (passo prévio para propor políticas de integração produtiva).

Por último, é também importante destacar algumas experiências mencionadas pelas cidades analisadas, que podem se constituir em ferramentas para o desenvolvimento de possíveis ações de integração produtiva; como os seguintes casos:

- “Tandil se apresenta em Montevideu e Montevideu em Tandil”, uma atividade que envolve a área do turismo.
- São Carlos e a criação da Rede Mercocidades de Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica, moldada como política orientada ao desenvolvimento local gerado em cooperação com outras cidades e facilitada pela Rede.
- Paso de los Libres, através do Governo Municipal e da Agência de Desenvolvimento, desenhou “Razões estratégicas e projetos de infraestrutura a desenvolver para potencializar sua localização geográfica estratégica dentro do MERCOSUL”. Com diversos eixos: Alfândega - Ponte Internacional - Corredor Bioceânico / Complexo Terminal de Cargas / Rodovia Gua-
leguaychú - Paso de los Libres / Energia Elétrica (Projeto para FOCEM) / Gás Natural / Zona Franca / Águas Termais / Zona de Atividades Logística e de Serviços / Cidade Gaúcha (*que constitui o projeto conjunto entre duas cidades de fronteira, Paso de los Libres e Uruguiana*).

3.3. Participação dos atores locais

Um eixo central dentro da definição das políticas produtivas das cidades é o grau de participação que os diversos atores sociais têm nas mesmas, tanto desde sua definição como em sua execução. Para isso, foram incluídas perguntas a respeito nas entrevistas realizadas tanto aos funcionários municipais como aos próprios atores da sociedade civil.

Arroyo (sem data) define a este tipo de participação como “estilo político” (como se governa) dentro da dinâmica do desenvolvimento local. Dentro do mesmo menciona três estilos: modelo centralizado (aquele que planifica e executa é o governo municipal); modelo descentralizado (no qual a execução é realizada pelo que está mais perto do problema), e modelo de gestão associada (onde na planificação e na execução trabalham em conjunto o município e os atores sociais).

A maioria dos funcionários locais entrevistados **qualificou a participação** dos atores locais da sociedade civil nas políticas produtivas das cidades **como ativa e satisfatória**.

Majoritariamente essa participação dos atores locais, nas políticas produtivas, está relacionada com **diversas instâncias de articulação público-privada** (desde agências de desenvolvimento até a participação em âmbitos de discussão sobre o plano estratégico da cidade); mas aquelas políticas relacionadas com as vinculações externas estão marcadas por uma **forte inclinação** para atividades tendentes a melhorar suas capacidades de inserção no âmbito internacional (**comércio exterior**) e com **escassas propostas de vinculação com outras cidades**.

Entre os atores locais que participam nestas instâncias se mencionam câmaras e associações empresariais (setoriais e de comércio exterior), polos tecnológicos, sindicatos, universidades e ONG.

Para ter um indicador do grau de participação dos atores locais, perguntou-se aos funcionários municipais pelas propostas apresentadas pelos atores da sociedade civil em matéria de políticas produtivas da cidade e de políticas de integração com atores de outras cidades.

As respostas obtidas mostram, em primeiro lugar, que majoritariamente as propostas foram centralizadas nas políticas produtivas da cidade; mas fundamentalmente surge que em algumas das cidades que percebem a participação dos atores da sociedade como ativa, os mesmos **não apresentaram propostas; em geral –nestas cidades– o que os governos locais percebem como uma participação ativa é uma “boa receptividade das políticas propostas” pelos governos;** desta maneira **se coloca aos atores da sociedade civil como sujeitos passivos das políticas e não como sujeitos ativos que propõem e debatem as mesmas.**

Em alguns casos o tipo de participação percebida como apresentação de propostas é mais uma **apresentação, por parte dos atores, de suas necessidades** para que o governo elabore as políticas tendentes a resolvê-las. Assim, voltamos a nos deparar com uma concepção de participação que passa mais pelo levantamento das demandas dos atores por parte do governo, para uma posterior elaboração de políticas, que é apresentada a estes.

Em outros casos, se bem que desde o governo local se percebe que tem uma política de articulação e cooperação com os atores da sociedade civil, também reconhecem (percepção que se confirma nas respostas dos próprios atores) que **estes não consideram ao governo local como o interlocutor válido na hora de enfrentar as dificuldades ou oportunidades surgidas no âmbito externo (tanto do MERCOSUL como do comércio exterior), e portanto, em tais circunstâncias recorrem ao governo central** (ou provincial). Isto mostra que, para muitos atores locais, na hora de adotar uma estratégia de inserção externa o governo local não é o principal aliado a considerar.

Naqueles escassos exemplos em que os atores da sociedade civil apresentaram propostas de integração com atores de outras cidades, as mesmas se referiam a **projetos relacionados ao comércio exterior**, como a organização de encontros de negócios entre empresas.

Um aspecto importante para resgatar das experiências levadas foi a metodologia diversa de articulação público-privada e as respostas desiguais que foram obtidas, marcadas pela idiosincrasia do lugar. Ainda que seja claro que **os métodos estáveis de articulação (o que Arroyo define como “modelo de gestão associada”) permitiram um nível de participação (com propostas) e envolvimento maior dos atores privados.** Assim mesmo, dentro destes atores foi mantido, desde os governos locais, um nível de vinculação maior com os representantes das câmaras empresarias que com outros atores.

Por outro lado, também foram consultados **os próprios atores sociais** sobre sua participação nas políticas produtivas.

Prévio a nos centralizar na análise dos principais resultados, **podemos assinalar que foi muito difícil obter a resposta** dos atores sociais às pesquisas elaboradas no âmbito do presente estudo (mesmo quando foi feito um contato através do município, com o qual –segundo pode apreciar– mantêm um bom nível de relação).

Isto pode ser interpretado tanto pelo pouco conhecimento que têm de Mercocidades, como pela dificuldade de interpretar à integração produtiva como uma oportunidade que oferece o MERCOSUL, por isso estas variáveis impactam negativamente na motivação para colaborar com uma temática considerada longe das necessidades destes atores.

A maioria dos atores locais entrevistados afirma conhecer os programas produtivos dos municípios, e ser usuários dos mesmos, em particular os enquadrados no eixo 1 de políticas produtivas (desenvolvimento produtivo do município) e no eixo 3 (internacionalização).

Alguns atores participam também em programas de integração produtiva, entretanto na hora de especificar a que tipo de integração se referem, das entrevistas se desprende que é a integração produtiva local (integração de fornecedores locais às cadeias de valor da região do país ao que pertencem, parques tecnológicos e melhoria da infraestrutura urbana). **Só em dois casos as atividades de integração produtiva se relacionam com o conceito de integração produtiva regional que vai mais além do local e do comércio exterior (promoção de investimentos e cidades de fronteira).**

Na maioria dos casos as *atividades* realizadas no âmbito dos programas produtivos locais passam por internacionalização de empresas (desenvolvimento de oferta exportável, desenvolvimento de novos mercados, participação em feiras e missões comerciais), financiamento de atividades inovadoras e desenvolvimento de microempreendimentos.

Em alguns casos os atores afirmaram não serem somente usuários dos programas senão que colaboram junto ao município na coordenação dos mesmos ou têm bom diálogo com o governo durante seu desenvolvimento.

A fim de ter alguns indicadores para medir a participação dos atores locais nos programas implementados, *foram incluídas perguntas sobre apresentação de propostas de políticas e a dinâmica da relação com o governo durante a implementação das mesmas.*

Quase a totalidade dos atores **afirmou ter apresentado propostas** de políticas produtivas ao governo. As mesmas foram variadas e abarcam majoritariamente programas de promoção da indústria local e do comércio exterior.

Enquanto à dinâmica da implementação dos programas, foram realizadas perguntas acerca de modificações propostas pelos atores durante o desenvolvimento dos mesmos, realização das modificações, relação com o governo e consenso nas soluções aplicadas aos obstáculos surgidos.

A maioria dos atores afirmou ter realizado propostas para modificar as políticas produtivas durante sua implementação e quase a totalidade destes atores afirmou ter recebido **uma resposta satisfatória do governo às mesmas, incorporando-se suas propostas.**

Assim mesmo, quase a totalidade dos atores afirmou ter uma **relação fluída** com o governo, o qual se plasma na apresentação de propostas de políticas produtivas e na implementação das mesmas.

Por último, quase a totalidade dos atores afirmou que os programas implementados pelo município não são estáticos senão que foram modificados em resposta a obstáculos surgidos durante sua implementação, assim como também que as soluções aplicadas foram através do consenso entre os atores públicos e privados participantes.

Da análise das respostas obtidas, pode se considerar que na escala local **existem instrumentos de articulação público-privada** sobre as políticas produtivas definidas no plano de desenvolvimento local. Mas estas têm uma baixa vinculação com atividades de relacionamento internacional (e em caso de tê-las estão orientadas a ações de comércio exterior).

Pode se destacar que a valoração sobre a “participação” dos atores sociais foi “desigual” entre o expressado pelos funcionários municipais e pelos próprios atores, e chamativamente foi mais positiva a valoração dos resultados obtidos por estes últimos.

Para avaliar a *participação dos atores locais em redes* de cooperação foram realizadas perguntas sobre sua participação em programas com outras cidades, se tinham apresentado propostas de políticas elaboradas em conjunto com outras cidades, se conheciam a Mercocidades e as atividades realizadas pela cidade no âmbito da Rede e se as mesmas tinham dado resultados positivos em matéria produtiva.

Desde a percepção dos atores, a participação de sua cidade em Mercocidades não é visualizada como uma oportunidade, já que há um baixo nível de conhecimento da Rede; a maioria dos atores afirmou não conhecer as atividades realizadas pela cidade no âmbito da Rede ou só conhecê-las através da difusão nos meios de comunicação.

Entretanto, **aqueles atores que sim manifestaram ter conhecimento das atividades no âmbito de Mercocidades avaliaram os resultados das mesmas como positivos.**

Em particular, os resultados avaliados como positivos são: a geração de laços com empresas de outras cidades, o incremento do comércio exterior da cidade e a atração de investimentos estrangeiros.

A maioria dos atores afirmou participar ou ter participado em atividades que envolvem a outras cidades, e ter apresentado propostas de políticas produtivas em conjunto com atores de outros países. A localização destas cidades é variada, ainda que em sua maioria pertençam ao MERCOSUL.

Por último, também podem ser ressaltar exemplos que vão além de propostas de comércio exterior, que podem ser percebidos como uma base possível de projetos de maior vinculação produtiva, como:

• **Paso de los Libres** que iniciou junto à cidade brasileira de Uruguaiana, o **Plano de Integração Fronteiriça “Cidade Gaúcha”**, a partir do trabalho conjunto de seus prefeitos e das agências de desenvolvimento (Agência de Desenvolvimento Produtivo Paso de los Libres e Agência de Desenvolvimento de Uruguaiana).

O plano ampara que desde 1947 (data da inauguração da ponte que as une) até a atualidade, *“pode se apreciar um processo de integração econômica, cultural, esportiva, tecnológica, social e política que é produto do intercâmbio permanente, e não de um processo de integração organizado e com fins específicos”*.

“O desenvolvimento das potencialidades que as duas cidades têm como ponto logístico do MERCOSUL, requer um trabalho em conjunto de médio e longo prazo que os habitantes das cidades reclamam há muitos anos”.

O plano tem como lineamentos:

- O desenvolvimento econômico regional;
- A promoção da cidadania de povos de fronteira, no âmbito de um contexto latino-americano de integração regional favorável sem precedentes;
- Propõe como meta a conscientização da cidadania sobre a importância de participar num fenômeno de integração social. Deste modo os habitantes da região “Cidade Gaúcha” se sentirão parte de um projeto de inserção num mundo globalizado e poderão experimentar de modo vivencial a experiência da integração do bloco a partir de suas realidades mais próximas.

Até o momento este projeto foi financiado com colaborações dos municípios e das agências de desenvolvimento, permitindo alcançar avanços como a irmanação de ambas as cidades, um acionar coordenado dos escritórios de relações internacionais (com o objetivo de criar o Escritório da Cidade Gaúcha), está se elaborando um relatório econômico conjunto e os principais aspectos de integração.

- No caso da cidade de **Rosário**, os atores da sociedade civil apresentaram uma proposta para que o governo local assinasse um acordo com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Paraná “SEBRAE/PR” (cuja missão é promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável das micro e pequenas empresas e fomentar o espírito empreendedor).

Este acordo foi plasmado no mês de maio de 2009 na “**Ata Acordo de Fundamentos para a Elaboração de Projetos Conjuntos**”, com a finalidade de atender aos interesses de realizar uma cooperação técnica que tenha por objetivo uma melhora de cada uma das instituições do ambiente empreendedor e das PMES de seus respectivos países.

Neste contexto, a Agência de Desenvolvimento da Região Rosário (ADERR) foi designada beneficiária das atividades que desenvolverá o Centro de Desenvolvimento de Tecnologias para a Integração de Micro e Pequenas Empresas do MERCOSUL e América Latina (Sebrae/CDT-AL). As mesmas incluem a transferência de tecnologia com o organismo brasileiro, o apoio técnico recíproco entre ambos os territórios e o acesso às soluções que o Sebrae vem desenvolvendo com destacados resultados para a promoção da pequena e média empresa.

Por este acordo, os dois organismos formarão um “grupo de trabalho interinstitucional” de alto nível que terá como objetivo a elaboração de propostas para aprofundar a cooperação técnica e o ambiente empreendedor das PMES dos respectivos países, ao mesmo tempo em que a elaboração do projeto de transferência de tecnologias.

- Já, a cidade de Tandil possui dentro de sua estrutura municipal um Escritório de Vinculação Internacional que coordena uma mesa chamada “Mesa de Promoção de Exportações” onde são analisadas e discutidas as ações vinculadas com a interna-

cionalização do território. Da mesma participam ativamente diferentes atores locais, como: a Universidade Nacional do Centro, o Centro Regional do Banco da Província de Buenos Aires, a Câmara Empresarial de Tandil, a Associação da Pequena e Média Empresa de Tandil, a Sociedade Rural de Tandil, a Federação Agrária - Filial Tandil, e a Bacia Mar e Sierras.

A **Mesa de Promoção das Exportações** é um espaço institucional que se reúne para planificar e realizar atividades tais como: as missões comerciais. As diferentes entidades propõem e debatem os principais lineamentos, que permitirão que os empresários locais possam ter acesso a novos nichos do mercado.

- **Rafaela** realiza um forte trabalho de articulação com atores locais, através do Centro Comercial e Industrial de Rafaela e a Região (CIRR), através do qual se criou a Associação Civil para o Desenvolvimento e Inovação Competitiva Agência Rafaela - ACDICAR.

O objetivo de ACDICAR é estabelecer um espaço institucional de conciliação pública e privada que impulse o crescimento de Rafaela e da Região, fortalecendo a produtividade e a competitividade com o fim de alcançar o desenvolvimento econômico e social. Através desta agência, Rafaela participa de distintos projetos e programas disponíveis tanto a nível local como nacional e internacional, de organismos governamentais e/ou privados.

- **São Carlos** também realiza um trabalho de diálogo com diversos atores locais, sobretudo com universidades e centros empresariais e industriais, para assegurar a participação cidadã nas políticas públicas de desenvolvimento produtivo. Para trabalhar com as cidades da região no Programa Brasil-Próximo, os atores da sociedade civil regional foram convidados a participar das discussões.

A implantação de um observatório para o desenvolvimento das PMES e da agricultura familiar são alguns projetos dessa associação. Os governos municipais e as universidades da região vão trabalhar conjuntamente para assegurar o êxito do projeto.

No Brasil, no dia 6 de abril de 2005, foi aprovada a Lei 11.107 que facilita a criação de consórcios públicos entre municípios, regiões e o Governo Nacional para a realização de objetivos comuns. Nesse sentido, a lei incentiva a criação de laços oficiais e garantias para a cooperação entre os atores locais, e incentiva o desenvolvimento regional.

Tal como observamos na análise das políticas produtivas (em geral), **existem elementos positivos para traçar um caminho de possíveis políticas de integração produtiva na escala MERCOSUL, mas sua concretização dependerá de um maior conhecimento de suas potencialidades, tanto por parte dos governos locais como dos próprios atores.**

Isto tem um aspecto chave que é visualizar ao MERCOSUL, dentro das políticas de desenvolvimento local, como uma alternativa com propostas concretas e resultados tangíveis para todos os atores.

O compromisso dos governos locais e das redes com a participação e a cidadania está mais além da relação governo-cidadãos: a articulação do Estado e das empresas privadas deve ocorrer ao mesmo tempo em que a organização da sociedade civil. ONG, sindicatos, cidadãos, instituições acadêmicas e outros atores devem participar das decisões: “o que está em jogo, de fato, nas lutas pela cidadania na América Latina é mais que o direito de estar incluído como um membro pleno da sociedade; é o direito de participar na definição essencial daquela sociedade e de seu sistema político”. (Dagnino, 2003: 215)

É importante **resgatar a iniciativa do governo do Brasil de criar o Programa MERCOSUL Social e Participativo**, que se constituirá num foro permanente de diálogo entre o governo e a sociedade civil sobre os temas da integração no MERCOSUL.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pôs em andamento o Conselho Brasileiro do MERCOSUL Social e Participativo, no dia 6 de outubro de 2008. A iniciativa é coordenada pela Secretaria Geral da Presidência da República e pelo Ministério de Relações Exteriores.

O Conselho se reúne quatro vezes ao ano, sempre antes das reuniões do Grupo Mercado Comum, com o objetivo de divulgar as políticas e iniciativas do governo relacionadas com o MERCOSUL, debater temas de integração e encaminhar sugestões da sociedade civil.

Está formado por representantes dos ministérios que atuam no MERCOSUL e por líderes de organizações sociais de setores como agricultura familiar, pequenas e médias empresas, mulheres, meio ambiente, juventude, trabalhadores urbanos e do campo, direitos humanos, economia solidária, saúde, educação, cooperativismo, cultura e povos indígenas, entre outros.

Argumentam Amorín e Dulci (2008): “É uma equivocação pensar no desenvolvimento nacional de forma autônoma, desvinculado da realidade regional. Hoje ninguém mais se surpreende com a noção de que muitas das questões que mobilizam à sociedade e exigem ações dos governos não reconhecem fronteiras. Isto é evidente, por exemplo, nas questões ambientais, migratórias, de saúde, de segurança e no próprio comércio”.

“No Brasil, é muito auspicioso que as políticas de integração sejam formuladas com contribuições das forças vivas da sociedade. Ao mesmo tempo em que se amplia o espaço da cidadania, a política de integração ganha legitimidade. É uma política que tem o rosto do Brasil”.

“Mais que consolidar os canais de diálogo existentes entre governo e sociedade civil sobre a integração, o Programa Brasileiro do MERCOSUL Social e Participativo pretende aprofundar o debate sobre um projeto que pertence ao Estado e à sociedade, e enriquecer a visão de todos sobre a realidade sul-americana”.

3.4. Obstáculos ao processo de integração e expectativas dos atores participantes

Com a finalidade dar um fechamento nas colaborações proporcionadas pelos funcionários locais e atores da sociedade civil, realizou-se uma série de perguntas sobre oportunidades e obstáculos encontrados nas atuais políticas produtivas (particularmente as de vinculação externa) e as expectativas sobre o MERCOSUL e a integração produtiva.

Ao indagar sobre a *percepção* que têm os funcionários sobre as **oportunidades** que surgiram durante o desenvolvimento das políticas produtivas, a maioria deles ressaltou os seguintes aspectos:

- as vantagens vinculadas ao comércio exterior (abertura de novos mercados e oportunidades de se relacionar com atores de outras cidades).
- a possibilidade de fortalecer o entrelaçado institucional e produtivo da cidade e melhorar os vínculos com áreas similares do governo provincial e nacional.
- a melhoria nos vínculos com os atores locais da sociedade civil, já que é avaliada como uma possibilidade para melhorar o conhecimento de suas demandas, a fim de poder respondê-las de uma maneira mais efetiva.
- os benefícios de impulsionar um modelo de desenvolvimento produtivo integral e sustentável, apoiado em uma participação responsável e comprometida dos atores privados e públicos.
- as opções que oferece o turismo como uma atividade em crescimento com efeitos multiplicadores e grandes potencialidades de expansão, especialmente em matéria de feiras e convenções.
- o início de um processo de cooperação entre os municípios, visando o desenvolvimento regional.

Como pode se observar, **os elementos positivos que foram destacados são aqueles que fazem às “boas práticas” das políticas produtivas no âmbito do desenvolvimento local, porém as experiências concretas analisadas não puderam refleti-los plenamente, por isso pode se interpretar que as oportunidades assinaladas têm uma perspectiva a futuro e não tanto de avaliação sobre o alcançado; o qual pode ser considerado uma possibilidade para consolidá-las na escala local e trasladá-las para projetos regionais.**

Ao examinar os **obstáculos** surgidos durante o desenvolvimento das políticas produtivas, pediu-se aos funcionários que diferenciasssem entre obstáculos relacionados com questões locais (problemas de instrumentação, falta de recursos ou interesse por parte dos atores da sociedade civil, entre outros) e obstáculos relacionados com questões externas à cidade (falta de coordenação com o âmbito nacional, falta de interesse das contrapartes internacionais, entre outros).

Entre os *obstáculos relacionados com questões locais* mais mencionados pelos funcionários estão: a falta de recursos para implementar os programas produtivos; problemas de articulação entre as diferentes áreas de governo envolvidas; a descontinuidade das políticas produtivas, que gera problemas de credibilidade nas mesmas pelos atores; e o escasso interesse mostrado pelos atores locais, que redundam em uma pobre participação nas atividades desenvolvidas pelos governos.

Estas apreciações marcam basicamente as dificuldades próprias dos governos locais para a implementação das políticas produtivas (com impacto direto sobre os atores), algumas das quais podem se modificar em função das oportunidades analisadas precedentemente (em particular as dinâmicas que permitam estabelecer articulações público-privadas permanentes que derivem em políticas das cidades).

Entre os obstáculos *relacionados com questões externas* à cidade os funcionários mencionaram principalmente a dificuldade para obter recursos financeiros nacionais ou internacionais; a política macroeconômica; a falta de programas específicos (nacionais, provinciais ou do próprio MERCOSUL) que impulsionem ações concretas de integração; o pouco reconhecimento dos atores locais que tratam diretamente com o governo nacional;⁴ a descontinuidade das políticas produtivas nacionais e provinciais e a falta de coordenação entre os diferentes níveis de governo (local, provincial ou estadual e nacional).

Sem dúvida, aqui se destacam as dificuldades práticas mencionadas para estabelecer políticas de desenvolvimento territorial baseadas na articulação dos diferentes níveis de governo, que também se trasladam ao processo de integração regional.

*Neste mesmo sentido se orientam as respostas desde a perspectiva dos **atores** da sociedade civil;* a maioria percebe que os **obstáculos** têm origem em questões locais, como problemas de instrumentação e falta de recursos. Entre os obstáculos externos mais mencionados estão as questões normativas e burocráticas a nível nacional, que dificultam o desenvolvimento dos programas.

Das diversas propostas dos atores sobre obstáculos externos com impacto direto nas possíveis políticas de integração, é importante destacar (pelo desafio que implica) ao que afirma que “os tempos e as agendas dos governos nacionais e supranacionais para avançar na flexibilização das barreiras alfandegárias e migratórias para as cidades de fronteira fazem muito difícil o trabalho com a comunidade, a qual é contrário às novas iniciativas por considerá-las muito abstratas”.

Por último, indagou-se sobre os *enfoques que deveriam ter as futuras políticas produtivas para orientar sua vinculação com outras cidades da região*.

Os funcionários propuseram entre suas principais propostas:

- planificar a produção local de acordo à demanda atual e potencial da região,
- gerar encontros comerciais para vincular aos empresários da região,
- fomentar capacitações tendentes a difundir as oportunidades internacionais que oferece a região,
- fortalecer o desenvolvimento econômico local para continuar estabelecendo e afiançando laços com cidades que trabalhem com os mesmos objetivos,
- trabalhar em políticas associativas para gerar cadeias de valor regionais (desta maneira a vinculação com outras cidades resultaria uma necessidade, uma prática de uso obrigatório, sem a qual essa política não poderia ser levada adiante),

.....

4 Isto é proposto como obstáculo externo quando na realidade é um problema de articulação local, já que os atores não reconhecem ao governo local como interlocutor válido.

- gerenciar programas de integração setoriais específicos que permitam articular às empresas, contando com financiamento para uma primeira etapa e que depois as empresas que encontraram resultados sustentem sua continuidade,
- mudar a dinâmica de trabalho e reorientar ações de vinculação produtiva com outras cidades.

Enquanto aos atores da sociedade civil, a maioria manifestou ter um alto nível de expectativas acerca da possibilidade de avançar para a integração produtiva no MERCOSUL. Ante a consulta sobre o enfoque que dariam a futuras políticas produtivas para orientar sua vinculação produtiva com outras cidades do MERCOSUL, sugeriram: trabalho permanente em rede com outros atores da região; eixos de desenvolvimento conjunto em cidades de fronteira; fomento às alianças estratégicas com outros atores da região; contato com cidades sobre as quais se tem conhecimento com respeito a que podem ser potenciais sócios comerciais; acesso à informação estabelecendo canais de comunicação mais fluídos e a realização de atividades vinculadas ao comércio exterior.

À luz do analisado, por uma parte **deve se destacar a somatória de boas expectativas, apesar das dificuldades assinaladas e os limitados resultados alcançados até o presente na integração produtiva.** Por outro lado, **todas as propostas podem ser consideradas positivamente como potenciais (e possíveis) caminhos a seguir para avançar na integração produtiva desde as cidades,** num trabalho articulado entre governos locais e sociedade civil. Mas é importante destacar uma aposta entre cidades de fronteira: “Ambas as cidades (Paso de los Libres e Uruguaiana) trabalham seus eixos de desenvolvimento futuro de maneira conjunta para obterem o desenvolvimento urbano, econômico e social da Cidade Gaúcha, e não só para cada uma das cidades que a integram”.

4. Recomendações

A análise realizada permite expor uma série de contribuições tanto sobre a necessidade de encontrar **uma nova dinâmica para a integração produtiva, como sobre as oportunidades que os governos locais podem obter, assim como também oferecer à temática no MERCOSUL.**

Estas colaborações serão propostas em três níveis (MERCOSUL, Mercocidades e cidades), com a finalidade de abarcar um conjunto de elementos que deveriam (ainda que não seja indispensável, mas sim desejável) começar a se desenvolver de forma simultânea, para se converterem em uma estratégia que favoreça a evolução do processo de integração regional.

4.1. Recomendações desde a perspectiva do MERCOSUL

Sem dúvida o projeto regional transita um cenário complexo, pelo qual avançar em uma temática tão profunda como a integração produtiva (nos termos definidos por Porta) requereria, em primeiro lugar, de um debate profundo (com ampla participação dos setores), que considere a situação real do contexto produtivo na região, para fixar metas (consensuadas e

amparadas politicamente) razoáveis para sua concretização segundo as etapas que se definam (curto, médio e longo prazo).

Neste sentido, claramente deverá se convocar (em formato regional⁵) aos distintos atores sociais (acadêmicos, ONG, sindicatos, etc.) e em particular aos próprios empresários, mas devendo considerar a necessidade de compreender em especial às pequenas e médias empresas,⁶ até agora longe dos benefícios centrais do MERCOSUL (porém no qual conseguiram encontrar muitas oportunidades para desenvolver seu perfil exportador).

Também deverá se convocar aos diversos níveis de governo (provinciais, estaduais, departamentais e municipais), não só com o formato (limitado) do FCCR, já que deveriam oferecer um conjunto articulado de políticas para propiciar essa rede de vinculações empresarias, aproveitando o contato perto de municípios e províncias com estes atores.

A multiplicidade de políticas produtivas existentes nos distintos países (e suas regiões e cidades) e os escassos instrumentos propostos desde o MERCOSUL devem encontrar pontos de vinculação e articulação, a fim de potencializar a real presença e complementação da heterogênea rede produtiva (PME) nos benefícios da integração. Aqui podem ter um papel central as cidades que demonstraram um claro compromisso com o MERCOSUL, basicamente aglutinadas em Mercocidades, por seu grau de inter-relação e busca de ações regionais em seus 15 anos de história.

Se bem existem espaços institucionais como o FCCR (para municípios e províncias), o FCES (para empresários, sindicatos e terceiro setor) ou Reuniões Especializadas (como as de Cooperativas ou Agricultura Familiar), estes demonstraram que não contam com a incidência necessária em termos de dinâmica, recursos e poder de decisão, para influir no processo regional.

Por isso, se requer de decisão política no MERCOSUL, para definir outra metodologia de atuação em uma matéria de particular transcendência para o desenvolvimento da região, mas que não pode depender dos tempos atuais da distante institucionalidade do bloco,⁷ nem de recursos isolados para sua concretização (mais além da potencialidade que o FOCEM pode contribuir à temática). Utilizar a base proposta pelo Programa de Integração Produtiva, de junho de 2008, pode se constituir no ponto de partida; porém deve se sustentar em uma definição comprometida dos Estados Membros.

Neste ponto, podem se assinalar alguns novos instrumentos propostos –isoladamente– para avançar na temática, que podem se observar como referência para ações futuras.

.....

5 Apesar de existirem experiências a nível nacional, como o Conselho Consultivo da Sociedade Civil na Argentina, o assinalado e recente Programa Brasileiro do MERCOSUL Social e Participativo, ou a proposta de Somos MERCOSUL, ou algumas iniciativas realizadas desde a Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL (CRPM); as mesmas não se tornaram instrumentos de elaboração e execução de políticas no MERCOSUL. A Reunião Especializada de Cooperativas do MERCOSUL, em sua XX Reunião, expôs que se bem que a nível das seções nacionais se participava no Grupo de Integração Produtiva, resultava importante que existisse uma Decisão do CMC para estabelecer essa incorporação a nível regional.

6 Calcula-se que as PMES –consideradas como as micro, pequenas e médias empresas formais que contam com até cinquenta empregados– respondem por 96,5% do total de empresas na Argentina, 94% no Brasil, 90% no Paraguai e 97,9% no Uruguai.

7 Surge da Ata 04/09 do GMC que instruiu “aos Subgrupos de Trabalho e Reuniões Especializadas a que elevem um relatório sobre os temas de Integração Produtiva que possam estar incluídos em suas agendas, destacando o estado da situação e os avanços sobre o tema, com a finalidade de articular suas ações com o GIP. Assim mesmo, o GMC acordou solicitar a participação do SGT Nº 8 ‘Agricultura’ e do FCCR na próxima reunião do GIP”.

- **Desde o Grupo de Integração Produtiva**

Tem-se proposto⁸ –e aprovado no GMC de outubro de 2009– o **“Projeto de integração produtiva setorial e territorial no âmbito do Observatório Regional Permanente de Integração Produtiva do MERCOSUL (ORPIP)”**.

O espírito do trabalho tenta aprofundar e materializar as linhas estabelecidas na Decisão 12/08.

O objetivo específico do mesmo é “Promover o Programa de Integração Produtiva (PIP) mediante a dotação de insumos, ferramentas e capacidades ao Observatório Regional Permanente sobre Integração Produtiva (ORPIP) para a articulação empresarial e para o desenvolvimento setorial e territorial PMES”, com os seguintes resultados esperados:

1. Base de dados regional de informação substancial para a articulação e associatividade empresarial, através do levantamento de organismos governamentais ligados às PMES e seus planos e programas específicos, normas jurídicas e planos e mapeamentos industriais e territoriais.

2. Implementação de um “Plano Piloto de Integração Produtiva do Setor Metalúrgico no MERCOSUL” para o andamento de projetos industriais regionais. *(Os atores envolvidos –câmaras empresariais– já têm uma relação institucional, com o qual as ações conducentes do projeto podem ser rapidamente coordenadas e implementadas).*

3. Implementação de um “Plano Piloto de Integração Fronteiriça na zona “das Missões” (Arg.-Par.-Br.) e na fronteira Uruguai-Brasil”.

Durante seu desenvolvimento (2010-2012) contará com a participação de organismos nacionais e representantes do setor privado, assim como também de certos governos provinciais e uma ampla convocatória para outros organismos do MERCOSUL (como o FCCR).

- **Desde a Reunião Especializada de Cooperativas**

Na XX Reunião Plenária da RECM figura o primeiro rascunho de um “Programa de Inovação e Complementação Produtiva e Comercial Regional” com diversos objetivos (como: promover negócios intercooperativos intra e extra-região; converter o território regional através de mecanismos tecnológicos, de inovação, de integração produtiva e de complementação comercial num fator de desenvolvimento; determinar linhas básicas de desenvolvimento e determinação das áreas prioritárias considerando a capacidade produtiva endógena e a competitividade dos merca-

Continua

.....

8 No contexto do interesse mútuo em integração produtiva manifestado pelo MERCOSUL e pela Agência Espanhola de Cooperação para o Desenvolvimento (AECID) no Memorando de Entendimento de 20 de junho de 2008.



dos, entre outros); através de alianças público-privadas; com um organograma institucional e sede no Brasil e um plano de desenho, instalação e implementação.

A criação do Fundo de Promoção do Turismo

Através da Dec. 24-09 se cria o Fundo de Promoção de Turismo do MERCOSUL (FPTur), que funcionará por um prazo de 5 anos, com o objetivo de promover de forma conjunta o turismo para o MERCOSUL em terceiros países.

O FPTur é um instrumento de gestão financeira que estará constituído pelas contribuições ordinárias dos Estados Parte (através de suas entidades nacionais) e pela renda financeira gerada pelo próprio Fundo.

Definem-se as contribuições ao Fundo destinadas especificamente a atividades de promoção conjunta de turismo no Japão (com uma quantia de US\$ 603.000 para o ano 2010).

As dificuldades e iniciativas parciais assinaladas demonstram que o MERCOSUL requer de um novo tempo, resgatando compromissos políticos, estabelecendo prioridades e novas dinâmicas para o cumprimento dos objetivos, assim como também a participação de atores sociais que ofereçam massa crítica ao processo regional (que definitivamente deve se aproximar à realidade dos cidadãos). A proposta de avançar num projeto de complementação produtiva pode conformar o melhor desafio para retomar a iniciativa regional.

4.2. Recomendações desde a perspectiva de Mercocidades

Desde a perspectiva de Mercocidades, deve se aproveitar o potencial de vinculação gerado entre mais de 200 cidades da região; porém também é necessário estabelecer novos mecanismos para que esses laços se transformem em maiores e concretos resultados para as cidades.

Como toda rede, sua construção é um processo que atravessa diversas etapas e em especial também é influenciado permanentemente pelo contexto tanto nacional como regional. Para isso, deve se manter um diálogo fluído entre seus membros e em seus órgãos de condução, a fim de estabelecer prioridades em sua atuação e outorgar instrumentos palpáveis para as cidades e seus atores locais.

Neste ponto, e para somar aos resultados alcançados através das entrevistas, pesquisas e análise da documentação realizada para o presente estudo, incorporaremos algumas colaborações que surgem da Pesquisa de INCI-

DIRE (2009),⁹ atento ao grau de resposta alcançado (mais de 40 cidades) e sua atualidade (Anexo IV). Destacaremos alguns resultados, sobre os quais incluiremos certas considerações:

- **A heterogeneidade entre seus membros** (por exemplo, cidades de menos de 50.000 habitantes a cidades de mais de 1 milhão) se constitui num primeiro desafio para cobrir expectativas comuns, atento às diferentes realidades produtivas, condições geográficas, recursos disponíveis e sua maior ou menor vinculação com a “centralidade” que se encontra no MERCOSUL.

- **Entre as principais expectativas para a participação na Rede estão: a busca de cooperação e intercâmbio de experiências (92%); a integração produtiva (45%); ter incidência na agenda MERCOSUL (32%).** Sem dúvida estes objetivos são paralelos, porém não fluem necessariamente num mesmo sentido (temos diferenciado oportunamente o acionar externo, as políticas de relações internacionais e a participação em processos de integração) e requerem de estratégias de trabalho diversas.

- **75% têm uma área de relações internacionais** (aqui também tem importantes assimetrias de recursos) e 90% convênios de cooperação. Pelo qual existem os elementos necessários para trabalhar, para o interior do próprio governo e em articulação com atores locais, sobre a temática nas cidades.

- **O crescimento da Rede não sempre se encontra acompanhado da participação dos máximos responsáveis políticos.** Isto pode implicar um menor interesse (por não encontrar resultados concretos) e enfraquecer dentro das cidades a participação na Rede; assim como também pode limitar as repercussões de Mercocidades em outros âmbitos.

- **Tem participação nas UT (57% o fez na UTDEL),** mas 60% ressalta a falta de recursos como motivo de sua baixa presença nas reuniões, ou –30%– que a agenda temática é pouco ajustada às prioridades da gestão.

- **85% conhecem a existência do FCCR, mas só 45% têm um conhecimento profundo sobre o mesmo** (muito bom / bom).

Neste ponto, é importante destacar o nível de debate que existe no interior de Mercocidades sobre o grau de participação que deve ter no FCCR, à luz dos possíveis resultados a obter.

Se observarmos as opiniões retiradas das últimas publicações da Rede, a STPM (2009; 25) manifesta: “Depois de aprovado seu regulamento foi difícil encontrar uma agenda que motive o trabalho no FCCR, assim como o formato mais adequado para seu funcionamento. Este Foro deu passos em suas relações e em alguma de suas temáticas, conseguindo interessar a organismos de cooperação extra MERCOSUL, mas não tem gerado grandes

Continua

.....

9 Ruben Geneyro participou de sua elaboração, observando por membro fundador de INCIDIRE.

contribuições para a consolidação da integração nem em situar ao local na mesma. Assim mesmo, os temas de funcionamento e a agenda proposta não pareceriam interessar aos eleitos (...) uma explicação possível é que a agenda proposta responde majoritariamente à visão das chancelarias (...) e não à visão e agenda dos governos locais”.

Santander (2009; 11)), desde a Secretaria Executiva (de Canelones), expressa “...devemos reconhecer a existência de um âmbito institucional desde o qual é possível e deve se trabalhar desde a ótica dos territórios pela integração regional. Neste sentido, devemos advertir que as posições de crítica radical à estrutura, a agenda e o acionar do FCCR - orientados por uma obsessiva busca de perfeição na representatividade local e aspiração não cumprida da co-decisão- só permite voltar à posição de outsiders...”.

Sem dúvida, estas diferenças não beneficiam os possíveis êxitos que Mercocidades (e as cidades integrantes) podem obter do Foro como interlocutor na estrutura institucional do MERCOSUL, pelo qual deverá se definir a posição da Rede e, especialmente, as prioridades nesta vinculação (como se propôs para alcançar um maior grau de participação no FOCEM).

- **Enquanto aos eixos a incorporar** para que as cidades alcancem maiores êxitos por sua participação na Rede, se priorizaram entre outros: **o envio de informação sobre as possibilidades que o MERCOSUL oferece às cidades (38%); a participação nos debates e projetos do FOCEM (35%)** e a promoção de vinculações com os setores produtivos da região (35%). Estas propostas mostram a “distância” que atualmente os governos locais têm das oportunidades que oferece o MERCOSUL, por isso se reclama a Mercocidades cumprir o papel de nexos com as oportunidades que oferece o projeto regional. Mas aqui surge certa inconsistência com que entre as principais expectativas para a participação na Rede se encontra a busca de cooperação e troca de experiências (92%) e que na dinâmica demonstrada (segundo a análise de casos realizados) a uma tendência a recorrer majoritariamente aos instrumentos tradicionais de acionar externo (longe de uma participação plena em um processo de integração).

- Enquanto às **sugestões com respeito à dinâmica institucional da Rede**, os maiores itens estavam relacionados com: **1. a comunicação interna e externa da Rede, 2. ampliar a participação nos órgãos diretivos e 3. focalizar-se na concretização de resultados para as cidades**. Este último aspecto pode ser relacionado com os eixos a incorporar, que foram citados no ponto anterior. São necessários maiores benefícios concretos para motivar às cidades, tanto para sua participação em Mercocidades como para apostar no MERCOSUL desde suas expectativas de desenvolvimento local.

As diversas propostas e expectativas mostram que **Mercocidades** segue gerando interesse nos governos locais (e seu crescimento em número de membros o demonstra), mas que também **enfrenta desafios para cobrir os interesses assinalados**.

Focalizado desde a perspectiva da integração produtiva, Mercocidades deve se transformar em uma ponte para as oportunidades que pode oferecer o MERCOSUL às cidades (e isto vai mais além do debate sobre o FCCR). Mas atento à situação inicial da temática no próprio bloco, deveria trabalhar em dois planos.

Por um lado, aproveitar os espaços (como o Programa de Integração Produtiva) e os instrumentos (como o FO-CEM ou os Fundos criados) **que o próprio MERCOSUL oferece para que possam se canalizar oportunidades para as cidades**.

Por outra parte, e desde sua própria dinâmica (sem esquecer que são as cidades membros as que definem o acionar da Rede, seus recursos e planos) deveria: informar e capacitar às cidades sobre as potencialidades que oferece o MERCOSUL na IP; apoiar aquelas experiências de vinculação produtiva existentes entre cidades da Rede, e **propiciar (em particular desde a UTDEL) ações de vinculação produtiva profundas** (mecanismos de cooperação interempresarial, redes de fornecedores e clientes, associação de empresas, alianças estratégicas), que não se limitem só a atividades de promoção do comércio exterior.

Para este último aspecto poderão ser avaliadas distintas opções, como a criação de uma **agência de desenvolvimento produtivo de Mercocidades** (que já foi proposta na Rede) que tenha por objetivo a instrumentação permanente de ações de vinculação produtiva entre as cidades; ou **a definição de planos piloto** para a aproximação de setores econômicos, que podem se acionar através de unidades executoras específicas e transitórias que os levem adiante.

Todas estas opções requererão pensar em “projetos regionais”, para o qual deverão se identificar potenciais planos produtivos entre as cidades; somar aos atores locais; superar as meras ações de intercâmbio (ainda comercial, que são necessárias, mas uma etapa prévia à IP); elaborar um projeto; identificar instrumentos de apoio (técnicos, financeiros, sejam locais, nacionais ou do MERCOSUL) e solucionar obstáculos (normativos, burocráticos).

Este acionar também requerera que Mercocidades consiga que os atores da sociedade civil das cidades participem ativamente, a fim de consolidar as políticas nas cidades e legitimar à Rede mais além dos governos locais. Isto também permitirá exigir outra lógica na dinâmica institucional do MERCOSUL, a partir da própria experiência.

Pelo exposto, Mercocidades deveria colaborar em gerar um salto qualitativo na vinculação entre as cidades e repensar opções para avançar em temáticas profundas como a integração produtiva. Para isto terá que contemplar novas dinâmicas de trabalho que colaborem na concretização de ações conjuntas, a partir da contribuição a um propósito regional (desde assistência técnica e financeira, como também retirando os obstáculos no interior do bloco) e que permitam transformar as propostas de desenvolvimento local de seus membros em projetos comuns.

4.3. Recomendações desde a perspectiva local

Desde a perspectiva das cidades, **estas têm o desafio de ampliar a visão para as oportunidades que a escala regional do MERCOSUL efetivamente pode oferecer para o desenvolvimento produtivo de seus territórios.**

Apesar de **não poderem ignorar certas limitações** para enfrentar este desafio, como: a necessidade de contar com maiores recursos (humanos e econômicos) para buscar estas novas alternativas para as cidades num cenário internacional que ainda segue sendo visualizado por um número reduzido de municípios;¹⁰ a falta de articulação dos diferentes níveis de governo para propiciar a participação regional, e as tentativas isoladas que desde o MERCOSUL foram propostas para somar ativamente às cidades, por outro lado, e como se citasse as palavras de um prefeito, **na dinâmica atual se faz imprescindível incorporar a dimensão internacional para o desenvolvimento local.**

Poderão se definir estratégias passivas (só receber informação), defensivas (diante de impactos negativos que se gerem para a cidade) ou ativas (busca de oportunidades), mas devem se estabelecer objetivos para a cidade na escala internacional. Para isso, e tendo em conta as experiências mais exitosas, **deverá se combinar com uma clara articulação público-privada**, já que permitirá legitimar a temática buscando resultados para o desenvolvimento local, e consolidá-la como uma política permanente que não só implique o acionar de uma gestão de governo, e que assegure a participação plena dos restantes atores locais.

Os contínuos debates e avanços nas visões do desenvolvimento local / territorial, requerem de cidades ativas e preparadas para tais oportunidades. Para que essas políticas sejam de médio e longo prazo, precisam da participação permanente de sua rede de atores sociais.

Um caso interessante foi uma experiência exposta em Bogotá. No âmbito de uma ativa política com as cidades da região, participou de certas instâncias como a Rede Andina de Cidades e o Conselho Consultivo Andino de Autoridades Municipais (experiência assimilável a Mercocidades / FCCR).

Paralelamente, fixou sua posição sobre as negociações do Tratado de Livre Comércio entre Colômbia e Estados Unidos, atento às possíveis implicações que teriam para a cidade, em um documento de 218 páginas. Este é um exemplo valioso de como os governos locais podem se posicionar frente aos alcances das relações internacionais e seus fundamentos são muito claros, segundo a Alcaldia Mayor de Bogotá (2005: 14): "Bogotá é o centro mais importante de gestão e desenvolvimento do país. Na última década se consolidou como modelo para outras regiões,

Continua

.....

10 Segundo o Observatório de Cooperação Descentralizada União Europeia-América Latina (2008; 93) "...ao comparar o total das (16.240) cidades latino-americanas versus o total de governos locais participantes em alguma rede ou associação internacional, identifica-se que apenas setecentos e setenta (770), o equivalente a 4,7% do total dos governos locais do continente latino-americano, estão envolvidos em alguma atividade internacional".



graças ao planejamento e a visão de futuro. Contribui com 25% do PIB nacional, com maiores taxas de crescimento que a média nacional; 37% das empresas do país estão localizadas em Bogotá (...) o que lhe outorga uma importância geoestratégica substancial, que é necessário proteger, promover e projetar frente aos novos desafios comerciais que enfrentará e às diferentes regiões em seu conjunto (...) a iminente liberalização com os Estados Unidos ressalta a necessidade de analisar as implicações do TLC desde a visão local-regional, para identificar oportunidades e ameaças e mostrar ao governo nacional os riscos nos assuntos de interesse para Bogotá”.

A participação em redes, tanto como a articulação de ações com os diversos níveis governamentais, poderão facilitar o aprendizado e a tomada de decisões certas, assim como também exigir maiores respostas para as demandas locais em seus projetos de desenvolvimento.

Pensar na integração produtiva no MERCOSUL requer de um profundo repensar de todos os atores envolvidos, a fim de definir um caminho concreto a seguir e oferecer o contexto (político, normativo, econômico, etc.) necessário para transformá-lo numa nova realidade regional. Até o momento um grupo de cidades tomou a iniciativa para buscar seu lugar neste projeto (particularmente aquelas que participam em Mercocidades, muitas de fronteira), mas com tênues apoios desde o MERCOSUL e desde seus governos nacionais.

Dever-se-á esperar uma reação por parte destes, mas **as cidades não podem postergar a busca de suas oportunidades, por isso também terão que favorecer, desde suas próprias ações, o alcance de projetos de integração produtiva.**

5. Conclusões

Ao analisar a vinculação da integração produtiva no MERCOSUL e o papel dos governos locais, observamos que nos encontramos ante uma temática nova. Por um lado, pelo desenvolvimento incipiente da IP -com uma série de instrumentos isolados- num bloco regional que está necessitando de novos impulsos. Por outra parte, as cidades ainda não consolidaram um núcleo de políticas públicas, no âmbito internacional, na busca de oportunidades para seu desenvolvimento local.

Esta situação permite avaliar positivamente a aposta proposta desde Mercocidades, mas também demonstra que tem um longo caminho por percorrer para que as cidades, com o conjunto de seus atores sociais, percebam em forma concreta tanto os benefícios que pode oferecer o MERCOSUL, como a ponte em que se transforma a Rede para cumprir com este objetivo.

Encontram-se coincidências em certos eixos nos quais foram baseados os planos para o desenvolvimento produtivo das cidades, como a inovação tecnológica, a infraestrutura, os parques industriais, a promoção de investimentos e do turismo. Mas não há medições concretas sobre os impactos produtivos que o MERCOSUL gerou em seu território e como potencializar essas políticas a partir da escala regional.

Enquanto à participação dos atores da sociedade civil em tais políticas produtivas, as experiências são muito variadas, mas claramente os instrumentos de vinculação permanente demonstraram maior eficácia no estabelecimento de planos de médio e longo prazo. Ainda não tem muitas experiências que –nessas articulações mistas– vinculem plenamente aos atores da sociedade civil com o MERCOSUL e suas oportunidades; pelo qual aqui existe um novo desafio.

No mesmo pode cumprir um papel destacado Mercocidades se consegue, através de uma nova dinâmica, aproximar em suas ações tanto aos governos locais como aos diferentes atores da sociedade civil de suas cidades membros. Esse salto qualitativo, por certo complexo, poderia se converter em uma nova etapa para a consolidação da Rede como um ator destacado no MERCOSUL.

A maior aposta neste sentido, e pensando na integração produtiva como um passo para outro modelo de MERCOSUL (profundo e com pleno compromisso dos Estados Parte), é a concretização de verdadeiros projetos regionais através dos quais possam se envolver a regiões e setores produtivos que ainda não obtiveram os maiores benefícios do projeto regional.

Este caminho permitiria trabalhar por uma região com uma distribuição da riqueza mais equilibrada, que contemple eficazmente as assimetrias e que envolva definitivamente à sociedade em sua defesa. A aposta política por uma integração produtiva profunda pode se transformar no ponto de inflexão para o MERCOSUL, enquanto que as cidades –através de e com Mercocidades– podem realizar uma valiosa colaboração nesse processo.

6. Referências bibliográficas

- Aguerre, María Julia e Arboleya, Ignacio (2009). *Estrategias para un MERCOSUR ciudadano*.
- Alcaldía Mayor de Bogotá (2005). *Recomendaciones de Bogotá para la Negociación de un Tratado de Libre Comercio con Estados Unidos. Colección Competitividad - Asuntos Constitucionales, Institucionales, Solución de Diferencias, Inversión y Competencia*. Bogotá. Edição, Grupo de Competitividad - Subdirección Económica de Competitividad e Innovación DAPD.
- Amorim, Celso e Dulci, Luiz (2008). "Novo capítulo" *O Globo*. 17/11/2008
- Arroyo, Daniel (2003). *Los ejes centrales del Desarrollo Local en Argentina*.
- Bouzas, Roberto e Kosacoff, Bernardo, (2009). *Cambio y Continuidad en las Relaciones Económicas de la Argentina con Brasil*. "Breves Cindes 17", en http://www.cindesbrasil.org/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=24&Itemid=41.
- Castells, Manuel (1996). *The Information Age: Economy, Society and Culture. Volume I - The Rise of the Network Society*, Oxford, Blackwell.
- Centro de Estudios para la Producción (CEP 2003). "La promoción de cadenas productivas regionales en el marco de los procesos de integración". *Síntesis de la Economía Real*, 41: 53-59.
- Dagnino, Evelina, (2003). "Citizenship In Latin America - An Introduction", *Latin American Perspectives*, Issue 129, Vol. 30 No. 2: 211-225.
- Geneyro, Ruben, (2007a). "MERCOSUR Productivo. Nuevo desafío en la agenda regional", Desarrollo Pyme. *Revista de la Subsecretaría de la Pequeña y Mediana Empresa y Desarrollo Regional*, N° 1: 32-39.
- Geneyro, Ruben, (2007b). *Diálogo*. Revista de la Secretaría Ejecutiva de Mercociudades, 24: 46-47.
- INCIDIR (2009) "Encuesta de evaluación de la participación en la Red de Mercociudades", em www.incidir.org.ar.
- ILPES (2007). *Economía e território na América Latina e Caribe: desigualdades e políticas*. Documento apresentado na XII Conferência de Ministros e Chefes de Planificação da América Latina e Caribe, Brasília, Brasil, 26-27 de junho.
- Jakobsen, Kjeld (2009). *Poder Local e relações internacionais*.
- López, Andrés e Laplane, Mariano, (2004). "Complementación productiva en MERCOSUR. Perspectivas y potencialidades", *Serie Documentos sobre el MERCOSUR*.
- Mercociudades (2007). Seminario sobre "Políticas de integración regional. Experiencias locales exitosas en el MERCOSUR", Tandil, Argentina, 13-14 de septiembre.
- MERCOSUR. Documentos oficiales.
- Motta Veiga, Pedro da, (2009). *Percepções brasileiras da Argentina: a parceria com o tango dá samba?* "Breves Cindes 18", en http://www.cindesbrasil.org/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=24&Itemid=41.
- Observatorio de Cooperación Descentralizada Unión Europea - América Latina (2008). *La apertura al exterior de las ciudades latinoamericanas y la cooperación descentralizada*. Barcelona.
- Oficina de Planeamiento y Presupuesto (OPP 2009). "Estrategia Uruguay III Siglo. Aspectos productivos", *Série EUIIIS 02*.
- Petrantonio, Marcela; Acuña, Ana María e Goizueta, Mercedes (2007). *Entramado institucional y dinámica de las mipymes agroindustriales: dos estudios de caso*, documento presentado no "Primer Congreso Argentino de Estudios Sociales de la Ciencia y la Tecnología", Buenos Aires, Argentina, 5 - 6 de julio.

- Posada, Marcelo (2003). Municipios y desarrollo productivo local. *El caso de los consorcios productivos bonaerenses*. Mimeo.
- Porta, Fernando, (2008). *La integración sudamericana en perspectiva. Problemas y dilemas*, "Documentos de proyectos", CEPAL, en <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/8/34708/DocW32.pdf>.
- Porta, Fernando, (2007) "Integración productiva en el MERCOSUR. Condiciones, problemas y perspectivas", *Documento preparado por encargo del Departamento de Integración y Comercio del BID*. Mimeo.
- Romero, María del Huerto (2004). *Poder local y relaciones internacionales en contextos de integración regional. El caso de la Red de Mercociudades y la reunión especializada de municipios e intendencias* (Grupo Mercado Común) en Vigevani, Tullo et al. (org.) (2004). "A dimensão subnacional e as relações internacionais", São Paulo, EDUC, Ed. Bauru, Edusc.
- Rozemberg, Ricardo; Bozalla Carlos e Alejo Espora, (2006). "El MERCOSUR, de la diplomacia negociadora a la integración productiva", *Boletín Techint*, 319: 29-52.
- Santander, Igor (2009). *Diálogo*. Revista de la Secretaría Ejecutiva de Mercociudades, 25: 11-12.
- STPM (2009). *Informe Secretaría Técnica Permanente de Mercociudades. Período 2008-2009*. Montevideo.
- Secretaría MERCOSUR (2005). *Las Asimetrías y las Políticas de Convergencia Estructural en la Integración Sudamericana MERCOSUR*. Documento presentado no "Foro de Reflexión: Un Nuevo Tratamiento de las Asimetrías en la Integración Suramérica", La Paz, Bolivia, 21 de octubre.
- Vigevani, Tullo et al. (org) (2004). *A dimensão subnacional e as relações internacionais*, São Paulo, EDUC, Ed. Bauru, Edusc.
- Vigevani, Tullo, Wanderley, Luiz e Cintra, Rodrigo, (2006). "Ação internacional das cidades no contexto da globalização". *Cadernos Cedec*, 80.
- *Unión Industrial Argentina* (2007). Documento de trabalho no âmbito do Seminário "Integración Productiva en el MERCOSUR", organizado pela Comisión de Representantes Permanentes del MERCOSUR, Montevideo, Uruguay, 24 de julio.
- United Nations Human Settlements Programme (UN- Habitat) (2002) *Report on City-to-City Cooperation* (Nairobi, UN).

Anexo I

Fichas das cidades



Argentina / BAHÍA BLANCA

Dados: Bahía Blanca é uma das cidades portuárias mais importantes da Argentina, situada ao sul da Província de Buenos Aires. É a vanguarda do partido (município) homônimo. Também é um nó ferroviário e rodoviário. Ainda que a cidade de Bahía Blanca propriamente dito se encontra a quase 10 km do Mar Argentino, está ligada com outras cidades e populações costeiras.

População: 292.636 hab.

Superfície: 2.300 km²

Prefeito: Dr. Cristian Breitenstein

Período: 2007/2011

Partido político: Frente para la Victoria

Participação na Rede de Mercocidades:

Ano de ingresso: 1998.

Bahía Blanca participa ativamente na Rede, especialmente nas seguintes Unidades Temáticas das quais é membro: UT Desenvolvimento Econômico Local, UT Desenvolvimento Urbano, UT Planificação Estratégica, UT Desenvolvimento Social, UT Turismo.

Nunca participou de instâncias políticas.

Participação na UTDEL: Atualmente não está participando ativamente, mas já participou anteriormente e planeja voltar a fazê-lo.

Características socioeconômicas da cidade:

Ao sul da Província de Buenos Aires, o Partido (município) de Bahía Blanca se erige como um lugar estratégico para a radicação de investimentos, já que seu âmbito natural contribui com sua localização somando-se com sua excelente infraestrutura, qualidade de vida e dotação de recursos humanos altamente qualificados.

A existência de uma ampla rede ferroviária e de estradas lhe permitem estar interconectada com os centros mais importantes do país, enquanto que a presença do maior porto de águas profundas nacional o vincula com distintos lugares do mundo.

Bahía Blanca se apresenta como vanguarda do Sudoeste da Província de Buenos Aires, consolidando-se como centro urbano fornecedor de bens e serviços da zona circundante. Sua condição geográfica, assim como a disponibilidade de matérias primas, a convertem em assentamento de importantes empresas agroindustriais e do setor petroquímico.

O nível de industrialização em que se encontra a cidade permite a existência de amplos espaços para a localização de empreendimentos de diversa envergadura. Neste sentido, deve se mencionar o Parque Industrial de Bahía Blanca e a ampliação que está se realizando deste, a qual dará oportunidade a distintas empresas pequenas e médias.

Diversos fatores se conjugam para fazer de Bahía Blanca uma cidade com alta qualidade de vida. Assim, uma completa infraestrutura de serviços essenciais –água, gás, eletricidade, etc.– se soma à existência de espaços verdes, possibilidades recreativas e culturais.

Uma ampla oferta educativa e um extenso equipamento sanitário outorgam a Bahía Blanca características ótimas a nível regional, e um insuperável posicionamento no âmbito nacional.

Ações orientadas ao desenvolvimento produtivo:

1. Diversificação das produções locais, acompanhada de tecnologia sobre produtos e processos.
2. Geração de investimentos e desenvolvimento empresarial.
3. Formação de novos complexos industriais específicos.
4. Geração de emprego altamente qualificado.
5. Incorporação de recursos naturais e sustentabilidade de recursos humanos.
6. Melhora da qualidade de vida da população.
7. Incorporação de tecnologia ambientalmente sustentável.
8. Inserção dos produtos em novos mercados.
9. Apoio à geração de uma distribuição justa da renda.
10. Estabelecimento de benefícios tributários e incentivos a investimentos.
11. Apoio técnico e científico.
12. Geração de redes institucionais de atores públicos e privados.

Contatos:

Diretor da Agência de Desenvolvimento: Jorge Longoni

Responsáveis de Mercocidades: Silvia Corinaldesi / Silvia Conget

Tel: (54 291) 455 7042 456 2668

E-mail: internacionales@bb.mun.gba.gov.ar

Site web do município: <http://www.bahiablanca.gov.ar/>



Argentina / MORÓN

Dados: Morón é um dos 134 municípios que integram a província de Buenos Aires. Está localizado ao noroeste da província de Buenos Aires, no denominado Conurbano Bonaerense (Grande Buenos Aires) e no centro da Área Metropolitana de Buenos Aires (AMBA), a 20 quilômetros da Capital Federal.

População: 322.477 hab.

Superfície: 55,6 km²

Prefeito: Lic. Lucas Ghi

Mandado: 2009/2011. Completa o mandato de Martín Sabatella, iniciado em 2007
Partido político: Nuevo Morón (Vecinalista)

Participação na Rede de Mercocidades:

Ano de ingresso: 2002

Foi Secretaria Executiva durante o período 2006/2008. É atual membro titular do Conselho, e coordenou a Unidade Temática de Desenvolvimento Econômico Local no período 2008/2009, sendo reeleita para o seguinte período 2009/2010.

Também participa nas seguintes Unidades Temáticas: Gênero e Município, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Urbano, Juventude, Planificação Estratégica e Cultura.

Participação na UTDEL: Ativa. É coordenadora desde 2008.

Características socioeconômicas da cidade:

Por seu alto grau de concentração de habitantes e recursos econômicos, Morón é um dos principais centros urbanos do país, com um importante potencial de desenvolvimento social, comercial e produtivo.

O município está composto por cinco localidades, as quais contam com acessos ferroviários e rodoviários à cidade de Buenos Aires e aos principais centros urbanos da província.

Conta, também, com uma ampla rede de serviço sanitário, numerosos estabelecimentos educativos e uma importante quantidade de espaços culturais e recreativos.

O centro da localidade de Morón se transformou no polo comercial mais importante da zona oeste. Nos doze quarteirões que o integram ingressa diariamente uma média de 300.000 pessoas.

A estação ferroviária de Morón (ex-linha Sarmiento) é a terceira do país em venda de passagens, com uma média de quase 50.000 emissões diárias. Isto a coloca acima do nível de vendas da Estação Onze. Assim mesmo, a maior parte das 105 linhas de coletivos que circulam pelo distrito atravessa o centro desta cidade, o que lhe outorga um alto nível de acessibilidade.

Ações orientadas ao desenvolvimento produtivo:

A Subsecretaria de Desenvolvimento Econômico Local tem a seu cargo as diretorias de Comércio, Indústria, Promoção de Exportações, e Emprego e Economia Social.

Desde as distintas áreas se planificam ações que tem como objetivo:

1. Ajudar ao crescimento da economia local e regional.
2. Potencializar e promover o comércio local.
3. Promover o incremento da atividade industrial.
4. Acompanhar e facilitar as primeiras experiências exportadoras de empresas do município, através da capacitação e da assistência técnica.
5. Promover o trabalho decente, a economia social e a inserção laboral de vizinhos e vizinhas de Morón.
6. Regularizar a indústria e o comércio.

Contatos:

Secretário de Modernização, Transparência e Descentralização: Hernán Sabbatella

Subsecretário de Desenvolvimento Econômico Local: Lic. Sebastián A. Di Leo

E-Mail: desarrollo.economico@moron.gov.ar

Site web do município: www.moron.gov.ar



Argentina / PASO DE LOS LIBRES

Dados: Cidade da província de Corrientes, capital do departamento homônimo. Localizada junto à fronteira brasileira, frente à cidade de Uruguaiana. É a terceira cidade em população dentro da Província de Corrientes e a décima mais populosa da região do NEA.

População: 53.000 hab. aprox.

Superfície: 4700 km²

Prefeito: Dr. Eduardo Alejandro Vischi

Período: 2009-2013 (reeleito)

Partido político: Encuentro por Libres

Participação na Rede de Mercocidades:

Ano de ingresso: 2008

Desde então o município e a agência participam em vários eventos organizados pela rede, e colaboram permanentemente em questões relacionadas com as cidades de fronteira. Exemplos deles são:

- A participação ativa de Paso de los Libres no FCCR, que junto a Mercocidades, levam adiante o Projeto de Integração Fronteiriça com o apoio da Agência Espanhola de Cooperação Internacional.
- A participação no projeto Inova da Rede.

Participação na UTDEL: Até o momento somente tivemos contatos isolados e por e-mail. Participamos do II Encontro da Agência de Desenvolvimento Produtivo da América do Sul e no desenvolvimento do plano estratégico da Rede de Mercocidades.

Características socioeconômicas da cidade:

Paso de los Libres se caracteriza pela abundância de recursos naturais, tanto do ponto de vista produtivo como turístico, que somado ao contexto físico onde está localizada, vinculado com a cidade brasileira de Uruguaiana, potencializa suas possibilidades de se consolidar na função de ponto de intercâmbio comercial e cultural de maneira estável.

Suas condições topográficas, seu clima e população, são fatores favorecedores de atividades vinculadas à produção, o que se reforça ainda mais com a presença de importantes recursos de água.

Sua localização geográfica pode ser considerada como estratégica e como nó fronteiro dentro do MERCOSUL, já que nela se situa a segunda Alfândega do país e o Complexo Terminal de Cargas (automotor) fronteiro mais importante do MERCOSUL.

Sobre o rio Uruguai, a passagem fronteira de Paso de los Libres e Uruguaiana é o principal ponto da fronteira de intercâmbio comercial entre Argentina e Brasil. A ponte internacional é o único caminho ferroviário que conecta a costa atlântica com a do Pacífico. Atualmente tem um movimento médio de 1.000 caminhões diários.

Ações orientadas ao desenvolvimento produtivo:

1. Florestamento
2. Pecuária
3. Produção de Arroz
4. Desenvolvimento da horticultura
5. Serviços logísticos e de comércio exterior
6. Turismo

Contatos:

Presidente da Agência de Desenvolvimento Produtivo de Paso de los Libres e Responsável de Mercocidades:

CPN. Mauro Federico Mecozzi

E-mail: adppasodeloslibres@yahoo.com.ar

Site web do município: www.pasodeloslibres.gov.ar



Argentina / **RAFAELA**

Dados: É a principal cidade do Departamento Castellanos, na província de Santa Fé, separada da capital provincial por uns 90 km, e está situada a 530 km da Capital Federal. Terceira cidade mais populosa da província e a terceira em importância, detrás de Rosário e Santa Fé.

População: 100.500 hab. (2008)

Superfície: 156 km²

Prefeito: CPN Omar Perotti

Período: 2007/2011 (reeleito)

Partido político: PJ

Participação na Rede de Mercocidades:

Ano de ingresso: 2000

A Municipalidade de Rafaela participa ativamente na Rede de Mercocidades. Até o presente ano participou como cidade Subcoordenadora da Unidade Temática de Desenvolvimento Econômico Local.

Costumam se envolver na Secretaria de Desenvolvimento, Inovação e Relações Internacionais e na Secretaria de Gestão e Participação.

Participação na UTDEL: A cidade atua ativamente nesta unidade temática, participando das reuniões que são realizadas.

Características socioeconômicas da cidade:

Destaca-se por sua produção industrial metal-mecânica e de laticínios. Encontra-se no coração da bacia leiteira, a maior da América do Sul, constituindo-se em seu principal capital.

Adicionalmente, as outras atividades de importância são a agricultura e a pecuária. Rafaela conta com um parque industrial ativo que recentemente se expandiu com a criação do PAER ("Parque de Atividades Econômicas de Rafaela"), onde este encontra localizado o ITEC (Instituto Técnico).

Ações orientadas ao desenvolvimento produtivo:

1. Inovação tecnológica
2. Infraestrutura para o desenvolvimento
3. Internacionalização
4. Financiamento

- 5. Empreendedores
- 6. Programa de apoio aos setores produtivos
- 7. Turismo

Contatos:

Secretário de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Relações Internacionais, e Responsável de Mercocidades:
Lic. German Bürcher

E-mail: gburcher@rafaela.gov.ar

Tel: 03492- 427201- 502000 a 007 ramal 321.

Site web do município: www.rafaela.gov.ar



MUNICIPALIDAD DE ROSARIO

Argentina / ROSÁRIO

Dados: cidade localizada no centro-leste da Argentina, principal do departamento homônimo e a mais importante e populosa da província de Santa Fé. Constitui um dos principais centros urbanos da nação sul-americana, encontrando-se numa posição geograficamente estratégica com relação ao MERCOSUL.

População: 909.755 hab. (2008)

População da Região Metropolitana: 1.159.004 hab.

Superfície: 178,7 km²

Prefeito: Eng. Roberto Miguel Lifschitz

Período: 2007/2011 (reeleito)

Partido político: Partido Socialista

Participação na Rede de Mercocidades:

Ano de ingresso: 1995

Rosário foi uma das 12 cidades que fundaram a Rede, ocupou durante numerosos períodos o Conselho de Mercocidades, a Secretaria Executiva durante 2000/2001 e acaba de assumir novamente esta função pelo período 2009/2010. Assim mesmo, tem exercido em distintas oportunidades a coordenação das Unidades Temáticas de Planificação Estratégica, Desenvolvimento Econômico Local, Desenvolvimento Social e a Comissão de Economia Solidária da Rede.

Participação na UTDEL: Foi coordenadora durante os períodos 2006/2007, 2007/2008, e participa ativamente das reuniões e atividades que são realizadas pela mesma.

Características socioeconômicas da cidade:

Cidade cosmopolita, é o núcleo de uma região de grande importância econômica, encontrando-se numa posição geograficamente estratégica com relação ao MERCOSUL, graças ao transporte e mais especificamente ao tráfego fluvial. Perto de 80% da produção do país de cereais, azeites e seus derivados são exportados pelos portos da Grande Rosário.

É a principal metrópole de uma das zonas agrárias mais produtivas da Argentina, é centro comercial, de serviços e de uma indústria diversificada. Foco educativo, cultural e esportivo, conta também com importantes museus e bibliotecas, sua infraestrutura turística inclui circuitos arquitetônicos, passeios, bulevares e parques.

Ações orientadas ao desenvolvimento produtivo:

1. Gerar condições favoráveis no ambiente produtivo e de infraestrutura. Projetos: construção e funcionamento de Polígonos Industriais; aprovação da Ordenança de Solo Industrial; facilitar a criação de novas áreas, plataformas e parques industriais,

logísticos e/ou de serviços, para ampliação ou novas radicações produtivas; impulsionar na Nação e na Província mudanças legislativas, aprovação de trâmites de promoção e investimentos de infraestrutura para solo industrial de qualidade; inauguração do Centro de Inovação e Desenvolvimento Local; etc.

2. Posicionar a Rosario como território produtivo dinâmico e competitivo. Projetos: realização de Congressos e feiras (por ex. FIAR); constituição do Foro de Competitividade, etc.

3. Promover oportunidades comerciais locais e globais. Projetos: incorporação de empresas ao Calendário anual de Feiras e Missões Comerciais; desenvolvimento da plataforma comercial Maringá/Brasil; oferecer assistência a grupos e empresas exportadoras (Janela Exportar); Promoção de projetos associativos, tanto para o mercado interno como para facilitar a internacionalização de novas empresas; Feiras e Missões Comerciais ao Exterior.

4. Melhorar a competitividade do tecido produtivo PME. Projetos: impulsionar o “Compra PME”; articulação de linhas especiais de crédito com taxas bonificadas; promoção de instrumentos SEPME; oferecer assistência técnica em gestão e melhora da produtividade.

5. Facilitar a criação de novas empresas. Projetos: Outorgar empréstimos PROMUFO a microempreendedores; coordenar ações com outros programas municipais de apoio ao empreendedorismo (Economia Solidária, PEAS, etc.).

Contactos:

Subsecretário de Produção e Desenvolvimento Local: Eng. José Luis Ottaviani

Responsável de Mercocidades: Lic. Sergio Barrios

Tel: (54 341) 480 2273 / 74 / 77

E-mail: sbarrios@rosario.gov.ar

Site web do município: www.rosario.gov.ar



Argentina / TANDIL

Dados: Tandil é a cidade principal do partido (município) homônimo, localizada no sudeste da província de Buenos Aires, Argentina, sobre a cadeia serrana do Sistema de Tandilia.

População: 108.300 hab.

Superfície: 4.936 km²

Prefeito: Miguel Ángel Lunghi

Período: 2007/2011 (reeleito)

Partido político: Unión Cívica Radical

Participação na Rede de Mercocidades:

Ano de ingresso: 2004

Desde 2007 é uma das cidades que integra o Conselho Executivo da Rede na qualidade de suplente, foi eleita na Cúpula de Rosário como cidade titular para o período 2009-2010.

É subcoordenadora desde 2005 da Unidade Temática de Ciência, Tecnologia e Capacitação. Também tem uma forte participação na Unidade Temática de Cultura, Juventude e Desenvolvimento Econômico Local.

Desde sua função no Conselho Executivo, Tandil foi sede de três seminários que tiveram como objetivo central refletir sobre a debilidade da rede em propostas concretas de integração, e a importância de aprofundar projetos comuns entre as cidades membros.

Participação na UTDEL: Entre as atividades que foram realizadas nesta cidade estão a *1ª Rodada de Negócios das Mercocidades*, realizada entre 5 e 7 de outubro, em que participaram mais de 100 empresas das quais aproximadamente 40% eram de origem brasileira.

Paralelamente foi realizada a *Reunião Anual da Unidade Temática de Desenvolvimento Econômico Local*, que contou com a presença de Prefeitos e secretários de algumas cidades como: Santo André, Campinas, São Paulo, Montevideú, Necochea, Villa Gessel, Morón, San Isidro, Junín, Córdoba, Rosario, Buenos Aires, Luján, etc.

Em novembro de 2006 foi realizado o Seminário *“O papel das Incubadoras de Empresas no desenvolvimento econômico local das cidades”*, organizado conjuntamente com AMPROTEC e REDETEC, no âmbito da Unidade Temática de Ciência, Tecnologia e Capacitação. Nesta oportunidade a cidade recebeu a uma vintena de Prefeitos do MERCOSUL.

Características socioeconômicas da cidade:

Como em outras localidades e cidades do Pampa úmido, a base da economia se localiza na agricultura intensiva de trigo, soja (desde meados da década de 1970), milho e girassol, e em menor quantidade aveia alpiste e linho. Assim como o gado (na zona tandilense é também intensiva): bovino (principalmente para ordenhar), ovino e suíno. Conta com mais de

cento cinquenta estábulos. Tandil tem uma grande produção de produtos artesanais regionais, como queijos, salames e outros embutidos, que são os mais destacados da zona.

Outras bases da economia tandilense são uma pujante produção industrial do tipo metalmecânica, um importante setor agropecuário e, desde a década de 1990, um forte crescimento vinculado ao turismo. [Também se pratica a indústria mineira, com atividade de canteiras nas serras, ainda que na atualidade existem grupos ecologistas que estão tratando de frear esta atividade para evitar o dano à paisagem natural.

Ações orientadas ao desenvolvimento produtivo:

1. Setor agropecuário;
2. Indústria metalmecânica;
3. Turismo;
4. Indústria de software e serviços informáticos;
5. Indústria alimentar e comércio.

Contatos:

Secretário de Desenvolvimento Local: Lic. Pedro Espondaburu

Responsável de Mercocidades: Carlos Fernández

E-mail: internacionales@tandil.gov.ar

Tel: (54 2293) 447866

Coordenadora do Escritório de Vinculação Internacional: Marcela Petrantonio

E-mail: mpetra@telefax.com.ar

Site web do município: www.tandil.gov.ar



Brasil / BELO HORIZONTE

Dados: Capital do estado de Minas Gerais. Terceira metrópole do Brasil. Foi designada capital do estado, substituindo a cidade de Ouro Preto em 1897. Possui o terceiro PBI do país.

População: 2.434.642 hab.

População da Região Metropolitana: 5.068.000 hab.

Superfície: 331.23 km²

Orçamento: R\$ 6.170.000.202

Prefeito: Marcio Lacerda

Partido político: Partido Socialista Brasileiro (PSB)

Período: 2008 -2012

Participação na Rede de Mercocidades:

Ano de ingresso: 1996

Foi Secretaria Executiva durante o período 1999/2000 e membro do Conselho de Mercocidades em várias oportunidades (períodos 2004/2005; 2005/2006 e 2006/2007).

Coordenou as Unidades Temáticas de Educação (2005), Turismo (2005/2006) e Gênero e Município (2007/2008).

Atualmente é membro da Comissão Diretiva na qualidade de próxima Secretaria Executiva que assumirá novamente para o período em 2010/2011.

Participação na UTDEL: Participou ativamente até 2006, oportunidade em que a UT se reuniu na cidade de Rosário.

Características socioeconômicas da cidade:

A cidade é um importante centro comercial e bancário; é o principal centro de distribuição e processamento de uma região com grande atividade agrícola e mineira, assim como um importante polo industrial. Entre os principais produtos estão os derivados de aço, têxteis, alimentos e bebidas. Ouro, manganês e pedras preciosas de regiões próximas também são processados na cidade.

Belo Horizonte também é um grande centro cultural, com grandes universidades, museus, bibliotecas e espaços culturais. Também vem sendo reconhecida como importante centro de biotecnologia, informática e medicina, alberga importantes eventos em diversas áreas. Em Belo Horizonte encontra-se a Universidade Federal de Minas Gerais, a segunda melhor universidade do Brasil segundo o Ministério da Educação brasileiro.

As cidades de sua área metropolitana têm importantes indústrias (aço, metalurgia, têxteis, alimentos, bebidas, automóveis).

Ações orientadas ao desenvolvimento produtivo:

1. Desburocratização e melhora do ambiente de negócios;
2. Promoção de investimentos;
3. Turismo;
4. Copa Mundial 2014.

Contatos:

Secretário Municipal de Relações Internacionais e Responsável de Mercocidades: Rodrigo de Oliveira Perpétuo

Tel: (55 31) 3277-4326/4695

E-mail: rodrigop@pbh.gov.br

Site web do município: <http://www.pbh.gov.br>



Brasil / CAMPINAS

Dados: Localizada ao norte do estado de São Paulo, a uma distância de 90 km da capital, constitui um grande centro urbano, possui um variado e próspero aparato industrial que a colocou num lugar privilegiado dentro do panorama econômico do Brasil.

População: 1.080.000 hab. (est. 2006)

População da Região Metropolitana: 2,8 milhões de hab.

Superfície: 887 km²

Prefeito: Dr. Hélio de Oliveira Santos

Período: 2009-2012 (Reeleito)

Partido político: PDT- Partido Democrático Trabalhista

Participação na Rede de Mercocidades:

Ano de ingresso: 2001

Não exerceu cargos políticos nem participou em muitas unidades temáticas. Só o faz através de sua Secretaria de Cooperação Internacional.

Participação na UTDEL: Muito ativa nos últimos anos. Atualmente exerce a subcoordenação e oferece oportunidades para realizar atividades vinculadas à UT em sua cidade.

Características socioeconômicas da cidade:

Atualmente Campinas é responsável por um terço da produção industrial do estado. Destacam-se as indústrias de alta tecnologia e a produção metalúrgica. A cidade é também um importante e movido centro comercial –tem o maior shopping center da América Latina na área da construção, o Shopping Parque Dom Pedro– e de serviços. Possui em sua região metropolitana o Aeroporto Internacional de Viracopos, que se destaca no transporte internacional de cargas e é o maior na América Latina nesta categoria.

Regiões próximas a Campinas são consideradas os maiores centros metropolitanos do estado de São Paulo: Jundiaí, a cidade de São Paulo, Sorocaba, Santos e São José dos Campos, cujas populações, somadas a de Campinas, ultrapassam os 29 milhões de habitantes, mais de 80% da população total do estado.

Graças a sua topografia, Campinas conta com um índice de contaminação bastante baixo, já que se encontra num planalto.

Ações orientadas ao desenvolvimento produtivo:

1. Eixo Tecnológico: apoio a empresas de base tecnológica e polos de alta tecnologia
2. Eixo Logístico: Expansão do Aeroporto Internacional de Viracopos

Contatos:

Secretário Municipal de Comércio, Indústria, Serviços e Turismo: Sinval Dorigon

Responsável de Mercocidades: Rodrigo Hajjar Francisco

Tel: (55 19) 2116-0846

E-mail: rodrigohajjar@uol.com.br

Site web do município: <http://www.campinas.sp.gov.br>



Brasil / PORTO ALEGRE

Dados: Porto Alegre é uma das cidades mais importantes do Brasil, capital do estado do Rio Grande do Sul. A cidade está localizada na conjunção de cinco rios, entre os quais se encontra o rio Guaíba.

População: 1.440.939 hab.

População da Região Metropolitana: 3.959.807 hab.

Superfície: 496,8 km²

Prefeito: José Fogaça

Período: 2009-2012 (reeleito)

Partido político: Partido Popular Socialista (PPS)

Participação na Rede de Mercocidades:

Ano de ingresso: 1995 (Cidade fundadora da Rede)

Foi Secretaria Executiva no período 1996/1997, coordenadora e subcoordenadora de diferentes UT. No mandato anterior foi membro do Conselho e atualmente coordena a Unidade Temática de Desenvolvimento Urbano.

Participação na UTDEL: Foi ativa em outros períodos, mais atualmente não participa nem assiste às reuniões.

Características socioeconômicas da cidade:

Porto Alegre é um grande centro industrial do sul do Brasil, e está localizada numa zona estratégica para o MERCOSUL, devido a sua proximidade com respeito à Buenos Aires e a Montevidéu.

Muitas universidades brasileiras importantes se encontram em Porto Alegre, por exemplo, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre foi sede do I Foro Social Mundial, evento que trata questões sociais do mundo atual. Foi sede deste evento também em 2002, 2003 e 2005.

Ações orientadas ao desenvolvimento produtivo:

1. Parque Industrial da Restinga - Escolas Técnicas
2. Centro Agrícola Demonstrativo (CAD)

Contatos:

Assessor de Relações Institucionais e Internacionais: Alexandre Fuccille

E-mail: alexandre.fuccille@saocarlos.sp.gov.br

Tel: (55 16) 3362-1037/ 1038

Site web do município: www.saocarlos.sp.gov.br



Brasil / SÃO CARLOS

Dados: São Carlos é um município brasileiro do estado de São Paulo, localizado a 240 km ao oeste da capital estadual. A cidade recebeu o título de “Capital da Tecnologia” devido a seu grande polo de alta tecnologia. Nesta cidade estão instaladas importantes multinacionais.

População: 218.702 hab. (2006)

Superfície: 1.141 km²

Prefeito: Oswaldo Baptista Duarte Filho

Período: 2009/2012

Partido político: PT

Participação na Rede de Mercocidades:

Ano de ingresso: 2002

Coordenou a UT de Ciência, Tecnologia e Capacitação de setembro de 2003 a junho de 2008. Realizou a 1ª e 2ª Mostra de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas Municipais, lançou o Prêmio Mercocidades de Ciência e Tecnologia, impulsionou a criação da Rede de Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica de Mercocidades, entre outros. Foi membro do Conselho da Rede de 2006 a 2008 e do FCCR.

Participação na UTDEL: Não é ativa

Características socioeconômicas da cidade:

Localizada no centro geográfico do Estado de São Paulo, a cidade de São Carlos possui características especiais que a tornam um lugar destacado em diferentes aspectos. O vigor acadêmico, tecnológico e industrial da cidade lhe tem conferido o título de “Capital Tecnológica”, principalmente devido a seu grande polo de alta tecnologia, onde estão instaladas importantes multinacionais.

A cidade é um grande centro universitário, com uma alta afluência de estudantes procedentes das localidades limítrofes. Suas universidades e centros de pesquisa são reconhecidos por sua excelência e diversidade.

A atividade industrial está marcada pela presença de grandes indústrias metalmeccânicas, automotrizas, autopeças, assim como têxteis, de maquinarias e equipamentos, de indústrias médicas, etc.

O comércio atende as necessidades da cidade e da região, oferecendo produtos e serviços de alta qualidade, enquanto que o setor agropecuário é importante na produção de leite, carne bovina e frango, entre outros.

Ações orientadas ao desenvolvimento produtivo:

1. Proporcionar meios físicos adequados para a instalação de novos empreendimentos e suporte para a ampliação das empresas já instaladas;
2. Estimular o nascimento de novas empresas;
3. Estimular projetos que possibilitem o tratamento diferenciado e simplificado ao micro e pequeno empresário, e técnicas de cooperação mútua;
4. Proporcionar condições adequadas de micro-crédito.

Contatos:

Assessor de Relações Institucionais e Internacionais: Alexandre Fuccille

E-mail: alexandre.fuccille@saocarlos.sp.gov.br

Tel: (55 16) 3362-1037/ 1038

Site web do município: www.saocarlos.sp.gov.br



Uruguai / MONTEVIDÉU

Dados: Montevidéu é a capital e a maior cidade da República Oriental do Uruguai. Localiza-se na zona meridional do país e é a capital mais austral da América. É também sede administrativa do MERCOSUL e da ALADI.

População: 1.344.839 hab.

População da Região Metrop.: 1.868.335 hab. (2004)

Superfície: 525,54 km²

Prefeito: Dr. Ricardo Ehrlich

Período: 2005-2010

Partido político: Frente Amplio

Participação na Rede de Mercocidades:

Ano de ingresso: 1995

Montevidéu é uma das cidades fundadoras da Rede e tem ocupado diferentes cargos ao longo de sua história:

Foi Secretaria Executiva nos períodos 1998/1999 e 2003/2004.

Membro do Conselho e Comitê Diretivo em várias oportunidades.

Atualmente é membro titular do Conselho.

Exerce a STPM desde 2000.

Participação na UTDEL: Não muito ativa, dependendo das trocas de responsável.

Características socioeconômicas da cidade:

Montevidéu, cidade aberta ao mar, assentada sobre uma baía que a faz porto natural, apresenta um cordão costeiro de 67 km (dos quais 13 km são praias).

Apesar de Montevidéu ser a menor das 19 divisões político-administrativas que formam a República Oriental do Uruguai, concentra em seu território quase a metade da população do país, assim como grande parte das indústrias e das atividades de serviço, além dos organismos do governo nacional.

Ações orientadas ao desenvolvimento produtivo:

1. Impulsionar a participação do setor privado de modo a garantir a otimização das possibilidades de desenvolvimento.
2. Criar as condições favoráveis de caráter fiscal, de infraestruturas, de comunicações, de vivenda e de emprego que incentivem a competitividade e eficiência das empresas, gerando riqueza e bem-estar social na cidade.

3. Criar um âmbito de referência que desencadeie e oriente as atuações e intervenções, do setor público e do setor privado, encaminhadas para solucionar as demandas econômicas básicas que são apresentadas aos governos locais.
4. Continuar e priorizar os processos de inserção regional e internacional de Montevideú.
5. Aprofundar a participação nos sistemas de cooperação internacional.
6. Liderar o processo de afirmação de MONTEVIDÉU CAPITAL REGIONAL, gerando condições que favoreçam a radicação de organismos regionais, multilaterais e internacionais em nossa cidade.
7. Coordenar os planos e ações das distintas unidades do departamento, assim como de outras instâncias municipais e do setor privado para realizar uma forte promoção de Montevideú no exterior, tanto do ponto de vista turístico como de destino de investimento.
8. Impulsionar, junto com a Comissão de Investimentos, a busca de empreendimentos que desenvolvam um MONTEVIDÉU PRODUTIVO.

Contatos:

Coordenadora de Desenvolvimento Local: Lic. Liliana Pertuy

Responsável de Mercocidades: Ruben García (Diretor de Relações Internacionais e Cooperação)

Tel: (598 2) 413 6624/25

E-mail: cooprrii@prodo.imm.gub.uy

Site web do município: www.montevideo.gub.uy

Anexo II

MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 52/07

Integração Produtiva no MERCOSUL

Tendo em vista: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto e as Decisões Nº 23/02 e 03/05 do Conselho do Mercado Comum

Considerando:

Que no Comunicado Conjunto de 21 de julho de 2006 os Presidentes “instruíram aos Ministros das áreas vinculadas com a produção a definir as pautas que conformarão o Plano de Desenvolvimento e Integração Produtiva Regional”.

Que, em cumprimento deste mandato, o SGT Nº 7 “Indústria”, elevou para a consideração da LXVIII Reunião do Grupo Mercado Comum uma Proposta de Pautas para a Integração Produtiva do MERCOSUL.

Que o CMC, na sua XXX Reunião Ordinária encomendou desenvolver iniciativas concretas de articulação com os setores público e privado dos Estados Partes, com vistas a otimizar as ações em andamento e desenvolver outras que possam propiciar investimentos produtivos na região.

Que nos Seminários e Oficinas organizados pela CRPM se analisaram alternativas para a institucionalização do tratamento da integração produtiva no MERCOSUL.

Que o GMC decidiu criar o Foro de Competitividade para o Setor Cinematográfico e Audiovisual do MERCOSUL pela Resolução GMC Nº 14/07.

Que o Conselho do Mercado Comum estabeleceu o Programa de Foros de Competitividade do MERCOSUL pela Decisão CMC Nº 23/02.

Que se considera conveniente a criação de um Grupo Ad Hoc dependente do Grupo Mercado Comum encarregado de desenhar um Programa de Integração Produtiva no MERCOSUL.

O Conselho do Mercado Comum decide:

Art. 1 - Criar um Grupo Ad Hoc, dependente do Grupo Mercado Comum, que deverá elaborar um Programa de Integração Produtiva do MERCOSUL.

O Grupo Ad Hoc deverá elevar ao GMC o referido Programa para seu tratamento na sua última reunião do primeiro semestre do ano 2008, como o objetivo de que seja elevado ao Conselho do Mercado Comum para sua consideração na sua primeira reunião ordinária de 2008.

Art. 2 - O Grupo Ad Hoc terá em conta para a elaboração do Programa de Integração Produtiva do MERCOSUL, entre outros, os seguintes elementos:

- A proposta de Pautas para a Integração Produtiva do MERCOSUL apresentada pelo SGT Nº 7 na LXVIII Reunião do Grupo Mercado Comum.
- Os Projetos Piloto de Integração Produtiva já identificados.
- Outros projetos e/ou setores que os países identifiquem.
- Os trabalhos desenvolvidos no SGT Nº 7 no âmbito do Foro de Competitividade da Cadeia Madeira-Móveis
- A decisão de criar o Foro de Competitividade para o Setor Cinematográfico e Audiovisual do MERCOSUL (Resolução GMC Nº 14/07).

Art. 3 - O Programa de Integração Produtiva do MERCOSUL incluirá um conjunto inicial de iniciativas e uma metodologia de trabalho para implementá-las. Para a definição dessa metodologia de trabalho, levar-se-á em conta, entre outras, as seguintes diretrizes:

- Designação de pontos focais em cada Estado Parte;
- Prever a participação do setor privado nas iniciativas que se identifiquem;
- A necessidade de que cada iniciativa conte com uma coordenação técnica a cargo de um Estado Parte;
- Todas as iniciativas terão como princípio procurar identificar o interesse e viabilizar na medida do possível a participação de todos os Estados Partes.

Art. 4 - No desenvolvimento de suas tarefas, o Grupo Ad Hoc deverá coordenar suas atividades com as de outros órgãos que tratem a temática da integração produtiva.

Art. 5 - Até que seja aprovado o Programa de Integração Produtiva, os Estados Partes continuarão desenvolvendo as iniciativas em andamento e poderão apresentar novos projetos ao Grupo Ad Hoc baseado nas diretrizes fixadas na presente Decisão.

Art. 6 - O Estado de situação das iniciativas contempladas no Programa de Integração Produtiva do MERCOSUL será regularmente informado ao Conselho do Mercado Comum em suas reuniões ordinárias.

Art. 7 - Esta Decisão não necessita ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes, por regulamentar aspectos da organização ou do funcionamento do MERCOSUL.

XXXIV CMC - Montevideu, 17/XII/07

MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 12/08

Programa de Integração Produtiva do MERCOSUL

Tendo em vista: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto e as Decisões Nº 23/02, 03/05 e 52/07 do Conselho do Mercado Comum.

Considerando:

Que no Comunicado Conjunto de 21 de julho de 2006 os Presidentes “instruíram aos Ministros das áreas vinculadas com a produção para definirem as pautas que conformarão o Plano de Desenvolvimento e Integração Produtiva Regional”.

Que, em cumprimento deste mandato, o SGT Nº7 “Indústria”, elevou para a consideração da LXVIII Reunião do Grupo Mercado Comum uma Proposta de Pautas para a Integração Produtiva do MERCOSUL.

Que o Conselho do Mercado Comum, por Decisão Nº 52/07 decidiu a criação de um Grupo Ad Hoc dependente do Grupo Mercado Comum encarregado de desenhar um Programa de Integração Produtiva do MERCOSUL.

Que no âmbito das reuniões deste Grupo Ad Hoc os Estados Partes acordaram um Programa de Integração Produtiva do MERCOSUL.

Que o Programa de Integração Produtiva do MERCOSUL fortalecerá a complementaridade produtiva das empresas do MERCOSUL, principalmente das PMES, e aprofundará o processo de integração do bloco, consolidando o incremento da competitividade dos setores produtivos dos Estados Partes.

O Conselho do Mercado Comum decide:

Art. 1 - Aprovar o Programa de Integração Produtiva do MERCOSUL, que consta como Anexo e forma parte da presente Decisão.

Art. 2 - Criar o Grupo de Integração Produtiva do MERCOSUL (GIP), dependente do GMC, cuja função será coordenar e executar o Programa de Integração Produtiva do MERCOSUL, assim como todas as propostas e ações relacionadas com tal temática.

Art. 3 - O Grupo de Integração Produtiva do MERCOSUL estará integrado por representantes designados pelos governos dos Estados Partes.

Art. 4 - O Grupo de Integração Produtiva do MERCOSUL apresentará ao Grupo Mercado Comum relatórios periódicos sobre o andamento do conjunto de iniciativas de integração produtiva e proporá cursos de ação. Assim mesmo, informará semestralmente ao Conselho do Mercado Comum sobre suas atividades.

Art. 5 - O Grupo de Integração Produtiva do MERCOSUL, através do Grupo Mercado Comum, coordenará atividades com aqueles Subgrupos de Trabalho do MERCOSUL diretamente vinculados a sua área de trabalho.

Art. 6 - Esta Decisão não necessita ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes, por regulamentar aspectos da organização ou do funcionamento do MERCOSUL.

XXXV CMC - San Miguel de Tucumán, 30/VI/08.

Programa de Integração Produtiva do MERCOSUL

I- Justificação

A integração produtiva implica o desenvolvimento conjunto de novas vantagens competitivas a partir da complementação produtiva e da especialização intra-setorial de todos os países do bloco, especialmente para a integração de pequenas e médias empresas da região e empresas dos países de menor tamanho econômico relativo a processos produtivos regionais. Isto implica na modificação dos padrões produtivos através de uma nova designação de recursos produtivos, modificando o padrão de intercâmbio comercial, considerando uma perspectiva regional.

Um processo de integração entre países em desenvolvimento com economias assimétricas em seu tamanho e estrutura, não se deve limitar aos aspectos comerciais, e deve se propender a eliminar as diferenças de desenvolvimento interno e a evitar a concentração dos benefícios da integração nos atores de maior tamanho.

A tais efeitos, é necessário implementar políticas e ações orientadas à geração de um espaço regional mais integrado, tendente à consolidação do Mercado Comum, com o fim de melhorar a competitividade geral e, especialmente, de quem teve maior dificuldade para ter acesso plenamente aos benefícios da integração.

Um dos objetivos principais do bloco regional é que os benefícios da integração regional se estendam a todos seus membros, e para isso deve se alentar a complementaridade entre distintos elos da cadeia de valor regionais, procurando a efetiva incorporação de produções dos países de menor tamanho econômico relativo nos processos produtivos de todos os sócios.

O processo de integração produtiva deve ser visto como uma das vias para a consolidação do mercado regional, promovendo a ativa participação das micro, pequenas e médias empresas dos Estados Partes, favorecendo especialmente a dos países de menor tamanho econômico relativo, constituindo-se em outro instrumento para a superação das assimetrias existentes dentro do bloco.

Isso permitirá melhorar as possibilidades de nossas empresas num mundo cada vez mais inter-relacionado, já que o âmbito regional permite a soma de capacidades para o lançamento das empresas ao mercado global. O desenvolvimento de cadeias de valor permitirá, ademais, aumentar o valor agregado regional nas exportações do MERCOSUL.

A integração produtiva encontra na atualidade obstáculos derivados das diferenças de escala, assimetrias no desenvolvimento tecnológico e de capacitação a nível gerencial, esquemas nacionais ainda não harmonizados, falhas de mercado, insuficiências nas empresas para abordar a associatividade, dificuldades no acesso ao financiamento, barreiras não tarifárias em fronteira, etc. Sua viabilidade requer a remoção destes obstáculos, assim como a incorporação de mecanismos e incentivos para integrar às empresas dos distintos Estados Partes dentro de cadeias de valor mais desenvolvidas. Desta maneira,

a cooperação intra-industrial setorial se constitui num elemento essencial para superar estas falhas de mercado e consolidar a livre circulação de bens no espaço ampliado.

O presente Programa aponta em fortalecer e melhorar a oferta a ser realizada desde o setor público, para que as empresas e suas entidades representativas se sintam estimuladas em participar numa instância de caráter regional. Nesse sentido tenta incrementar o grau de capacitação dos recursos humanos, dos estímulos e do financiamento disponíveis, e oferecer espaços de articulação de políticas comerciais, normativa e apoio institucional que facilitem a integração produtiva regional, fomentando o desenvolvimento da competitividade ao longo das cadeias produtivas regionais.

Com isso se busca promover ações positivas e estratégias comuns para lograr um maior nível de crescimento produtivo sustentável de todos os sócios.

Para isso, será importante a participação ativa das empresas de nossos países neste processo, alentando àquelas que, por seu tamanho, relevância e/ou liderança, possuem a capacidade potencial de gerar externalidades positivas nas empresas de menor tamanho relativo.

Neste sentido cabe ressaltar o Comunicado Conjunto que realizaram os Presidentes do bloco na cúpula realizada em Córdoba em julho de 2006 no qual instruem "... aos Ministros das áreas vinculadas com a produção em definirem as pautas que conformaram o Plano de Desenvolvimento e Integração Produtiva Regional" e o de dezembro de 2007 em Montevideu, no qual "... destacaram a decisão de elaborar um Programa de Integração Produtiva do MERCOSUL, tendente ao desenvolvimento de cadeias de valor entre empresas da região, particularmente as pequenas e médias, o que permitirá melhorar sua complementaridade e competitividade".

Sob estes conceitos o programa deverá ser o instrumento que ajude a viabilizar a integração produtiva, facilitando a convergência estrutural das economias dos países do MERCOSUL.

II- Objetivos

O objetivo geral do Programa é contribuir para fortalecer a complementaridade produtiva de empresas do MERCOSUL, e especialmente a integração nas cadeias produtivas das PMES e das empresas dos países de menor tamanho econômico relativo, a fim de aprofundar o processo de integração do bloco, consolidando o incremento da competitividade dos setores produtivos dos Estados Partes e outorgando ferramentas adicionais que melhorem sua inserção externa.

Considera-se que a integração produtiva não é um fim em si mesma, senão um instrumento que utilizado de maneira complementar com outras medidas, pode melhorar a competitividade das empresas do MERCOSUL, e catalisar mecanismos de diálogo que aprofundem o esquema de integração.

Para a atual etapa do MERCOSUL a efeitos de promover e facilitar a integração produtiva e a cooperação interempresarial entre os Estados Partes, propõe-se uma maior utilização de mecanismos públicos de coordenação e de articulação público-privado.

Dentro deste objetivo geral, as ações de integração produtiva promovidas sob este Programa deverão buscar, entre outros objetivos específicos:

- Melhorar as condições de acesso das empresas nacionais no mercado regional e internacional.
- Lograr uma maior associatividade entre as empresas do bloco e avançar em esquemas que vão mais além da integração comercial.
- Identificar, com a contribuição do setor privado, as necessidades de desenvolvimento e adequação da infra-estrutura de serviços, de normalização técnica, certificação de qualidade, metrologia, com ênfase nas cadeias produtivas selecionadas como as mais relevantes para desenvolver num esquema produtivo integrado.
- Cooperar para o melhoramento dos sistemas nacionais de qualidade e certificação dos países de menor tamanho econômico relativo.
- Melhorar a competitividade das empresas, tanto das PMES como das empresas de maior tamanho, ao associar “empresas âncora” -em geral com um alto nível gerencial e de controle de qualidade- com uma rede de fornecedores regionais e de clientes ampliada, ou fomentar as estratégias associativas de empresas PMES de um mesmo setor produtivo ou de serviços.
- Promover iniciativas regionais de desenvolvimento rural, segurança alimentar e qualidade e inocuidade dos alimentos.
- Facilitar as PMES do MERCOSUL o acesso à informação sobre os padrões técnicos para melhorar suas possibilidades de acesso ao mercado regional e internacional e no de fornecedores de “empresas âncora”, e avançar em esquemas de financiamento que lhes permitam ter acesso a estes padrões.
- Contribuir para a superação das assimetrias ao favorecer mecanismos de transferência de tecnologia entre empresas com grande capacidade de compra das economias mais desenvolvidas para as de menor desenvolvimento relativo dentro do MERCOSUL.
- Melhorar a circulação de bens, principalmente daqueles insumos que se utilizam nos processos de integração produtiva nos países da região, assim como mostras e protótipos originados nestes processos.
- Favorecer a criação de emprego nos setores em que se desenvolvem estas iniciativas.
- Estimular, entre outros, mecanismos de desenvolvimento de joint ventures, clusters, âmbitos produtivos locais, redes de fornecedores e clientes, consórcios de exportação, etc.
- Promover a participação de empresas dos Estados Partes em mecanismos de promoção comercial conjunta, favorecendo a visibilidade do MERCOSUL fora do bloco.
- Fomentar mecanismos de homogeneização da produção sob padrões técnicos, incluindo a adoção de um “Selo MERCOSUL de Qualidade”.
- Favorecer a articulação no nível do MERCOSUL das empresas, dos Foros de Competitividade, das Agências de Desenvolvimento, das entidades de crédito de nossos respectivos países.
- Sensibilizar ao conjunto dos atores sociais e produtivos sobre os benefícios esperados do Programa de Integração Produtiva do MERCOSUL e favorecer, em seus respectivos âmbitos, medidas que tendam a aperfeiçoar este processo, tais como o impulso a linhas de crédito as PMES incluídas em iniciativas de integração produtiva.

- Contribuir para a geração de maior valor agregado nas exportações do MERCOSUL.
- Analisar a criação de um âmbito normativo, no nível do MERCOSUL, que facilite o desenvolvimento de empresas bi ou plurinacionais.

III- Ações

O Programa contém sete linhas de ação a nível horizontal: a cooperação entre os organismos vinculados ao desenvolvimento empresarial e produtivo, a complementação em pesquisa e desenvolvimento e a transferência de tecnologia, a formação de recursos humanos, a articulação com outras instâncias do MERCOSUL, a geração de informação e seu processamento, a articulação de medidas de facilitação do comércio, e o financiamento, entre outras ações que se decidam. No nível setorial, o Programa prevê o desenvolvimento dos foros de competitividade e de iniciativas de integração.

1- Nível horizontal:

1.1. Cooperação entre os organismos/entidades nacionais, articulando os instrumentos vinculados ao desenvolvimento das empresas, em particular as micro e PMES para apoiar o processo de integração produtiva.

A promoção desta articulação será impulsionada e coordenada pelo Grupo de Integração Produtiva do MERCOSUL, em conjunto com as entidades envolvidas.

Um exemplo de articulação possível é a criação de uma rede MERCOSUL de organismos/entidades de apoio às empresas, como: SIC, SAGPYA, SEPYME e Pro-Argentina na Argentina; SEBRAE, ABDI e SENAI no Brasil; ONA, INTN, INAN, SENAVE, SENACSA e MIC no Paraguai; DNI e DINAPYME no Uruguai. Nesta rede, as entidades poderão propor e articular programas de cooperação mútua e harmonizar condições e metodologias para apoiar as empresas participantes de iniciativas de integração produtiva.

1.2. Complementação de instrumentos e entidades nacionais vinculadas com a pesquisa e o desenvolvimento e a transferência de tecnologia

Esta complementação será impulsionada e coordenada pelo Grupo de Integração Produtiva do MERCOSUL, em conjunto com as entidades envolvidas.

Um exemplo de articulação possível é a criação de uma rede MERCOSUL de entidades de apoio tecnológico às empresas, tais como: Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, INTI/INTA e outros mais na Argentina; INMETRO, EMBRAPA, INT, IPT, SENAI, CTMG, TECPAR, RCTBR no Brasil, DIA, DIPA, DEAG, CONACYT, UNA e UCA no Paraguai e ANII, LATU, INIA no Uruguai. Nesta rede, as entidades poderão articular programas de cooperação mútua e harmonizar condições e metodologia para apoio tecnológico às empresas participantes de iniciativas de integração produtiva.

1.3. Programa Regional de Capacitação de Recursos Humanos em integração produtiva

A ser definido pelo Grupo de Integração Produtiva do MERCOSUL. O objetivo será oferecer capacitação a integrantes do setor público e privado envolvidos nos temas de integração produtiva em cada país. Assim mesmo, poderá prever a realização de seminários de divulgação e de análise da temática de integração produtiva.

1.4. Articulação com outras instâncias do MERCOSUL

Considerar-se-ão neste âmbito as iniciativas e propostas provenientes de outras entidades do MERCOSUL como o Foro Consultivo Econômico e Social, o Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL, e outras instâncias tais como o Parlamento do MERCOSUL e a Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL.

1.5. Observatório Regional Permanente sobre Integração Produtiva no MERCOSUL (ORPIP)

Considera-se necessário contar com ferramentas que permitam a elaboração de diagnósticos setoriais a nível regional. Para isso, propõe-se criar um instrumento permanente que gere insumos de utilidade para o desenho e o desenvolvimento dos mecanismos, dos programas e/ou políticas públicas no nível setorial e regional orientados para favorecer a cooperação e a associatividade entre empresas dos diferentes países do MERCOSUL.

Sua estrutura e modelo de funcionamento deverão ser definidos pelo Grupo de Integração Produtiva do MERCOSUL e aprovados pelo Grupo Mercado Comum, considerando os trabalhos que são desenvolvidos em outros órgãos do MERCOSUL nesta matéria. Entre suas funções estarão:

1.5.1. Criar e manter um Sistema Geográfico de Informação Produtiva do MERCOSUL

O objetivo é dotar ao setor público dos Estados Partes e aos agentes do setor privado de mapas sobre a distribuição territorial setorial da atividade produtiva na região, com a maior desagregação possível.

1.5.2. Desenhar e manter painéis de indicadores e medições da integração produtiva

O objetivo é gerar medições rigorosas e comparáveis a nível regional sobre as modalidades, os objetivos e os alcances dos vínculos entre as empresas localizadas nos Estados Partes.

A disponibilidade da informação sobre a dinâmica produtiva regional será uma ferramenta útil para a formulação da política pública regional no desenho de instrumentos que contribuam para favorecer e potencializar a associatividade empresarial (tanto no nível das empresas PMES entre si, como entre PMES e empresas médias ou grandes) –considerando o atuado pelo Observatório do Mercado de Trabalho do MERCOSUL– e ajudem ao fortalecimento e consolidação dos dife-

rentes elos das cadeias de valor existentes no MERCOSUL. Assim mesmo, o painel de indicadores servirá para minimizar as assimetrias existentes em matéria de informação entre o setor público e privado.

1.5.3. Elaborar relatórios periódicos sobre a integração produtiva

O objetivo é dispor de relatórios periódicos sobre a dinâmica, estado atual e perspectivas de integração produtiva nas cadeias e setores produtivos do MERCOSUL, assim como para identificar as dificuldades para integrar cadeias produtivas, incluindo deficiências de logística, gestão e qualidade nos processos produtivos, impedimentos em fronteira e outros obstáculos ao comércio dos produtos que integram as cadeias produtivas regionais.

Assim mesmo, elaborará relatórios sobre a evolução das iniciativas do Programa de Integração Produtiva do MERCOSUL e seus resultados, podendo, pelo tanto, solicitar informações a suas coordenações técnicas. Estes relatórios conterão, entre outras, informações sobre os fluxos de comércio criados a partir da aplicação do Programa de Integração Produtiva do MERCOSUL. Também manterá o acervo de estudos e pesquisas sobre integração produtiva, incluindo o estudo de casos empresariais.

1.6. Medidas de facilitação do comércio

O objetivo é, a partir de seu levantamento e identificação, atuar e propor medidas para o tratamento das dificuldades para integrar cadeias produtivas, incluindo deficiências de logística, gestão e qualidade nos processos produtivos, barreiras em fronteira e outros obstáculos no comércio dos produtos que integram as cadeias produtivas regionais. Entre outros temas, serão estudadas as dificuldades no nível dos serviços de normalização técnica, certificação de processos e/ou atributos de produtos, aspectos jurídicos, identificação de dificuldades que impeçam o trânsito fronteiriço de produtos associado a projetos de integração produtiva.

1.7. Financiamento e cooperação

O objetivo é dispor de recursos financeiros para serem vertidos em projetos de integração produtiva que envolvam as empresas da região para a criação de linhas de financiamento para investimento intra-regional em apoio à joint ventures, instalação de plantas, assim como a expansão de investimentos realizados.

Analisar o desenvolvimento de mecanismos que façam mais acessíveis os instrumentos financeiros, especialmente para as empresas das economias de menor tamanho econômico relativo, em associação com as empresas dos outros países do bloco.

1.7.1. Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL - FOCES (DEC CMC Nº 18/05 e 24/05)

Avaliar a utilização de recursos do FOCES, respeitando a designação de recursos estabelecidos na Dec. CMC Nº 18/05 e a disponibilidade de fundos da cada país, se necessário, propor ao Grupo Mercado Comum que analise os ajustes

a seu regulamento, assim como a eventual ampliação de seus fundos, a fim de impulsionar sua utilização para iniciativas de integração produtiva.

1.7.2. Fundo MERCOSUL de Apoio a Pequenas e Médias Empresas envolvidas em iniciativas de integração produtiva (DEC CMC Nº 22/07)

Uma vez que se implemente o Fundo MERCOSUL de Apoio a Pequenas e Médias Empresas, propor alternativas para sua aplicação a iniciativas de integração produtiva.

1.7.3. Outros mecanismos de financiamento e cooperação:

No caso de mecanismos de financiamento, serão avaliadas alternativas como: CAF, BID-FOMIN, FONPLATA, Banco do Sul e outros organismos de crédito nacionais, regionais e internacionais.

Em matéria de cooperação serão analisadas alternativas tanto de cooperação internacional como de cooperação horizontal entre os sócios; e especificamente para iniciativas de complementação e integração no setor agrícola e agro-industrial, poderá se dispor da assistência do Conselho Agro-pecuário do Sul.

2. Nível setorial:

2.1. Foros de Competitividade das Cadeias Produtivas do MERCOSUL

Considerar-se-á o Programa dos Foros de Competitividade das Cadeias Produtivas do MERCOSUL (DEC. CMC Nº 23/02), em cujo âmbito se está desenvolvendo o Foro de Competitividade de Madeira e Móveis. O Grupo de Integração Produtiva poderá propor a criação de novos Foros de Competitividade por setor de atividade tanto no referente à integração horizontal como às cadeias verticais de valor.

2.2. Iniciativas setoriais de integração produtiva

As iniciativas poderão incluir, entre outras, as seguintes formas possíveis de cooperação:

- Projetos específicos com potencial de integração
- Desenvolvimento de setores novos
- Reconversão por especialização intra-setorial
- Integração de cadeias de valor
- Desenvolvimento de fornecedores de “empresas âncora” no âmbito regional
- Especialização e complementação em produtos e/ou setores
- Desenvolvimento conjunto de novos produtos ou adaptações

- Joint ventures em nichos específicos
- Alianças de exportação
- Articulação empresarial intersetorial e troca de experiências
- Facilitação de relações de abastecimento
- Acordos para a reconversão
- Integração fronteiriça
- Articulação regional da produção
- Coordenação de investimentos
- Capacitação de mão de obra e/ou capacitação empresarial para PMES

As iniciativas de integração produtiva se implementarão considerando as especiais características dos distintos setores, o tamanho econômico relativo das economias, avaliando em coordenação com o setor privado quando corresponder, quais são os setores nos quais existem maiores possibilidades de lograr avanços em matéria de integração produtiva. No caso que exista um Foro de Competitividade já instalado no setor contemplado por uma iniciativa, esta deverá se implementar em coordenação com o Foro.

A efeitos de implementar as iniciativas de integração produtiva se seguirá a seguinte metodologia:

- Representantes governamentais designados, que poderão ou não integrar as coordenações nacionais dos Estados Partes do Grupo de Integração Produtiva servirão como pontos focais para cada iniciativa, e interagirão, em seu país, com as demais áreas do governo e com os setores produtivos pertinentes.
- Representantes dos setores produtivos correspondentes integrarão as iniciativas pertinentes e servirão como pontos focais para as empresas e os produtores do setor que estejam interessados.
- Um Estado Parte estará encarregado da coordenação técnica de cada iniciativa, sendo responsável pela organização das reuniões e outras atividades, pela circulação de informações aos demais integrantes e ao Grupo de Integração Produtiva, assim como aos Subgrupos de Trabalho relacionados.
- Todas as iniciativas têm como princípio identificar o interesse e viabilizar, na medida do possível, a participação de todos os Estados Partes, e especialmente de economias de menor tamanho econômico relativo.

Entre as iniciativas em andamento pode se mencionar ao Programa de Desenvolvimento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás, ao Grupo Executivo para Integração Produtiva da Cadeia Automotriz (GEIPA), ao Programa Rotas do Turismo, ao Programa MERCOSUL de Articulação Empresarial para a Integração Produtiva, ao setor naval, ao Foro de Competitividade das Cadeias Produtivas da Indústria Audiovisual do MERCOSUL. Entre outros, que deverão adotar a metodologia aqui descrita.

IV- Grupo de Integração Produtiva do MERCOSUL

Propõe-se a criação pelo Conselho do Mercado Comum de um Grupo de Integração Produtiva, dependente do Grupo Mercado Comum, que concentrará as tarefas nesta área, coordenará e executará o Programa de Integração Produtiva do MERCOSUL, assim como todas as propostas e ações relacionadas com esta temática.

O Grupo de Integração Produtiva estará integrado por representantes designados pelos governos dos Estados Partes. Sempre que se considere necessário, poderá convidar para participar de suas reuniões aos pontos focais do setor público e do setor privado das iniciativas existentes, assim como representantes de outras áreas públicas e/ou privadas.

O Grupo de Integração Produtiva, através do Grupo Mercado Comum, coordenará atividades com aqueles Subgrupos de Trabalho do MERCOSUL diretamente vinculados a sua área de trabalho.

O Grupo de Integração Produtiva apresentará ao Grupo Mercado Comum, relatórios periódicos sobre o andamento do conjunto de iniciativas de integração produtiva e poderá propor cursos de ação. Em particular, informará semestralmente ao Conselho do Mercado Comum sobre suas atividades.

O Grupo de Integração Produtiva receberá relatórios regulares dos Estados Partes encarregados das coordenações técnicas dessas iniciativas. As Coordenações Nacionais do Grupo de Integração Produtiva participarão, a seu critério, das atividades das iniciativas existentes.

O Grupo de Integração Produtiva coordenará os requerimentos das distintas iniciativas e foros. Se for necessário, o GMC formulará as orientações correspondentes ao Subgrupo de Trabalho do MERCOSUL mais diretamente vinculado com a temática a resolver nos setores-alvo de cada iniciativa específica.

Assim mesmo, poderá analisar a proposta da Presidência da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL sobre a possibilidade de criação de uma “Agência MERCOSUL para a Promoção da Integração Produtiva”.

MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 13/08

Fundo MERCOSUL de apoio às pequenas e médias empresas

Tendo em vista: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto e as Decisões Nº 22/07 e a 12/08 do Conselho do Mercado Comum;

Considerando:

Que no Comunicado Conjunto de 21 de julho de 2006 os Presidentes “instruíram aos Ministros das áreas vinculadas com a produção a definir as pautas que conformarão o Plano de Desenvolvimento e de Integração Produtiva Regional”;

Que o Conselho do Mercado Comum, por Decisão Nº 12/08 aprovou o Programa de Integração Produtiva do MERCOSUL;

Que seria benéfico para o processo de integração produtiva a criação de instrumentos para o estímulo e a promoção dos investimentos no setor produtivo, complementando as iniciativas financiadas pelo Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL - FOCES;

Que por Decisão CMC Nº 22/07 o Conselho do Mercado Comum encomendou ao Grupo Mercado Comum a proposta de alternativas para a constituição de um Fundo MERCOSUL de Apoio às Pequenas e Médias Empresas envolvidas em iniciativas de integração produtiva;

O Conselho do Mercado Comum decide:

Art. 1º - Criar o Fundo MERCOSUL de Apoio às Pequenas e Médias Empresas envolvidas em iniciativas de integração produtiva, que em sua primeira fase instrumentará um Sistema de Garantias;

Art. 2º - Criar um Grupo Ad Hoc, dependente do Grupo Mercado Comum, cuja função será elaborar o marco normativo para o Sistema de Garantias referido. Para esses efeitos, o Grupo Ad Hoc deverá considerar as propostas apresentadas ou que venham a ser apresentadas pelos Estados Partes a respeito desse assunto;

Art. 3º - O Grupo Ad Hoc deverá elevar ao Grupo Mercado Comum um projeto de Estatuto para o Sistema de Garantias, para tratamento em sua última reunião do segundo semestre do ano de 2008, com o fim de que seja encaminhado ao Conselho do Mercado Comum para consideração em sua última reunião ordinária de 2008;

Art. 4º - O Grupo Ad Hoc deverá, ainda, propor ao Grupo Mercado Comum outras modalidades de financiamento para Pequenas e Médias Empresas envolvidas em processos de integração produtiva. Para tal fim, o Grupo Ad Hoc encaminhará um relatório preliminar ao Grupo Mercado Comum para tratamento em sua última reunião do segundo semestre do ano de 2008;

Art. 5º - Esta Decisão não necessita ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes por regulamentar aspectos da organização ou do funcionamento do MERCOSUL.

XXXV CMC, San Miguel de Tucumán, 30/VI/08

Criação do Fundo MERCOSUL de garantias para micro, pequenas y médias empresas

Tendo em vista: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto e as Decisões Nº 22/07, 12/08 e 13/08 do Conselho do Mercado Comum;

Considerando:

Que, no Comunicado Conjunto de 21 de julho de 2006, os Presidentes instruíram aos Ministros das áreas vinculadas com a produção a definir as pautas que conformarão o Plano de Desenvolvimento e de Integração Produtiva Regional;

Que o Conselho do Mercado Comum, pela Decisão CMC Nº 12/08, aprovou o Programa de Integração Produtiva do MERCOSUL;

Que a criação de instrumentos para o estímulo e a promoção dos investimentos no setor produtivo é fundamental para a consolidação do processo de integração;

Que os benefícios da integração regional devem alcançar igualmente as micro, pequenas e médias empresas de modo a estimular a complementaridade produtiva no MERCOSUL consolidando o aumento da competitividade dos setores produtivos dos Estados Partes; e

Que, por Decisão CMC Nº 13/08, o Conselho do Mercado Comum determinou a criação do Fundo MERCOSUL de Apoio às Pequenas e Médias Empresas envolvidas em iniciativas de integração produtiva que, em sua primeira fase, instrumentará um Sistema de Garantias,

O Conselho do Mercado Comum decide:

Art. 1º - Criar o Fundo MERCOSUL de Garantias para Micro, Pequenas e Médias Empresas, destinado a garantir, direta ou indiretamente, operações de crédito contratadas por micro, pequenas e médias empresas que participem de atividades de integração produtiva no MERCOSUL, conforme o Estatuto referido no artigo 3º da presente Decisão.

Art. 2º - A contribuição total inicial dos Estados Partes para o Fundo MERCOSUL de Garantias será de US\$ 100.000.000 (cem milhões de dólares estadunidenses), integrados conforme as seguintes porcentagens:

Argentina:	27%
Brasil:	70%
Paraguai:	1%
Uruguai:	2%

Art. 3º - O Fundo MERCOSUL de Garantias para Micro, Pequenas e Médias Empresas se regerá pelo Estatuto a ser aprovado pelo CMC.

Art. 4º - O Fundo MERCOSUL de Garantias para Micro, Pequenas e Médias Empresas terá vigência de dez anos, a partir da primeira contribuição efetuada por um dos Estados Partes ao Fundo de Garantias. Cumprido esse prazo, os Estados Partes avaliarão a efetividade do Sistema de Garantias e a conveniência de sua continuidade.

Art. 5º - Decorrido o prazo mencionado no Artigo anterior, e na hipótese de sua não-renovação, o Fundo MERCOSUL de Garantias para Micro, Pequenas e Médias Empresas continuará em funcionamento exclusivamente para honrar as garantias a operações já contratadas, ficando vedada a possibilidade da contratação de novas operações ou renovação das existentes.

Art. 6º - Esta Decisão deverá ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes.

XXXVI CMC - Salvador, 15/XII/08

Anexo III

Tratamento das assimetrias no MERCOSUL: o FOCEM

Um dos desafios aos que se enfrenta atualmente a integração sul-americana é o de lidar com países muito diferentes entre si. Estas diferenças, que começam com o tamanho territorial e de suas economias, se estendem a muitos outros aspectos, como a infraestrutura física, as características geográficas dos países e até a política econômica (mais que política econômica, poderia se disser, as políticas públicas) desenvolvida pelos governos.

No âmbito do MERCOSUL, até o ano 2003, se encarou o tratamento das assimetrias somente através de listas de exceções, períodos de convergência mais longos para os países de menor desenvolvimento relativo e normas de origem diferenciadas.

Durante a Cúpula de Montevidéu realizada em dezembro de 2003, foram aprovadas decisões que por primeira vez se ocupavam explicitamente das assimetrias no processo de integração. Entre as mais relevantes se encontra a Decisão CMC Nº 27/03 sobre Fundos Estruturais, que manifestava esta mudança na forma de encarar as assimetrias. Assim mesmo, outras decisões aprovadas nesse momento, reconheceram a necessidade de uma política explícita para o tratamento das assimetrias, mas através de políticas de tratamento diferenciado que outorgaram mais flexibilidade aos países de menor desenvolvimento relativo¹.

A Decisão CMC Nº 27/03 sobre Fundos Estruturais conduz a que em junho de 2004, na Decisão CMC Nº 19/04 “Convergência Estrutural no MERCOSUL e Financiamento do Processo de Integração”, se criasse o Grupo de Alto Nível (GAN) integrado pelos representantes dos Ministros de Relações Exteriores e de Economia dos Estados Partes, para: a) identificar iniciativas e programas para promover a competitividade dos Estados Partes –em particular das economias de menor desenvolvimento relativo– e a convergência estrutural no MERCOSUL, e b) propor fórmulas de financiamento para a implementação das iniciativas e programas mencionados, assim como para o funcionamento e fortalecimento da estrutura institucional do MERCOSUL.

.....
1 Decisões CMC Nº 28/03 sobre Negociações Externas, que estabelece que o MERCOSUL impulsionará nas negociações externas, a obtenção de um tratamento diferenciado para Paraguai, reconhecendo sua condição de país de menor desenvolvimento e sem litoral marítimo; 29/03, que estabelece um conteúdo regional diferenciado no Regime de Origem, para Paraguai; 31/03 a 34/03, que estabelecem tratamentos especiais em temas alfandegários e regimes especiais de importação para Paraguai e Uruguai. Assim mesmo, o Programa de Trabalho 2004-2006 (Decisão CMC Nº 26/03) também prioriza o tratamento das assimetrias.

As tarefas do GAN se cristalizaram nas Decisões **CMC N° 45/04 e 18/05, que estabelecem e integram o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM)**, respectivamente.

A criação do FOCEM responde à necessidade de garantir às economias de menor desenvolvimento relativo e regiões menos desenvolvidas uma inserção plena no contexto de um aprofundamento da integração do bloco. O FOCEM é uma instituição comunitária que responde a objetivos solidários e está baseado num mecanismo de transferência direta de recursos financeiros desde as economias de maior desenvolvimento relativo (Argentina e Brasil) até as economias de menor desenvolvimento relativo (Paraguai e Uruguai).

Os fundamentos que sustentam a criação deste tipo de instituições se relacionam com a existência de restrições que impedem às nações de se integrarem competitivamente com as economias de maior desenvolvimento relativo. Estas limitações são conhecidas com o nome de “assimetrias”, as quais podem ser classificadas segundo sua natureza em dois tipos: i) assimetrias de política e ii) assimetrias estruturais.

As assimetrias de política se caracterizam em que podem ser resolvidas mediante algum tipo de gestão no âmbito da atuação da política econômica, entretanto, as assimetrias estruturais não podem ser eliminadas pelas políticas públicas. O objetivo do Fundo de Convergência Estrutural é contribuir para a eliminação gradual das assimetrias estruturais que podem, por não serem superadas adequadamente, impedir o avanço e uma distribuição desejável dos benefícios dos processos de integração. Neste sentido, se propõem desenvolver a competitividade; promover a coesão social e apoiar o funcionamento da estrutura institucional, assim como o fortalecimento do processo de integração.

O FOCEM opera no âmbito da Secretaria do MERCOSUL e está **destinado a financiar projetos** que contribuam para reduzir as diferenças de desenvolvimento econômico e social existentes entre as economias do MERCOSUL, essencialmente através do incremento nas dotações dos três insumos de produção que determinam o nível de riqueza de uma nação: i) o capital físico, ii) o capital humano e, iii) a tecnologia.

Em dezembro de 2005 o Conselho de Mercado Comum aprova a **Decisão CMC 24/05** que regulamenta os aspectos básicos do funcionamento do FOCEM.

Operativo desde 2006, o FOCEM está integrado por contribuições financeiras dos Estados Partes com um valor total de US\$ 100 milhões. Em 10 anos de duração, o FOCEM terá disponível recursos totais por quase US\$ 1.000 milhões.

A integração destes recursos está relacionada diretamente com o tamanho da economia dos países parte, concretamente, de acordo as **seguintes porcentagens: 27% Argentina; 70% Brasil; 1% Paraguai e 2% Uruguai.**

A fim de garantir a igualação da competitividade das economias do bloco (**convergência**), os países estabeleceram que a distribuição dos recursos se relacione de forma inversa com o tamanho da economia, ou seja, o menor tamanho relativo corresponde à maior participação na distribuição.

Assim, estes recursos serão aplicados, com caráter de não reembolsáveis², a projetos apresentados por cada um dos Estados Partes de acordo com as seguintes porcentagens: 48% Paraguai; 32% Uruguai; 10% Argentina e 10% Brasil.

Fontes y Uso dos Fundos do FOCEM (Milhões de U\$S e %)

	Fontes	Usos	Transferências Líquidas	Estrutura (%)
Argentina	27	10	-17	22
Brasil	70	10	-60	78
Paraguai	1	48	47	61
Uruguai	2	32	30	39
	100	100	0	

Fonte: SM/SAT/CE. Estudo Nº 002/05.

Para se beneficiar dos recursos do FOCEM, o projeto deverá cumprir com os seguintes requisitos:

- Ser apresentado e executado sob a responsabilidade de um organismo público.
- Ter um custo superior a US\$ 500 mil.
- Prever contrapartida nacional de 15% de seu custo total elegível.
- Ajustar-se a um dos Programas do Fundo:

Programa I: “Convergência Estrutural”

Programa II: “Desenvolvimento da Competitividade”

Programa III: “Coesão Social”

Programa IV: “Fortalecimento da Estrutura Institucional e do Processo de Integração”

.....

² Isto implica que os recursos distribuídos entre os países não serão retornados ao fundo nem tampouco estão sujeitos ao pagamento de juros. Também se contempla a possibilidade de reforçar os recursos financeiros mediante a ajuda oferecida por países ou organismos internacionais.

A fim de evitar que os países receptores dos fundos diminuam seus respectivos esforços nacionais, a Decisão contempla o “**princípio de adicionalidade**”, o qual obriga aos membros do MERCOSUL a contribuir com, ao menos, um quinze por cento dos recursos financeiros próprios em relação ao valor de cada projeto apresentado ao FOCEM.

Uma vez cumpridos os objetivos dos projetos, as estruturas e atividades que puderam resultar, serão financiadas em partes iguais pelos Estados Partes.

Projetos aprovados

Nos primeiros dois anos de funcionamento do FOCEM foram aprovados 25 projetos, por um valor total de US\$ 197.736.479.

País	Descrição	Valor total Projeto
Paraguai	MERCOSUL - Hábitat	12.914.680
Paraguai	MERCOSUL - Roga	9.705.882
Paraguai	Acesso e arredores Assunção	14.860.000
Paraguai	Apoio integral Microempresas	5.000.000
Paraguai	Laboratório de Biossegurança	4.800.000
Paraguai	Estradas	16.990.294
Regional	PAMA	16.339.470
Uruguai	Rota 26 Melo - Arroyo Sarandi	7.929.000
Uruguai	Internalização Produtiva -software, biotecnologia.	1.500.000
Uruguai	Economia Social de Fronteira	1.646.820
Uruguai	Recicladores	1.882.000
Uruguai	Intervenções Múltiplas em Assentamentos	1.411.765
Uruguai	Rota 12 conexão Rota 54 - Rota 55	4.371.000

Continua

SM	Tarifa Externa Comum	50.000
SM	Base de Dados Jurisprudencial	50.000
SM	MAPEO	70.900
Paraguai	Sist. de Água potável e Saneam., rurais, indíg.	39.470.702
Paraguai	Rota 8, San Salvador - Ramal Rojas Poutrero	6.344.800
Paraguai	Desenvolvimento de produtos Turísticos Iguaçu Missões	1.302.730
Paraguai	Pavimentação Rotas 6 e 7- Franco Cedrales	5.846.500
Paraguai	Pavimentação Rota 2 -Bernardino Caballero	5.186.500
Paraguai	Repavimentação Rota 1 e 6- Graneros del Sur	4.004.000
Paraguai	MERCOSUL YPORÄ	7.588.848
Brasil	Implementação da Biblioteca BIUNILA-UNILA e do IMEA	22.000.000
Paraguai	DETIEC	6.470.588
		197.736.479

Fonte: www.mercosur.int

Cabe destacar que o FOCEM é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da integração produtiva do bloco, já que a sustentabilidade a longo prazo e a coesão política e social de um projeto de integração econômica requerem que os potenciais problemas distributivos entre os países associados, gerados pelas assimetrias, sejam considerados e eficazmente resolvidos. Assim mesmo, muitos dos projetos de integração produtiva levados adiante podem ser financiados por esta ferramenta no âmbito dos Programas I (Convergência estrutural) e II (Desenvolvimento da competitividade), devido a que os mesmos têm por objetivo financiar projetos que incluem o melhoramento dos sistemas de integração fronteiriça e dos sistemas de comunicação em geral, processos de reconversão produtiva e laboral que facilitem a criação do comércio intra MERCOSUL, projetos de integração de cadeias produtivas e de fortalecimento da institucionalidade pública e privada nos aspectos vinculados à qualidade da produção (padrões técnicos, certificação, avaliação da conformidade, sanidade animal e vegetal, etc.); assim como a pesquisa e o desenvolvimento de novos produtos e processos produtivos.

Anexo IV

Pesquisa de Avaliação da Participação na Rede de Mercocidades

Julho / Agosto, 2009

Introdução

INCIDIR, *Iniciativa para a Cooperação Internacional, o Desenvolvimento e a Integração Regional*, é uma organização não governamental recentemente criada dedicada a fomentar, difundir, melhorar e desenvolver a integração regional, em particular das entidades subnacionais, desde uma dimensão política, produtiva, social, educativa e cultural. Entre as primeiras atividades realizadas pela instituição destaca-se a implementação de uma pesquisa de opinião orientada a estabelecer um diagnóstico básico sobre a participação das prefeituras ou municípios na REDE de MERCOCIDADES.

O questionário, especialmente enviado aos máximos responsáveis da área internacional das cidades membros, incluiu uma série de temáticas que, sem dúvida, serão de utilidade para refletir sobre o futuro da REDE e as maneiras de fazer mais efetiva não só sua comunicação senão, fundamentalmente, sua desejada projeção de intercâmbio.

INCIDIR publica este relatório com a convicção de que constituirá uma ferramenta de utilidade, tanto para melhorar os vínculos entre as cidades membros como para que o Conselho da REDE possa seguir trabalhando para satisfazer as expectativas das cidades que a integram.

Ficha técnica

A pesquisa se baseou na remissão de um formulário de pesquisa do tipo auto-administrado, predominantemente fechado, com 5 opções de perguntas abertas.

O questionário foi remetido a endereços oficiais de correio eletrônico pertencentes aos responsáveis das vinculações internacionais da totalidade dos municípios que integram a Rede de Mercocidades.

O trabalho de campo foi realizado entre os dias 20 de julho e 20 de agosto de 2009, obtendo-se 40 respostas.

Quadro A / Respostas obtidas segundo países

	Casos	%
Argentina	28	70
Brasil	5	12,5
Chile	1	2,5
Uruguai	5	12,5
Paraguai	1	2,5
	40	100

Cidades que responderam:

Argentina:

Avellaneda - Bahía Blanca - Bragado - Buenos Aires - Capilla del Monte - Córdoba - Florencio Varela - General San Martín - Junín - La Matanza - La Plata - Lanús - Luján - Malvinas Argentinas - Mar del Plata - Morón - Necochea - Neuquén - Olavarría - Pergamino - Puerto San Julián - Quilmes - Rafaela - Río Grande - San Isidro - Santa Fe - Tandil - Viedma.

Brasil:

Diadema - Belo Horizonte - Curitiba - Osasco - Taboão da Serra.

Chile:

Valparaíso.

Paraguai:

Asunción.

Uruguai:

Colonia del Sacramento - Florida - Maldonado - Montevideu - Paysandú.

Quadro B / Composição das cidades segundo categorias populacionais

Quantidade de habitantes	%	% acumulado
Menos de 50.000	10	10
50.001 - 100.000	20	30
100.001 - 250.000	18	48
250.001 - 500.000	25	73
500.001 - 1.000.000	10	83
Más de 1.000.000	17	100
	100	

É necessário destacar que entre as cidades que responderam 27%, têm mais de meio milhão de habitantes: General San Martín, Assunção, Lanús, Quilmes, Mar del Plata, La Plata, Osasco, Córdoba, Montevideú, Curitiba, La Matanza, Belo Horizonte e Buenos Aires. Se contarmos as 40 cidades que responderam, estas representam a 22 milhões de habitantes e as 13 maiores 17 milhões.

Por outro lado, aqui fica refletida a **heterogeneidade entre os membros da Rede**, o que sempre constituirá um desafio para cobrir expectativas comuns, não só por recursos ou tamanho, senão particularmente pelas oportunidades que possam procurar neste espaço comum.

Expectativas de ingresso à Rede

Quadro Nº 1 / Principais expectativas dos governos com respeito a sua participação em MERCOCIDADES

Expectativas	%
Busca de cooperação /troca de experiências entre cidades	92
Busca de integração produtiva	45
Ter incidência na agenda do MERCOSUL	32
Estabelecer diálogo político com outros prefeitos da região	25
Trabalhar para cumprir com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio	20
Melhorar a integração fronteiriça	2
Outros*	5

Resposta com possibilidades de escolher mais de uma opção

*Outros: Gerar oportunidades de negócios para a cidade; promover a identidade da cidade no exterior; participar ativamente do processo de integração regional.

A **busca de cooperação** parece ser a principal expectativa das cidades do MERCOSUL, o que é consistente já que também a cooperação internacional surge como a temática mais importante entre as questões às quais a Rede deveria se focalizar (pergunta 19). Também é necessário destacar que quase a metade (45%) das cidades assinalou à **integração produtiva** como uma de suas motivações para se juntarem à REDE, o que pode se considerar um primeiro dado de interesse para sua análise.

Ferramentas de vinculação internacional

Gráfico N° 1 / Tem seu município ou prefeitura uma área ou pessoa responsável das relações internacionais?

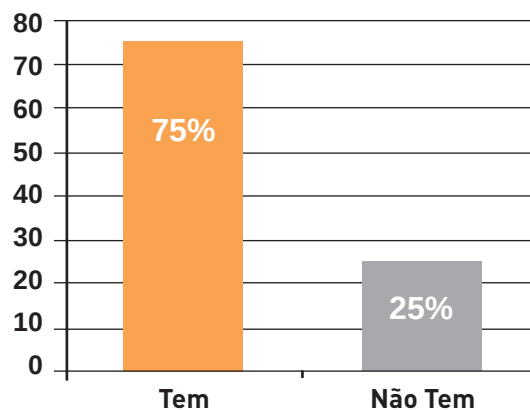
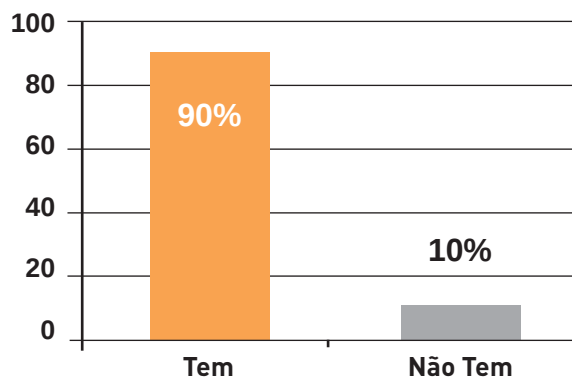


Gráfico N° 2 / Tem seu município ou prefeitura acordos, convênios de cooperação internacional ou irmanação?

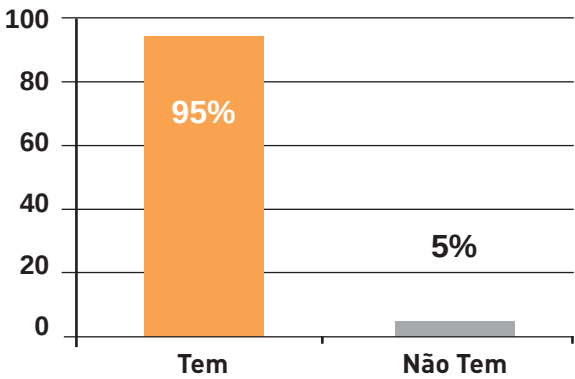


Quadro Nº 2 / Quantidade de convênios realizados com membros da REDE

Quantidade de convênios	% simples	% acumulado
1	30	30
2	10	40
4	5	45
6-10	2	47
Mais de 10	5	52
Tem, mas não sabe quantos	48	100
	100	

Que quase a metade das cidades tenha acordos ou convênios, mas não saiba quantos, responde, por um lado, à falta de continuidade das políticas de internacionalização, e pelo outro, à escassa profissionalização de muitos dos recentemente criados “escritórios internacionais” das cidades. Isto com segurança, também afeta os níveis de participação e envolvimento na Rede de Mercocidades. Cabe esclarecer que na pergunta sobre propostas se confirma esta questão através do reclamo de uma maior capacitação dos funcionários que realizam as vinculações internacionais.

Gráfico Nº 3 / Tem seu município ou prefeitura acordos, convênios de cooperação internacional ou irmanação com cidades ou regiões não pertencentes à REDE?



Quadro Nº 3 / Regiões não pertencentes à REDE com as quais se mantêm acordos (Dados correspondentes ao total de quem têm acordos)

Regiões	%
Europa	87
América Latina (Não MERCOSUL)	61
Ásia	39
América do Norte	24
África	8
Oceania	3

Resposta com possibilidades de escolher mais de uma opção

A participação na Rede de Mercocidades

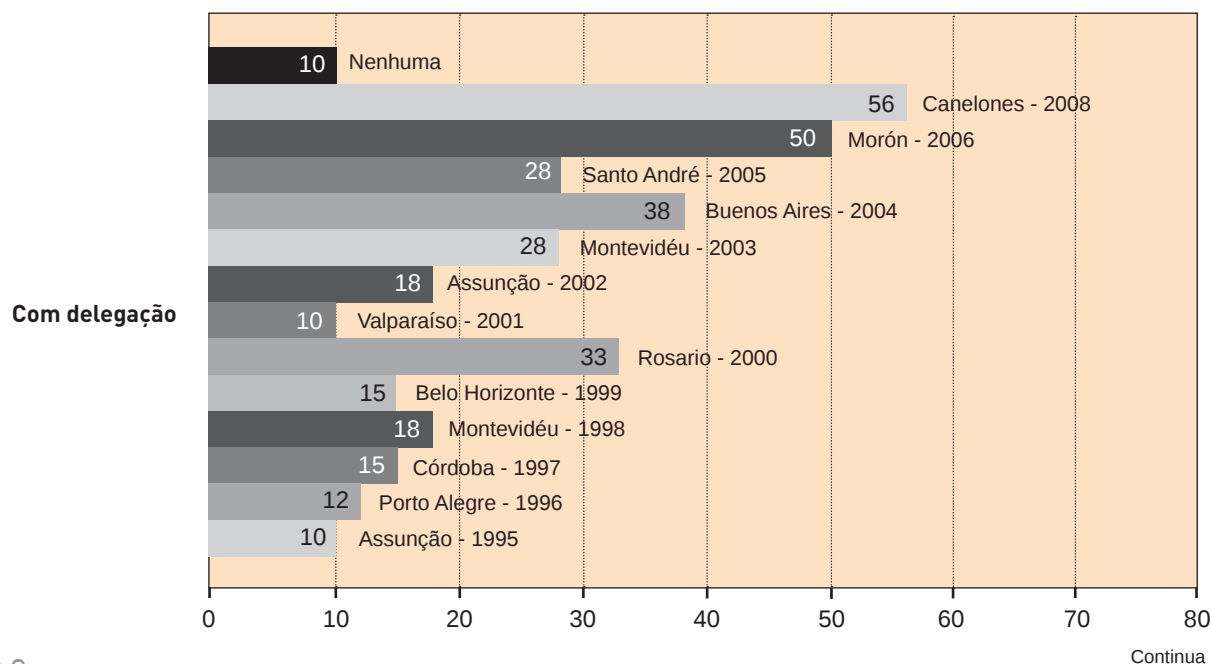
Quadro Nº 4 / Cúpulas de MERCOCIDADES das quais participou com a presença do Intendente ou Prefeito versus aquelas nas quais se participou mediante o envio de delegações ou outros funcionários (Os dados são expressos em porcentagens)

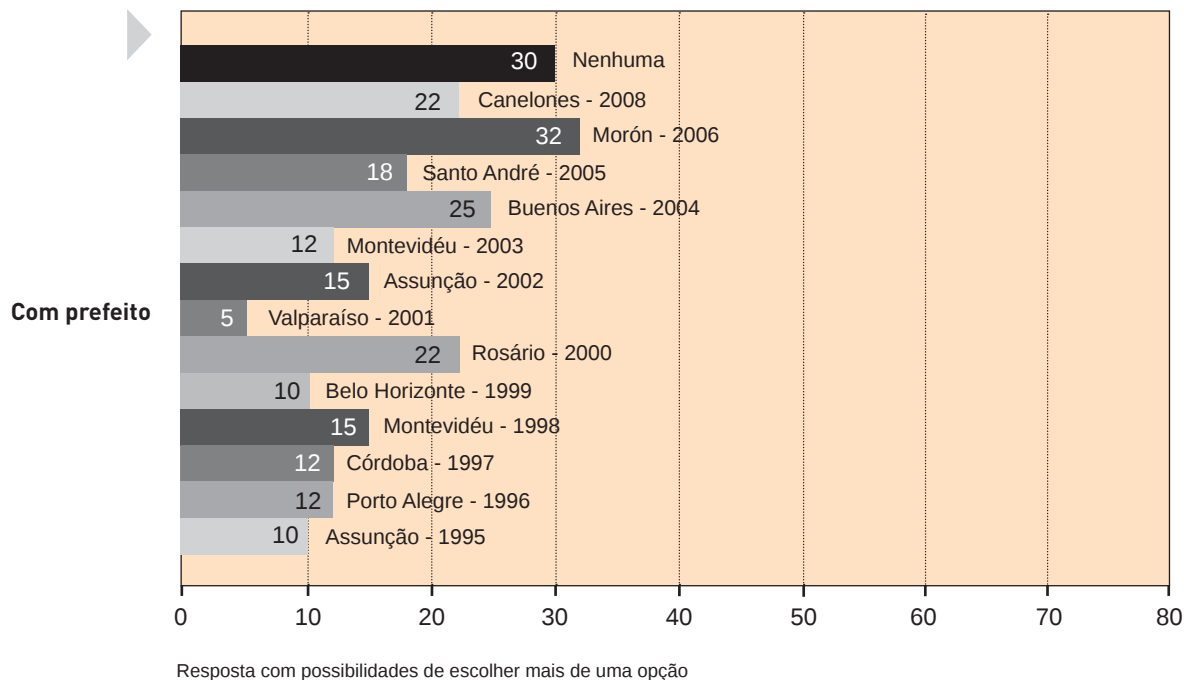
Cúpulas	com Prefeito	com Delegações
Assunção - 1995	10	10
Porto Alegre - 1996	12	12
Córdoba - 1997	12	15
Montevideu - 1998	15	18
Belo Horizonte - 1999	10	15

Continua

Rosário - 2000	22	33
Valparaíso - 2001	5	10
Assunção - 2002	15	18
Montevideu - 2003	12	28
Buenos Aires - 2004	25	38
Santo André - 2005	18	28
Morón - 2006	32	50
Canelones - 2008	22	56
Nenhuma	30	10

Gráfico Nº 4 / Cúpulas de MERCOCIDADES das quais participou





O crescimento da Rede não sempre se encontra acompanhado da participação dos máximos responsáveis políticos, o que deve ser um elemento importante de análise nos objetivos que a mesma se fixe a futuro; em especial quando se debate sobre a participação na agenda do MERCOSUL (que não tem surgido como principal prioridade) e na necessidade de resultados concretos (que são marcados como centrais).

Quadro Nº 5 / Participação nas Unidades Temáticas desde o ingresso à REDE

Unidades Temáticas	%
Desenvolvimento Econômico Local	57
Cultura	55
Juventude	42

Continua



Turismo	38
Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	35
Gênero e Município	35
Educação	32
Planejamento Estratégico	32
Cooperação Internacional	30
Desenvolvimento Urbano	28
Ciência, Tecnologia e Capacitação	25
Desenvolvimento Social	25
Esportes	18
Autonomia, Gestão e Financiamento Municipal	12
Segurança Cidadã	10
Comissão de Economia Solidária	5
Comissão de Direitos Humanos	5
Não participou de nenhuma Unidade Temática	5

Resposta com possibilidades de escolher mais de uma opção

Quadro Nº 6 / Motivos pelos quais não participou das reuniões das Unidades Temáticas

Motivos	%
Falta de recursos, dinheiro ou fundos para poder viajar.	60
Agenda temática proposta pouco ajustada às prioridades de sua gestão	30
Escassa participação de outras cidades nas Comissões ou Unidades Temáticas	5
Não considera importante participar das Comissões.	5

A informação na Rede de Mercocidades

Gráfico Nº 5 / Utiliza o portal das cidades (www.mercociudades.org)?

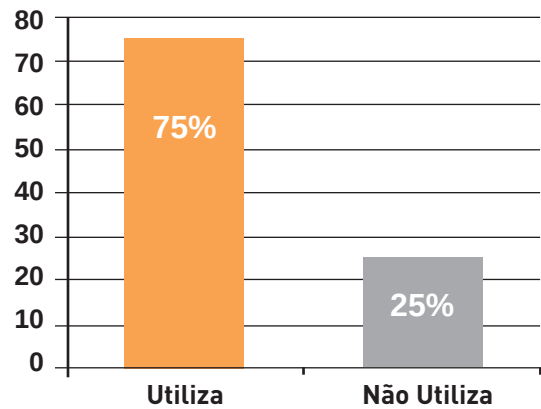


Gráfico Nº 6 / Conhecimento da existência do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL

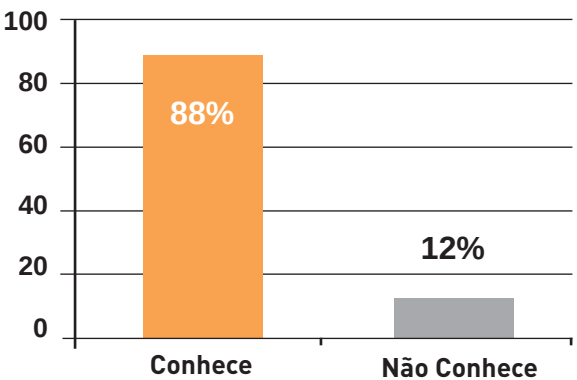
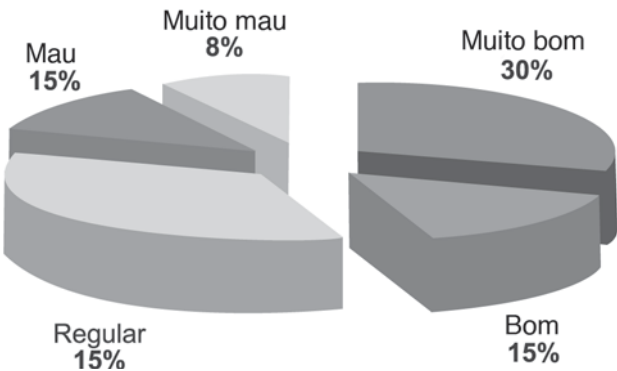


Gráfico Nº 7 / Auto-avaliação sobre o nível de conhecimento do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL (Dados correspondentes ao total dos que conhecem sua existência)



Sendo o Foro o âmbito de vinculação institucional com o bloco, outro aspecto para debater na Rede, são os “recursos” que devem orientar sua participação. Se forem consideradas as respostas às perguntas 4 e 17, se concluiria que a relação com o MERCOSUL deve se concentrar em certas temáticas pontuais, que deem maiores oportunidades de aproveitamento às cidades.

Propostas de trabalho

Quadro Nº 7 / Priorização de eixos a incorporar para que as cidades obtenham maiores êxitos através de sua participação na Rede (Dados expressos em porcentagens. Base = Total de respondentes)

Envio de informação sobre as possibilidades que o MERCOSUL oferece às cidades.	38
Desenvolvimento de projetos vinculados à execução dos convênios assinados por MERCOCIDADES.	35
Participação em debates e projetos do FOCEM (Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL).	35
Promoção das vinculações com os setores produtivos da região.	35
Promoção de uma maior participação dos funcionários das cidades membros da REDE.	32
Ofertas de capacitação não presenciais através da Internet.	28
Assessoramento para as cidades membros em matéria de políticas públicas regionais.	22
Incorporação nos debates a atores sociais da cidade nas atividades e projetos da Rede.	22
Ofertas de capacitações presenciais entre cúpulas.	22

Continua

Implementação de prêmios para estimular a produção intelectual, prática e teórica relacionada aos temas de interesse de MERCOCIDADES.	22
Formulação de Programas de comunicação e visibilidade da integração regional.	12
Promoção de Programas de construção de cidadania regional.	12
Realização de palestras informativas itinerantes na região sobre temáticas de integração regional.	12
Realização de atividades de integração de jovens entre cidades membros.	12
Realização de videoconferências periódicas que facilitem diálogos temáticos regionais.	12
Promoção e articulação de ações regionais de caráter cultural.	10
Melhorar e ampliar a distribuição das publicações produzidas por MERCOCIDADES.	10
Geração de projetos de integração fronteiriça.	2

Resposta com possibilidades de escolher mais de uma opção

Pela importância dos dados que surgem do quadro, consideramos válida uma série de apreciações. Observa-se uma clara inclinação para priorizar a necessidade de **que as vinculações internacionais articuladas através de MERCOCIDADES sejam úteis para melhorar o perfil da produção econômica das cidades** membros assim como sua competitividade. A preocupação pela obtenção de fundos para o desenvolvimento de projetos que fomentem a produção local está acompanhada de um marcado interesse por duas questões centrais: **a socialização da informação disponível de maneira ágil, e que a implementação dos acordos alcançados seja efetivamente possível**. Talvez aqui haja certo reconhecimento autocrítico da defasagem existente entre as expectativas associacionistas iniciais e as dificuldades fáticas (políticas, técnicas e de gestão operativa) para a concretização real dos acordos entre os membros.

Apesar de que os dados obtidos pela pesquisa não permitem realizar inferências categóricas a respeito, sim nos permitem esboçar hipóteses para futuros trabalhos e, seguramente, entre elas deveria estar à dificuldade que têm as relações internacionais subnacionais para se impor (se estabelecer) como políticas de estado, quer dizer com continuidade no tempo.

Por outro lado, o quadro denota uma preocupação que ocupa um segundo lugar. Esta preocupação está ligada não só à promoção da participação dos funcionários nas atividades da Rede senão, mais especialmente, **à necessidade de formar de maneira mais profissionalizada aos próprios recursos humanos**. Em resumo: os dados fornecidos pelas cidades que responderam parecem assinalar –por via atenuada do reclamo– a necessidade de melhorar a capacitação dos funcionários ou agentes municipais que levam adiante as tarefas de vinculação internacional. A necessidade de formular programas de capacitação entre cúpulas que considerem não só a funcionários senão também a atores sociais locais; a demanda de uma maior oferta de estágios presenciais ou cursos à distância; e o estímulo à produção intelectual, prática e teórica relacionada aos temas de interesse de MERCOCIDADES, ocupam claramente um segundo degrau entre as preferências de quem respondeu a pesquisa.

Por último, encontramos atividades como os intercâmbios juvenis, as conferências informativas ou o fomento de atividades culturais; tudo isso reforça a **ênfase claramente integrativa-regional-produtiva que as cidades que participaram da pesquisa pareceram estar priorizando**.

Sugestões com respeito à dinâmica institucional da REDE

As duas últimas perguntas foram abertas e destinadas a que as cidades estabelecessem as sugestões que têm com respeito à dinâmica institucional da Rede, para melhorar seu funcionamento e as temáticas que as mesmas consideram que deveriam ser incorporadas à agenda de MERCOCIDADES.

Enquanto às sugestões os maiores itens tiveram relacionados: 1.- com a comunicação interna e externa da Rede, 2.- com ampliar a participação nos órgãos diretivos e, 3.- com se focalizar na concretização de resultados para as cidades.

Com respeito à comunicação interna e externa da Rede foram sugeridas entre outras, *“mais comunicação sobre o que fazem as UT”*; *“sobre como e para quê participar da Rede”*; *“sobre o FCCR”*; *“difundir de forma massiva os resultados e êxitos de Mercocidades”*; e *“usar o Marketing televisivo e as Redes de educação a distância das Universidades”*.

Com respeito a ampliar a **participação** nos órgãos diretivos se sugerem que: *“deveriam se estabelecer Coordenadores Nacionais permanentes que dinamizem a participação e a articulação dos atores de cada país”*; *“aprofundar na busca de alternativas para lograr a participação de um maior número de cidades às atividades da Rede”*, (se insinua que um grupo de cidades progressistas se alternam na direção da Rede); *“reforçar a dinâmica de trabalho dos órgãos decisivos da Rede (Comissão Diretiva, Conselho)”*; e *“um maior compromisso e mais participação por parte de cada cidade”*.

Por último, com respeito a se focalizar na concretização de resultados se sugere que: *“deveria poder se diferenciar melhor as necessidades e possibilidades das cidades menores”*; *“desenvolver projetos fatíveis com resultados a curto prazo a fim de motivar a participação”*; e *“aumentar a visibilidade da Rede com ações concretas e tangíveis”*.

Em relação à última pergunta referida às temáticas que deveriam se incorporar, a mais importante resultou se focalizar na *“cooperação internacional”*, seguida pelas temáticas de *“meio ambiente e saúde”*. Assim mesmo, foram mencionadas *a integração produtiva e o desenvolvimento regional, a planificação urbana, o fortalecimento Institucional dos governos locais, a coesão social, o financiamento, a autonomia ou o Desenvolvimento Urbano.*

integración productiva

desarrollo regional

gobiernos locales

relaciones internacionales

actores sociales



racine

